

Ministério da Educação - MEC  
Universidade Aberta do Brasil - UAB  
Universidade Federal do Piauí - UFPI  
Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD

**TEORIA DA HISTÓRIA**  
**ARTICULAÇÕES ENTRE TEMPO, SOCIEDADE E CULTURA**

EMÍLIA SARAIVA NERY  
(ORGANIZADORA)



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ

**Reitor**

José de Arimatéia Dantas Lopes

**Vice Reitora**

Nadir do Nascimento Nogueira

**Sup. de comunicação social**

Jaqueline Lima Dourado

**Editor**

Ricardo Alágio Ribeiro

**Conselho Editorial**

Ricardo Alágio Ribeiro (Presidente)

Antônio Fonseca dos Santos Neto

Francisca Maria Soares Mendes

José Machado Moita Neto

Solimar Oliveira Lima

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo



**Diretor do Centro de Educação Aberta e  
a Distância - CEAD**

Gildásio Guedes Fernandes

**vice-diretora do Centro de Educação  
Aberta e a Distância - CEAD**

Lívia Fernanda Nery da Silva

**Coordenador Acadêmico do Curso de  
História**

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

**Coordenação de Tutoria do Curso de  
História**

Luciana de Lima Pereira



**Equipe técnica**

Revisão de originais: Emília Saraiva Nery

Projeto gráfico e diagramação: Ronyere Ferreira, a partir de modelo obrigatório elaborado pelo  
Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD

Capa: Maurício Barreto

**Dados internacionais de Catalogação na Publicação**

---

T314 Teoria da História : articulações entre tempo, sociedade e cultura /  
organizadora, Emília Saraiva Nery. – Teresina: EDUFPI, 2018.  
120 p.

ISBN: 978-85-509-0367-5

1. Teoria da História. 2. História e cultura. 3. História e sociedade. 4.  
História e tempo. I. Nery, Emília Saraiva.

CDD 901

---

De acordo com a Lei n. 9.96, de 19 de fevereiro de 1998, nenhuma parte deste livro pode ser  
fotocopiado, gravada, reproduzida ou armazenada sob qualquer forma ou qualquer meio sem o  
prévio consentimento do detentor dos direitos autorais.

**Editora da Universidade Federal do Piauí**  
Campus Ministro Petrônio Portela  
CEP: 64049-550 - Ininga - Teresina - PI - Brasil

# PREFÁCIO

NILSÂNGELA CARDOSO LIMA<sup>1</sup>

A pesquisa na História na contemporaneidade está cada vez mais problematizadora e oferece novas produções acadêmicas que contribuem para ampliar as discussões teóricas e metodológicas do campo. Ultrapassando a superficialidade da questão dos estudos positivistas e/ou tradicionais que traziam uma narrativa histórica apologética e factual, o problema se apresenta agora para o campo sob o ponto de vista epistemológico. Para tanto, considera-se que a quebra do paradigma da História desde os *Annales* até a História Cultural tem sido um campo fértil para o surgimento de estudos que tentam não apenas apresentar novos objetos, mas, sobretudo, revisar os já existentes e desafiar as teorias dada às possibilidades de novas dinâmicas socioculturais e interações com os meios tecnológicos.

Sobre o embate, alguns conceitos passaram a ser mais bem discutidos e repensados, principalmente quando o foco da contenda no campo da História deixa de ser apenas em torno da cientificização do pensamento e do estudo social para a questão epistemológica do conceito do tempo histórico. A quebra de paradigma da História do Positivismo para a Nova História, História das Mentalidades, História Nova, História Social, Nova História Política e História Cultural proporcionou mudanças substanciais nos métodos e nas técnicas e, não obstante, na relação do pesquisador com as fontes de pesquisa e na narrativa histórica.

O livro *Teoria da História: articulações entre tempo, sociedade e cultura*, organizada por Emília Saraiva Nery, apresenta-se com o objetivo

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre e Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. Professora do Curso do Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí.

de ampliar a discussão sobre a teoria e a metodologia da História e propõe perspectivas sobre o método/técnica da pesquisa, sobretudo a partir dos estudos alinhados na História das Mentalidades, História Social e História Cultural. Portanto, a obra é fruto de seu tempo e carrega em seu bojo questões teóricas e metodológicas do contexto histórico a qual cada artigo se insere e estrutura no âmbito da produção historiográfica na contemporaneidade.

Além disso, *Teoria da História: articulações entre tempo, sociedade e cultura* apresenta uma nova arquitetura epistemológica para se discutir teorias da História e sua interdisciplinaridade. Como o subtítulo sugere, “as articulações entre tempo, sociedade e cultura” perpassa todos os capítulos da obra tendo por finalidade pensar o campo, a teoria e os métodos da História. Vale registrar que não se trata de capítulos organizados por uma ordem cronológica das mudanças ocorridas nos paradigmas da História. Mesmo assim, a reflexão sobre as mudanças no campo historiográfico não ficou de fora e se faz a partir do olhar de cada historiador/pesquisador sobre seus objetos de estudos.

O livro encontra-se organizado em cinco capítulos. História Cultural, narrativa histórica, objetividade x subjetividade na História, História Social e História intelectual, de forma sucinta, apresentam-se como eixos temáticos para tratar sobre teorias da História. Cada um destes eixos serve como um dos pontos que servem para cada um dos historiadores/pesquisadores “tecer a rede” que se figura sobre a produção o conhecimento histórico. Para a tessitura de uma rede, é necessário perícia e prática. Deste modo, cada um dos autores que publicam texto nessa coletânea apresentam suas habilidades com o *métier* de historiador ao delinear proposições teóricas e metodológicas que oferecem reflexões críticas sobre o tempo, a sociedade e a cultura.

Embora a coletânea seja destinada aos discentes do Curso de Licenciatura em História, do Centro de Educação a Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI), contempla a ementa definida pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), mas também não limita ao seu conteúdo. Ou seja, na medida em que a organizadora Emília Saraiva Nery apresenta cinco artigos científicos com objetos e olhares diferentes para discutir os conteúdos da disciplina Teoria da História, contempla a ementa ao mesmo tempo em que oportuniza os discentes do Curso de História/EAD/UFPI e demais leitores para conhecer outros autores e pesquisadores da História que refletem sobre os fundamentos teóricos e a crítica historiográfica contemporânea dos séculos XX e XXI, além dos autores clássicos. Tal ação, entretanto, contribui direta e indiretamente para ampliar a rede de discussão epistemológica que se estende e

se (re)constrói continuamente sobre o campo e a teoria da História, especialmente, quando um novo ponto é formado e/ou quebrado.

*Teoria da História: articulações entre tempo, sociedade e cultura* é, sem dúvida, mais um livro que se coloca no âmbito acadêmico e à disposição dos leitores que se interessam pela teoria e a metodologia da História e que contribui para afinar o diálogo com os teóricos que se dedicam a refletir sobre o campo historiográfico, suas questões e seus problemas, na contemporaneidade.



## SUMÁRIO

|   |   |     |
|---|---|-----|
|   | Apresentação  | 9   |
| 1 | História Cultural: articulações entre História, Sociedade e Cultura<br><i>Emília Saraiva Nery</i>   | 13  |
| 2 | Reflexões sobre a narrativa histórica na modernidade reflexiva<br><i>Julierme Morais</i>  | 31  |
| 3 | Entre a <i>Beira da falésia</i> e a <i>Terceira margem do rio</i> : o historiador e as palavras, essa relação em conflito<br><i>Edwar de Alencar Castelo Branco</i><br><i>Fábio Leonardo Castelo Branco Brito</i> | 57  |
| 4 | Algumas considerações sobre os conceitos no campo histórico: a noção de trabalhismo na historiografia brasileira<br><i>Marylu Alves de Oliveira</i>   | 75  |
| 5 | História Intelectual: possibilidades e desdobramentos de um campo historiográfico<br><i>José Maria Vieira de Andrade</i>  | 97  |
|   | Sobre os autores  | 119 |



## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne cinco capítulos inéditos, que tratam das principais correntes e perspectivas teóricas do *metier* historiográfico contemporâneo brasileiro do século XXI. Para além dos debates entre as escolas historiográficas Escola dos Annales, Nova História, História das Mentalidades, História Social e História Cultural, os autores mostram a construção do conhecimento histórico e da pesquisa histórica, através das articulações entre as categorias: tempo, sociedade e cultura.

Cada um dos seis autores aqui reunidos são professores de Teoria da História nas suas respectivas instituições: Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Goiás. Eles se preocupam com as relações entre Teorias da História e Narrativas Históricas. São historiadores que ensinam a liberdade que os profissionais devem ter na escolha de teorias para o exercício das suas pesquisas.

No limiar do século XXI, abria-se ainda para os historiadores universitários brasileiros uma possível “encruzilhada” de dois caminhos teóricos, a partir do seguinte questionamento: ser moderno ou pós-moderno em seus estudos e pesquisas? Está embutida nesse questionamento a noção de que optar por uma teoria é ter uma visão fundamentalista e dual de História.

O historiador demarca a sua visão de História, quando escolhe uma determinada corrente teórica ou uma mistura de perspectivas teóricas. A Teoria fornece um balizamento de objetos de estudos e análises explicativas de contextos históricos. Apesar desse direcionamento, o aprendiz de historiador não deve se encantar e se fixar em perspectivas teóricas ao tentar enquadrar a qualquer custo seus objetos de estudo em sua teoria preferida.

O leitor desta obra entrará em contato com os debates contemporâneos entre os historiadores, tais como: o caráter científico e literário da disciplina, os sujeitos e intelectuais do conhecimento histórico, a elaboração de categorias conceituais pelo historiador, a interdisciplinaridade e as linhas

de pesquisa em História. O primeiro capítulo, intitulado “História Cultural: articulações entre História, Sociedade e Cultura” e de autoria de Emília Saraiva Nery, é resultado de reflexões feitas durante aulas de Teoria da História, no Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Trata-se de uma ampla contextualização do surgimento da História Cultural, através de uma discussão acadêmica entre as oficinas historiográficas francesa, História Sócio-cultural, e americana, História Cultural, que ocorreu por volta dos anos 1960 e 1970 e da identificação dos principais fundamentos teóricos e metodológicos, estabelecidos pela História Sócio-Cultural e pela História Cultural.

O segundo capítulo, intitulado de “Reflexões sobre a narrativa histórica na modernidade reflexiva” e de autoria de Julierme Moraes, aprofunda as contribuições teóricas de Michel Foucault, Hayden White, Paul Veyne e Roger Chartier sobre a importância da linguagem, da representação, das continuidades e descontinuidades temporais. Já o terceiro capítulo, nomeado de “Entre a *beira da falésia* e a *terceira margem do rio*: o historiador e as palavras, essa relação em conflito” e escrito por Edwar de Alencar Castelo Branco e Fábio Leonardo Castelo Branco Brito contribui também com reflexões sobre a contribuição das palavras para a narrativa histórica e da noção de representação para a idéia de multiplicidade de realidades históricas. Por outro lado, alarga o debate em questão ao abordar os elementos teóricos comuns entre os historiadores Roger Chartier, Robert Darnton, Carlo Ginzburg e Hayden White ao considerarem o texto como o lugar da história, dos acontecimentos sociais e das circularidades culturais.

O quarto capítulo, denominado de “Algumas considerações sobre os conceitos no campo histórico: a noção de trabalhismo na historiografia brasileira” e elaborado por Marylu Alves de Oliveira, percorre os caminhos teórico-metodológicos em torno de uma história dos conceitos dos termos “trabalhismo” e “comunismo”, inerentes às perspectivas da Cultura Política Brasileira. A autora aponta que os contextos temporais e os grupos sociais são elementos fundamentais para a compreensão dos diversos significados dos referidos termos e do processo de legitimação do poder político na imprensa e na produção historiográfica. Por fim, o quinto capítulo, designado de “História Intelectual: possibilidades e desdobramentos de um campo historiográfico” e construído por José Maria Vieira de Andrade, retrata a História Intelectual como um campo teórico e metodológico importante e em crescimento na historiografia brasileira e identifica as suas possibilidades de estudos e pesquisas em torno, principalmente, da temática do racismo.

Ao fazer um panorama geral sobre esta coletânea, percebe-se que

os três primeiros artigos abordaram genuinamente contextualizações e pressupostos teórico-metodológicos intrínsecas à escrita da História contemporânea e os dois últimos artigos mostraram as aplicações das teorias das Histórias dos conceitos e da História Intelectual. Cada autor procurou seguir, na medida do possível e sem engessamentos, a ementa da disciplina Teoria da História: A Escola dos Annales e as gerações posteriores no século XX. A Nova história e seus desdobramentos: novos temas, novas abordagens, novos problemas. Fundamentações teóricas e epistemológicas.

É importante ressaltar que a disciplina Teoria da História é de fundamental importância para inserir o historiador nas relações entre as teorias e as produções dos conhecimentos históricos, através das reflexões em torno dos fundamentos teóricos dos autores da crítica historiográfica contemporânea nos séculos XX e XXI, sobretudo, das correntes historiográficas: Mentalidades, História Social e História Cultural. Por fim, espera-se que os leitores, ao terminarem de ler este livro sobre Teorias da História, sejam capazes de compreender as práticas sociais contemporâneas, a partir da identificação dos pressupostos teóricos, das temáticas e das abordagens que fundamentam o conceito e a prática da historiografia contemporânea, inclusive, dos livros didáticos.



# HISTÓRIA CULTURAL: ARTICULAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA

EMÍLIA SARAIVA NERY<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este capítulo analisa a formação da História Cultural enquanto um modo do saber histórico, que trouxe mudanças no tratamento do seu objeto e inquietações e desafios para a prática historiográfica. Essa análise se desenvolve em dois momentos: 1) a compreensão do contexto do surgimento da História Cultural e 2) o mapeamento dos principais fundamentos teóricos e método-lógicos, estabelecidos pela História Sócio-Cultural e pela História Cultural. Para tanto, aborda-se, sobretudo, as rupturas nos modelos historiográficos provocadas pelos estudos culturais, a partir da discussão acadêmica entre as oficinas historiográficas francesa, História Sócio-cultural, e americana, História Cultural, que ocorreu por volta dos anos 1960 e 1970.

## O EMERGIR DA HISTÓRIA CULTURAL

Para entender o debate teórico em questão, é necessário lembrar que a historiografia caminhou no sentido de superar a História Tradicional do século XIX, o Positivismo, através das propostas da História Social e da História Cultural. Nesse percurso com vista para a História Cultural, encontra-se a História das Mentalidades como ponto de transição. Seus

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Docente em História pela Secretaria da Educação do Piauí – SEDUC-PI e em Direito pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão- FACEMA.

estudos se concentravam em dados não empíricos que se aproximavam do cotidiano como religiosidade, sexualidade e concepções de cultura. Seu estilo narrativo era descritivo, pois partia do pressuposto de que era importante dar voz às fontes, ou melhor, interfacear, o coletivo e a individualidade.

Nesse sentido, o conceito de tempo de longa duração de Fernand Braudel, tão importante para as mentalidades, é substituído pela idéia de especificidade. Então, modelos tradicionais de pesquisas evolucionistas, progressistas e voluntaristas são abalados por propostas antropológicas, de Pierre Bordieu, Jacques Derrida e Geertz, que observam a realidade como um produto simbólico, e linguístico de Michel Foucault, que tratam da construção coercitiva da realidade através da linguagem.

A partir das reflexões metodológicas desses pensadores, a História Cultural vislumbrou várias maneiras de tratar seus objetos. E que “leque” de caminhos se abriu para a constituição da História Cultural? Como já foi abordado anteriormente, a direção que trataremos mais detalhadamente será o diálogo entre as correntes historiográficas francesa e americana e as conexões entre os críticos literários Hayden White e Dominick LaCapra.

Apesar de verticalizar essa problemática sobre a formação da História Cultural, não se pode negligenciar o debate do enunciado de outras perspectivas teórico-metodológicas que se configuraram. Dentre elas, destacam-se as de Carlo Ginzburg, E. P. Thompson e Natalie Davis. Carlo Ginzburg contribuiu com suas ideias de cultura popular e de circularidade cultural, entendidas como processos de produção de sentidos que supera a utilização da noção de cultura popular como descrição e identificação somente de classes sociais e de formas culturais diferentes da cultura erudita. Já E. P. Thompson e Natalie Davis, teóricos ingleses, discutiram a cultura como constituição de experiência de classe. Ambos buscaram entender de que forma modelos de violência se constituíam como repercussões da resistência de valores comunitários, fossem esses valores relativos ao trabalho ou à religião.

Realizado esse breve panorama teórico-metodológico, é possível se concentrar na importância de conceitos que incorporam o social e o cultural. Os conceitos de representação, enquanto símbolo e instituição de convergência de interesses e criação de identidades dos grupos sociais, e apropriação, entendida como a incorporação específica das representações, elaborados por Roger Chartier são centrais para a História Cultural.<sup>2</sup> Esses conceitos implicam ainda a concepção de que cada época tem a sua representação e de que o sujeito, “per si”, não muda

---

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

a realidade social, mas a sua obra pode alterar essa realidade<sup>3</sup>

Por essa perspectiva, o estudo das representações é tão legítimo quanto o exame de dados econômicos e objetivos, pois as representações constroem realidades. Transpondo essa reflexão para os objetos de pesquisa, é possível argüir uma dialética: os objetos são reais, favorecem a mudança do real (atividade) e são construídos (passividade). Admitir essa dialética, é assumir que não é necessário “pedir licença” para falar de cultura e que não há mais modelos fixos de correntes historiográficas.

Partindo do pressuposto de que a História Cultural “abafou” seu passado de mentalidades, ela emergiu como expoente de um paradigma pós-moderno que é resultado de um “giro lingüístico”, no qual a linguagem e as representações são instâncias últimas da realidade. Essa historiografia pós-moderna se contrapôs a um paradigma moderno, que tem como base o discurso iluminista de uma história científica portadora de um conhecimento racional, objetivo e global do passado.

## 2 HISTÓRIA SÓCIO-CULTURAL E HISTÓRIA CULTURAL: PRINCIPAIS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para circunscrever os abalos paradigmáticos na historiografia contemporânea, é possível citar as evidências da aproximação da História com outras disciplinas, a redistribuição das mesmas e a mutação do modo de fazer da História vigente. De sorte que, para além de abalos metodológicos, vislumbram-se mudanças institucionais<sup>4</sup>. É como acrescenta Lloyd Kramer:

[...] O padrão institucional dominante tem sido a tendência dos historiadores a definirem-se ao longo das linhas cada vez mais nítidas dos departamentos acadêmicos, das especializações circunscritas e das fronteiras disciplinares. Ao mesmo tempo, porém, grande parte da renovação intelectual entre os historiadores modernos resultou de sua disposição a recorrer a outras disciplinas acadêmicas em busca de insights teóricos e metodológicos, o que levou a uma expansão e redefinição da orientação política da historiografia tradicional. A busca de novas formas de abordar o passado levou os historiadores à antropologia,

---

<sup>3</sup> CHARTIER, 1990, p. 13-28.

<sup>4</sup> KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.131-173.

economia, psicologia e sociologia [...]”<sup>5</sup>

Diante desse panorama ameaçado, a História - depois de Michel Foucault – deixou de estudar apenas o instituído através de pressupostos, tais como: a *desnaturalização* do objeto (práticas discursivas e não-discursivas produzem objetos e figuras sociais), a *descontinuidade* (descrição das dispersões temporais no lugar da continuidade temporal entre os fatos) e a *genealogia* (identificação das manifestações de poder que permeiam todas as relações sociais). Por outro lado, os historiadores “abalados” propuseram um retorno ao sujeito através dos estudos da microhistória e da biografia<sup>6</sup>, através da seguinte forma:

Os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. De onde vários deslocamentos fundamentais: das estruturas às redes, dos sistemas de posição às situações vividas, das normas coletivas às estratégias singulares. A ‘microhistória’, italiana e depois espanhola, ofereceu a tradução mais viva da transformação desse procedimento histórico inspirado pelo recurso a modelos interacionistas ou etnometodológicos. Radicalmente diferenciada da monografia tradicional, cada microhistória pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem<sup>7</sup>.

No tocante aos desafios que se desenham até então, o desafio da *independência da linguagem em relação ao real* é o mais desconcertante. Por sua vez, essa preocupação com a linguagem trouxe à tona estudos sobre o caráter literário da escrita histórica, realizados especialmente por Hayden White e Dominick LaCapra.

Para compreender o “bojo” da contribuição da crítica literária para os estudos históricos, é necessária uma abordagem sobre a utilização dos textos nas pesquisas histórica tradicional e histórico-cultural. Esse uso dos textos pode ser trabalhado através de uma perspectiva comparativa entre a escrita tradicional e a História Cultural. Quais as diferenças que

---

<sup>5</sup> KRAMER, 1995, p. 131.

<sup>6</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

<sup>7</sup> CHATIER, 2002, p. 84.

emergem entre o discurso tradicional e o histórico cultural? O discurso histórico tradicional e a literatura do século XIX adotaram a linguagem como sua referencialidade. É como diz White:

Os estudos históricos, único entre as disciplinas pretendentes ao estatuto de cientificidade, permaneceu vítima do que ele chamava de ‘a falácia da referencialidade’<sup>8</sup>. Não foi acidental, para Barthes, que o ‘realismo’ no romance do século XIX e a ‘objetividade’ na historiografia do mesmo século se desenvolveram paralelamente. O que eles tinham em comum era a dependência de um modo especificamente narrativo do discurso<sup>9</sup>.

Por outro lado, o papel do historiador tradicional consistia em ler esses textos restringindo o seu sentido à literalidade das palavras. Dessa forma, ele fazia uma leitura denotativa que sobrepunha o referente ao significado, ou melhor, o contexto ao texto. Portanto, o texto seria uma mímesis do contexto, ou seja,

[...] o principal propósito era substituir sub-repticiamente por um conteúdo conceitual (um significado) um referente que ele pretendia apenas descrever [...] na história objetiva o real nunca é mais que um significado não formulado, escondendo-se atrás do aparentemente todo-poderoso referente<sup>10</sup>.

Já o discurso histórico-cultural faz uma crítica à referencialidade da linguagem e a proposição de uma leitura conotativa, que amplia o sentido em que é empregada a palavra e atribui diferentes sentidos ao texto. De sorte que “O que tem lugar’ na narrativa é do ponto de vista referencial (realidade) literalmente nada: ‘o que acontece’ é apenas linguagem, a aventura da linguagem, a incessante comemoração de sua chegada<sup>11</sup>”. É como reafirma White:

É essa complexa sobreposição múltipla do discurso e a

---

<sup>8</sup> WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. Trad. de Luis Paulo Rouanet. *History and Theory*. Volume XXIII, nº. 1. Wesleyan University Press. Middletown, 1984. *Revista de História*, s/d, p. 63.

<sup>9</sup> WHITE, 1984, p.64-65.

<sup>10</sup> Idem, *Ibidem*, p.63.

<sup>11</sup> BARTHES Apud WHITE, 1984, p.65.

sua conseqüente capacidade de passar por uma ampla variedade de interpretações de seu sentido que o modelo performativo do discurso procura iluminar. Da perspectiva fornecida por esse modelo, um discurso é considerado como um aparelho para a produção de sentido, ao invés de ser apenas um veículo para a transmissão de informação sobre um referente extrínseco<sup>12</sup>.

É importante destacar ainda que a noção de independência da linguagem em relação ao real implica a conclusão de que se trabalha com um discurso sem referente, e por sua vez, com a inexistência da realidade. Os historiadores sócio-culturais, entretanto, concebem o discurso e o social como estruturas possuidoras de lógicas distintas. É como destaca Chartier:

Reconhecer que a realidade passada não é acessível (na maioria das vezes) se não através dos textos que pretendiam organizá-la, submetê-la ou representá-la não é postular, contudo, a identidade, entre duas lógicas: de um lado, a lógica logocêntrica e hermenêutica que governa a produção dos discursos; de outro, a lógica prática que regula as condutas e ações. Dessa irredutibilidade da experiência ao discurso toda história deve dar conta, precavendo-se de um uso descontrolado da categoria 'texto', demasiadas vezes indevidamente aplicada a práticas (ordinárias ou ritualizadas), cujas táticas e procedimentos não são em nada semelhantes.<sup>13</sup>

Após visualizar as marcas do discurso tradicional e do discurso histórico-cultural, nota-se uma negociação entre texto e realidade. Essa tomada de posição alerta para o fato de que nem tudo é texto, interpretação e cultura. E ainda avisa que a análise formal do discurso não explica tudo, não explica, por exemplo, como um objeto se constitui historicamente. Esse aviso se destina especialmente a White, como assevera Chartier:

[...] O próprio emprego do termo deep structure leva naturalmente a pensar as prefigurações do discurso histórico de acordo com um estrito modelo lingüístico e estruturalista, portanto, a considerar que elas regulam automática e

<sup>12</sup> WHITE, 1984, p.71.

<sup>13</sup> CHARTIER, 2002, p. 90-91.

impessoalmente as preferências historiográficas. Hayden White incitava a essa interpretação de seu pensamento, manipulando as oposições, caras a lingüística estrutural, entre a superfície e a profundidade, entre o manifesto e implícito, entre a linguagem e o pensamento. É com tais categorias que ele define seu procedimento [...] [em todos os campos de saber ainda não reduzidos (ou elevados) ao estatuto de uma ciência verdadeira, o pensamento permanece cativo do modo lingüístico pelo qual ele busca aprender as configurações dos objetos presentes em seu campo de percepção].<sup>14</sup>

Porém, esse debate sobre o caráter restritivo da análise formal do discurso já foi esclarecido por White em outro momento. Ele admite a necessidade da ampliação da análise formal do discurso através de uma análise histórica do discurso, das suas modalidades de existência por parte dos historiadores tradicionais:

A maioria dos historiadores do século XIX não compreendiam que, quando se trata de lidar com fatos passados, a consideração básica para aquele que tenta representá-los fielmente são as noções que ele leva às suas representações das maneiras pelas quais as partes se relacionam com o todo que elas abrangem. Não compreendiam que os fatos não falam por si mesmos, mas que o historiador fala por eles, fala em nome deles, e molda os fragmentos do passado num todo cuja integridade é – na sua representação – puramente discursiva<sup>15</sup>.

E sobre a acusação de falta de concepção de referente, White nega ao afirmar que sua abordagem não discute o teor dos acontecimentos e sim, a maneira de narrá-los:

O problema não é a natureza dos tipos de eventos com que se ocupam historiadores e escritores imaginativos. O que nos deveria interessar na discussão da literatura da 'literatura do fato', ou, como preferi chamar, das 'ficções da representação factual' é o grau em que o discurso do

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*, p.104.

<sup>15</sup> WHITE, Hayden. *Trópico dos discursos: ensaios sobre da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 141.

historiador e do escritor imaginativo se sobrepõem, se assemelham ou se correspondem mutuamente.<sup>16</sup>

Então, qual seria o referente para a escrita histórica? O que justificaria o uso da imaginação, tão importante para os romancistas, no discurso historiográfico? O tempo seria a resposta. Levar o leitor para uma realidade temporal estranha à sua requer o artifício ficcional. Dentre as linhas de narrativa, White opta pela vertente hermenêutica de Paul Ricoeur:

A significância dessa metafísica da narratividade para a teoria historiográfica reside na sugestão de Ricoeur de que a narrativa histórica precisa, em virtude de sua narratividade, ter como seu 'referencial último' nem mais nem menos do que a temporalidade'. Posto dentro do contexto mais amplo da obra de Ricoeur, o que isto significa é que ele atribui à narrativa histórica a categoria de discurso simbólico, ou seja, um discurso cuja força principal não provém de seu conteúdo informacional nem do seu efeito retórico, mas de sua função imagística.<sup>17</sup>

Para melhor compreender essa crise epistemológica que a crítica literária trouxe para a historiografia, faz-se necessário enunciar algumas de suas críticas mais comuns. Tanto White como LaCapra criticam reiteradamente a tendência da história se situar dentro de paradigmas literários e científicos da segunda metade do século XIX. White acusa a História de se estabelecer em um meio termo, num primeiro plano, entre uma ciência positivista:

Desde meados do século XIX, a maioria dos historiadores simulou um tipo de ingenuidade deliberada. A princípio, essa ingenuidade servia a um bom propósito: resguardava o historiador da tendência a adotar os sistemas explicativos monísticos de um idealismo militante na ciência. Mas esta suspeição de sistema tornou-se uma espécie de reação condicionada entre historiadores que tem levado a uma oposição, em todos os setores dessa área profissional, a praticamente qualquer tipo de autoanálise crítica<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> WHITE, 2001, p.137.

<sup>17</sup> Idem, 1984, p.83.

<sup>18</sup> WHITE, 2001, p.40.

E, num segundo plano, a História Tradicional se baseia numa arte Ilustracionista, que contaria a História da Arte de forma progressiva. Essa perspectiva não dá historicidade à arte nem percorre aspectos formadores da obra artística como: o artista, os estilos, o universo cultural, a recepção das produções e as sensibilidades da época. Nesse sentido, White e LaCapra se posicionam da seguinte forma:

De fato, quando muitos historiadores falam da ‘arte’ da história, parecem ter em mente uma concepção da arte que admitiria como paradigma um pouco mais do que o romance do século XIX [...] Embora exibam por vezes em suas paredes e em suas estantes as obras dos modernos artistas abstracionistas, os historiadores continuam a agir como se acreditassem que o propósito principal, para não dizer o único, da arte é contar uma história.<sup>19</sup>

Aqui um ponto é particularmente significativo. No século XIX, o romance e a narrativa histórica exibiram paralelos notáveis [...] Próximo do final do século XIX, há por contraste uma separação nas formas de narrativa romanesca e histórica. A narrativa na perspectiva histórica permanece, com algumas exceções, presa à sua forma oitocentista. Os desenvolvimentos na história narrativa dirigem-se ao nível científico de melhor documentação e coleção de fontes<sup>20</sup>.

As apreciações de White e LaCapra à forma tradicional de narrativa também são negativas. É o que se pode concluir através de uma análise comparativa dos trechos a seguir:

Para o historiador narrativo, o método histórico consiste na investigação dos documentos de modo a determinar qual é a estória mais verdadeira ou mais plausível que ele pode contar sobre os acontecimentos que eles registram. Um verdadeiro relato em forma de narrativa sob esse viés, não é tanto um produto dos talentos poéticos do historiador,

---

<sup>19</sup> Idem, *Ibidem*, p.55.

<sup>20</sup> LACAPRA, Dominick. História e o Romance. Trad. de Nelson Shapochinik. *History & Criticism*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, p. 115-3, 1984. *Revista de História*, s/d, p. 113-114.

como se supõe que seja a narrativa de eventos imaginários, quanto um resultado necessário da aplicação apropriada do 'método' histórico. A forma do discurso, a narrativa, não acrescenta nada ao conteúdo da representação, sendo antes um simulacro da estrutura e processos dos acontecimentos reais<sup>21</sup>.

Até recentemente, os historiadores que buscaram a orientação nas ciências sociais puderam minimizar a função da narrativa em história e enfatizar a necessidade de submeter os dados à análise, formulação de hipóteses e construção de modelos com o fim de elaborar explicações válidas de fenômenos históricos. Se a dimensão artística da história fosse de algum modo ser considerada, seria através de uma idéia quase que irrelevante de um 'bom estilo' na escrita<sup>22</sup>.

Simultaneamente, os dois críticos literários condenam a narrativa Annalística, a construção da noção de uma História Total e suas concepções sociais. Nesse sentido, o recorte social das Mentalidades é abrangente diluindo as diferenças sociais e a ideia de inconsciente coletivo é muito específica de uma pesquisa arqueopsicológica.

O grupo dos Annales foi o mais crítico em relação à história narrativa. Para eles, a história narrativa era simplesmente a história da política do passado e, mais ainda, a história política concebida como conflitos e crises dramáticas de curta duração que se prestavam a representações romanceadas, de caráter mais 'literário' do que propriamente científico.<sup>23</sup>

Até pouco tempo atrás a influente escola dos Annales se inclinou a ver a narrativa como algo superficial para uma concepção sócio-científica de história 'séria', com uma ênfase sobre séries estatísticas e pesquisas exaustivas em arquivos para levar adiante o ideal de uma história total.

---

<sup>21</sup> WHITE, 1984, p.49.

<sup>22</sup> LACAPRA, 1984, p.109.

<sup>23</sup> WHITE, 1984, p.57.

[...]

No passado mais imediato, a Escola do Annales se tornou um pouco menos dogmática e evangélica em suas posições, aos menos entre seus afilhados mais conscientes e críticos de si próprios [Chartier]. A história total tem sido substituída na direção de uma história geral mais problemática<sup>24</sup>.

Feitas essas considerações sobre as críticas literárias de White e LaCapra, surge a necessidade de um diálogo sobre suas propostas para uma escrita histórica. Apesar de se tratarem de proposições ou afirmações, é importante mencionar que a relação entre as propostas e as críticas é de interdependência.

O combate que White trava com a historiografia estabelecida gira em torno das variáveis linguísticas lançadas pelos historiadores. White aponta quatro modalidades possíveis de enredo de criação (romântica, trágica, cômica e satírica), quatro modalidades possíveis de argumento (formista, mecanicista, organicista, contextualista) e quatro modalidades de implicações ideológicas (anarquista, radical, conservadora e liberal).

É importante observar que White, diferentemente da escola dos Annales, não critica o conteúdo ideológico e político de uma história narrativa. Para ele, “[...] o problema da ideologia ressalta o fato de que não há qualquer modo de valor neutro de urdidura de enredo, explicação ou até mesmo descrição de qualquer campo de eventos”.<sup>25</sup>

As modalidades literárias citadas anteriormente são dependentes de quatro tropos literários básicos: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Deve-se notar ainda que a concepção de “figuração tropológica” de White não estabelece esses padrões como uma ‘lei de discurso’ absoluta, uma vez que existem inúmeros discursos nos quais o padrão não aparece plenamente na forma sugerida.

Para Hayden White, a dimensão fictícia e imaginária de todos os relatos de acontecimentos não significa que eles não tenham realmente acontecido, mas sim, que qualquer tentativa de descrever os acontecimentos (mesmo enquanto estão ocorrendo) deve levar em conta diferentes formas de imaginação. Além do mais, todos os relatos de realidades históricas devem, inevitavelmente, levar em conta uma filosofia da história. Em outras palavras, ao se escrever história é impossível prescindir de uma narrativa ficcional e filosófica, e não se pode simplesmente sancionar a distinção disciplinar que os historiadores usam para distinguir dos filósofos e dos

<sup>24</sup> LACAPRA, 1984, p.109-110.

<sup>25</sup> WHITE, 2001, p. 144-145.

autores de obras literárias.

Dominick LaCapra utiliza a concepção Bakhtiniana de “processo dialógico”, no qual os textos e as realidades sociais de sociedades do passado se dão através de diálogos constantes, que devem ser examinados e abordados a partir de um grande número de perspectivas e que não podem ser simplesmente reduzidos a um único e monológico significado. A abordagem dialógica da História permitiria, portanto, a discussão entre categorias opostas dentro de textos específicos, o diálogo entre textos e contextos.

De maneira geral, pode-se destacar algumas semelhanças entre as propostas de White e LaCapra, tais como:

1. O desejo de ampliar a noção de História;
2. A ênfase no fato dos historiadores usarem inevitavelmente estruturas narrativas para definir o conhecimento histórico e separar a história de outras formas de escrita, mas também afirma que essas categorias não devem ser tomadas pela coisa em si;
3. Pressuposto de que o estudo da história deve ser sempre, em certo sentido, o estudo da linguagem.
4. A crença de que as estruturas narrativas e os pressupostos antológicos não examinados pré-figuram todas as obras históricas, bem como nossa compreensão da realidade, fora do âmbito dos livros. Assim, o grande valor da teoria literária provém de sua análise dos códigos e das convenções retóricas dos quais os historiadores inconscientemente dependem.
5. O passado só pode ser acessado através de textos. Em síntese, não existe nenhum contexto significativo sem a linguagem que o forma e o define.

Apesar dessas semelhanças, White e LaCapra possuem propostas e idéias diametralmente opostas. Dentre elas, é possível mencionar as seguintes:

1. A distinção entre LaCapra e White é a percepção de uma tendência conflitante, LaCapra enfatiza que White ainda pensa em favor de uma coerência. LaCapra, portanto, reivindica uma historiografia crítica que questione a busca da ordem e coerência que encontramos na maior parte dos livros de história.
2. Sobre as formas dominantes da compreensão histórica contemporânea – que White descreve como Ironia e LaCapra como História Social, White argumenta que os historiadores modernos estão “aprisionados” numa perspectiva Irônica para moldar a

estrutura narrativa de quase todas as obras de historiografia profissional. Essa perspectiva desenvolve uma atitude cética com relação ao modo pelo qual os agentes históricos usam a linguagem para descrever a realidade, enfatizando o vazio existente entre as palavras e as coisas. Quando aplicada ao passado, a Ironia possibilita aos historiadores uma visão realista ou superior das pessoas e acontecimentos que discutem, pois, em sua própria época, as pessoas sempre carecem da perspectiva que lhes permite perceber a disjunção entre sua palavra e sua experiência de uma forma tão clara quanto os historiadores a percebem em retrospecto. O historiador se acha detentor de uma sabedoria superior ao que o público possui. E o campo em estudo só é compreensível a partir de uma inteligência refinada. Embora compartilhe do interesse de White em desafiar uma tendência historiográfica dominante, LaCapra está mais preocupado com a proeminência da História Social do que com o tropo da Ironia. LaCapra admite prontamente a importância da História Social enquanto método para a compreensão do passado, mas queixa-se de que os historiadores sociais desvalorizaram outros métodos históricos, e, muitas vezes, simplificaram excessivamente a complexa realidade da experiência histórica – ler tanto o texto como os contextos de forma unidimensional, adotam uma perspectiva populista e panfletária, ignorando outras percepções ou níveis de experiência histórica.

3. Consideram particularmente relevante a recente teoria francesa, embora cada um deles, retire, dessa teoria, uma ênfase um pouco diferente. Os temas de obra de White relacionam-se mais frequentemente, às perspectivas de Michel Foucault de formação discursiva, enquanto LaCapra dá preferência à obra de Jacques Derrida, que ressalta observa a realidade através de sua complexidade, de suas oposições.

Assim sendo, a importância da literatura para a escrita da história é mostrar a realidade sócio-cultural de forma multifacetada. Outra relevância é a inversão de personagens, códigos e categorias estabelecidas pela narrativa histórica dominante.

A literatura e a teoria literária ajudam a ampliar a busca da realidade histórica levando-a às fontes e formas submersas de pensamento que em geral desafiam as hierarquias, as relações sociais e as categorias intelectuais que regem as sociedades modernas e a historiografia moderna. Essa busca de vozes significa que White e LaCapra

compartilham, com a nova história social, um forte desejo de expor essas estruturas e relações, esses pressupostos e interesses que passam despercebidos pela historiografia das elites sociais, políticas e cul-turais, ainda que a ênfase dos historiadores sociais difira significativamente de muitas das preocupações específicas da abordagem literária<sup>26</sup>.

Essa afirmação de Kramer de que White e LaCapra compartilham do bojo da História Social reacende ou retoma a discussão entre as escolas historiográficas americana e francesa especialmente, no tocante a forma através da qual se dá o discurso de história. Já foi visto que Hayden White, por exemplo, ressalta que são os tropos que comandam a estrutura da narrativa. E como a escola francesa se posiciona nesse debate?

Aqui se percebe um deslocamento epistemológico: as operações da pesquisa condicionam a narrativa histórica. Uma fase da operação historiográfica se destaca em especial: 'o lugar social e institucional'.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É uma função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostos, se organizam<sup>27</sup>.

Relacionar produto historiográfico ao social implica num redimensionamento do próprio conceito de ideologia. Ideologia deixa de ser concebida como um falseamento da realidade, para ser vista como uma "topografia de interesses". De sorte que toda criação discursiva é determinada por restrições do lugar; sejam essas econômicas, sociais, políticas e culturais. Ou seja, as idéias não são isoladas do meio social. Nesse aspecto, Chartier lembra que

[...] toda construção de interesses pelos discursos é ela própria socialmente determinada, limitada pelos recursos

---

<sup>26</sup> KRAMER, 1995, p.168-169.

<sup>27</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica In: *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p 66-67.

desiguais (de linguagem, conceituais, materiais, etc.) de que dispõem os que a produzem. Essa construção discursiva remete, portanto necessariamente às posições e as propriedades sociais objetivas, exteriores ao discurso, que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social.<sup>28</sup>

Se a criação discursiva é condicionada pelo lugar social, o seu sujeito também age dentro de campo de possibilidades e de regras. Dessa forma, o novo surge a partir de lacunas do velho. Portanto, a inovação não surge do nada nem rompe com tudo.

[...] todo gesto criador inscreve em suas formas e seus temas uma relação com as estruturas fundamentais que em determinado momento e lugar moldam a distribuição do poder, a organização da sociedade ou a economia da personalidade. Pensando (e pensando-se) como um demiurgo, o artista, o filósofo, ou o sábio inventa, contudo em meio ao constrangimento. Constrangimento das regras (da patronagem, do mecenato, do mercado, etc.) que definem sua condição<sup>29</sup>.

Ainda no tocante às determinações do discurso histo-riográfico, pode-se trazer para esse debate a posição de Paul Veyne. Diferentemente de Certeau e Chartier que observam um “nós” (instituições, técnicas, arquivos) como sujeito da produção historiográfica, ele vê um “eu”, uma subjetividade regendo as escolhas do historiador.

No interior da clareira que as concepções ou as convenções de cada época recortam no campo da historicidade, não existe hierarquia constante entre as províncias, nenhuma zona domina a outra nem mesmo a absorve. Quando muito pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros, mas mesmo essa importância depende totalmente dos critérios escolhidos para cada historiador e não tem grandeza absoluta.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> CHARTIER, 1984, p. 6

<sup>29</sup> Idem, *Ibidem*, p. 8.

<sup>30</sup> VEYNE, Paul. Tudo é histórico, portanto a história não existe. Paris: Editions du Seuil, 1971; *Teoria da História*. São Paulo: Editora Cultrix, sd, p. 50.

Ao colocar a subjetividade como motor historiográfico, Veyne poderia, nessa lógica, desconsiderar o estatuto científico da História. Mas, ele não o fez. Para ele, a História é científica desde que se aproxime das Ciências Sociais.

[...] já não vemos muito bem que diferença radical poderia existir entre, de um lado, a História da sociedade no tempo de Luís XIV, da pintura de Pompéia, ou do campo toscano no séc. XIII; e de outro, uma descrição da atual sociedade trobriandesa, dos trabalhadores norte-africanos nos subúrbios parisienses ou da fotografia como arte popular: entre a História, a Etnografia descritiva e a Sociologia como história da civilização contemporânea, a distinção é puramente tradicional ou baseada em instituições universitárias<sup>31</sup>.

Portanto, expostas as argumentações das escolas francesa e americana sobre o fazer historiográfico, é necessário mencionar algumas conexões entre suas idéias. Pois, seria arriscado simplesmente dicotomizar essas duas correntes da historiografia. Para ilustrar uma possível relação entre ambas, é possível confrontar os temores da escola francesa em relação ao desaparecimento das fontes e do caráter disciplinar da História com a contextualização das propostas da escola americana, de Hayden White em especial. Roger Chartier, nesse sentido, fez o seguinte alarme:

[...] Como, de fato, pensar a história sem quase nunca fazer referência às operações próprias da disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, verificação crítica dos resultados, validação da referência e da plausibilidade de interpretação? [...] Se realmente o discurso histórico assemelha-se à ficção narrativa, e até mesmo converge com ela, tanto pelas estratégias que emprega para atribuir um sentido aos acontecimentos quanto pelo tipo de verdade com qual lida, se a realidade dos fatos tramados não importa à natureza do saber produzido, a 'operação historiográfica' não seria tempo e pena perdidos?<sup>32</sup>

Essa acusação feita a White soa um pouco exagerada. Já que

---

<sup>31</sup> VEYNE, 1971, p. 54.

<sup>32</sup> CHATIER, 2002, p.112.

ele textualmente fala em fontes e nas regras da disciplina História nos seguintes trechos:

[...] Não se trata, pois, de um conflito entre dois tipos de verdade (que o preconceito ocidental com relação ao empirismo como única via de acesso à realidade nos impingiu), de um conflito entre a verdade de correspondência, de um lado, e a verdade de coerência, de outro. Toda história precisa submeter-se tanto a padrões de coerência quanto a padrões de correspondência se quiser ser um relato plausível do ‘modo como as coisas realmente acontecem’. Pois, o preconceito empirista é reforçado pela convicção de que ‘a realidade’ é não só perceptível como coerente na sua estrutura<sup>33</sup>.

E mais adiante, White lembra os rigores da prática historiográfica e os seus critérios teóricos e metodológicos:

Suponho que toda disciplina, como Nietzsche claramente observou, é constituída por aquilo que ela proíbe os seus praticantes de fazer. Toda disciplina é constituída por um conjunto de restrições ao pensamento e a imaginação, e nenhuma é mais cercada de tabus do que a historiografia tradicional – tanto que o chamado ‘método histórico’ consiste em pouco mais que na obrigação de ‘obter a ‘estória diretamente’ (sem qualquer noção do que poderia ser a relação da ‘estória’ com o ‘fato’) e de evitar a qualquer preço tanto a sobredeterminação conceitual quanto o arroubo imaginativo (isto é, o ‘entusiasmo’).<sup>34</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que White desconsidera sim o discurso histórico tradicional e positivista, que tenha como pressupostos: o padrão evolucionista ou historicista; as idéias como agentes determinantes das leis do progresso e uma verdade única a ser transcrita ou descoberta. É possível concluir que a escola americana provocou um alargamento forçado das bases epistemológicas da escola francesa através de uma pergunta desconcertante: “Não é plausível que a questão da narrativa em qualquer

<sup>33</sup> WHITE, 2001, p. 138.

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*, p.142.

discussão sobre teoria da história seja sempre no final de contas, sobre a função da imaginação na produção de uma verdade especificamente humana?”<sup>35</sup>

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica In: *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.65-119.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representa-ções*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

——, História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.97-113, 1994.

——. *À beira da falésia: história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.131-173.

LACAPRA, Dominick. História e o Romance. Trad. de Nelson Shapochinik. *History & Criticism*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, p.115-3, 1984. *Revista de História*. s/d.

VEYNE, Paul. Tudo é histórico, portanto a história não existe. Paris: Editions du Seuil, 1971; *Teoria da História*. São Paulo: Editora Cultrix, sd.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. Trad. de Luis Paulo Rouanet. *History and Theory*. Volume XXIII, nº. 1. Wesleyan University Press. Middletown, 1984. *Revista de História*, s/d.

——. *Trópico dos discursos: ensaios sobre da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

---

<sup>35</sup> WHITE, 1984, p.89.

# REFLEXÕES SOBRE A NARRATIVA HISTÓRICA NA MODERNIDADE REFLEXIVA

JULIERME MORAIS<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

É certamente uma tarefa árdua traçar um diagnóstico sobre como, onde e quando a comunidade dos historiadores começou a problematizar de modo enfático as maneiras de produzir conhecimento histórico efetuadas por seus antecessores ou por seus próprios contemporâneos, pois tal procedimento sempre foi uma tônica entre aqueles preocupados com a investigação da narrativização das ações humanas ao longo do tempo, proporcionando inúmeros combates nos campos da Teoria e da Metodologia da História — qual pesquisador em História não ouviu dizer ou leu alguma menção às críticas de Tucídides a Heródoto, de François Simiand, Lucien Febvre e Marc Bloch a Gabriel Monod, Fustel de Coulanges, Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, ou de Carlo Ginzburg a Michel Foucault e Hayden White? — Na verdade, esse movimento de autorreflexão epistemológica é inerente à produção do conhecimento histórico e, por consequência, eleva as críticas até mesmo ao já considerado “pedra de toque”. O caráter autoreflexivo do conhecimento histórico, como enfatizou o historiador Jurandir Malerba, talvez seja o maior

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); docente efetivo da área de Teoria e Metodologia da História da Universidade Estadual de Goiás (UEG); Regime de Tempo Integral à Docência e a Pesquisa (RTIDP) e Bolsista do programa Bolsa de Incentivo ao Pesquisador (BIP-UEG); pesquisador do Núcleo de Estudos de História da Arte e da Cultura (NEHAC) e do Grupo de Estudos de História e Imagem (GEHIM).

diferenciador da História no conjunto das Ciências Humanas<sup>2</sup>. Justamente por esse motivo, sempre que debruçamos no estado da arte dos estudos históricos, nos deparamos com a sensação de que, a todo modo momento, o plano de voo seguro e muito preciso que utilizamos para embarcar no processo de produção de nossas pesquisas sofre com um mau tempo e consequentes turbulências, nos obrigando a redirecionar o plano de voo no fito de redefinir uma nova rota teórico-metodológica. A última das turbulências pode ser localizada na década de 1960, uma vez que, entre seus efeitos, é perceptível o esgotamento político-ideológico de inúmeros movimentos culturais de contestação ao *status co*, concomitante à maior força de diversas transformações de ordem política, econômica e sociais vultuosas, como a potencialização do processo de “revolução científico-tecnológica” – microeletrônica, refinamento do audiovisual, massificação do consumo, irrefreável desenvolvimento das telecomunicações, etc. —, o esfacelamento de um “estado de bem-estar social” e a difusão e absorção do neoliberalismo econômico.

À luz desse processo histórico, inúmeros pesquisadores, investiram no pós-estruturalismo e no desconstrutivismo, aderindo à descrença no racionalismo moderno cartesiano e, por desdobramento, problematizando de forma mais enfática a maneira pela qual o conhecimento histórico até então havia sido produzido e tomado forma, levando na mesma esteira, apenas a título de menção, a perspectiva global dos *Annales*, o materialismo histórico, a história quantitativa estadunidense e as concepções residuais de história do século XIX. Nesse ínterim, o debate mais acalorado em torno a noção de verdade do discurso da História e das relações do conhecimento histórico com a ficção tomou corpo expressivo, sobretudo com a constância da autorreflexão epistemológica em torno do estatuto do texto histórico e suas características, condicionamentos, desdobramentos e função social. É exatamente esse debate potencializada a partir dos anos 1960, momento a partir do qual surgiram novas carências de orientação no processo de autorreflexão dos profissionais da História, que se configura em nossa preocupação fundamental no presente capítulo, pois, em caráter introdutório e panorâmico, visamos mapeá-lo girando em torno da questão da verdade da narrativa histórica e seus desdobramentos. Para tal empreendimento, nosso mapeamento reflexivo percorrerá as contribuições ao debate encaminhadas por Michel Foucault, Hayden White, Paul Veyne e Roger Chartier. Fugindo ao propósito de esgotar a problematização aqui

---

<sup>2</sup> MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2016.

pretendida, salienta-se que muitos outros pesquisadores dedicaram-se à temática, tais como Michel de Certeau, Peter Gay, Carlo Ginzburg, etc., porém nossa escolha recai sobre os supracitados por afinidade eletiva. Enfim, assumidas as nossas escolhas, passemos ao desenvolvimento da reflexão.

#### MICHEL FOUCAULT E O ABALO DAS CERTEZAS EPISTEMOLÓGICAS

O filósofo Michel Foucault foi um dos pioneiros a balançar as estruturas dos meios acadêmicos franceses na década de 1960, sobretudo por *A História da loucura na Idade Clássica* (1961)<sup>3</sup>, obra na qual já clamava pela atenção dos pesquisadores das Ciências Humanas ao fato de que a realidade das experiências a serem estudadas, de forma incondicional, deveria ser percebida a partir de sua associação à produção de discursos e práticas. Atribuindo primazia à linguagem, Foucault abordava a necessária ampliação da noção de discurso no propósito de pensá-lo como uma ordenação de objetos e suas relações de poder. Essas preocupações foram aprofundadas em *As palavras e as coisas* (1966)<sup>4</sup>, momento no qual o filósofo preocupou-se em investigar o modo pelo qual o estatuto da linguagem e a maneira como sistemas de pensamento seriam elaborados no interior das sociedades ao longo do tempo. Nesse sentido, Foucault inseriu-se na problematização epistemológica do conhecimento histórico abordando o lugar da história entre as Ciências Humanas, asseverando que a mesma possuía um lugar complexo, que não poderia ser confundido no interior das demais ciências, tampouco evidenciado por uma relação de avizinhamento, mas, sim, mais importante do que isso<sup>5</sup>. Tal afirmação era respaldada na comparação entre uma *epistémê* clássica de história e uma *epistémê* moderna, bem como no diagnóstico de que ocorreu um processo de rompimento/descontinuidade no começo do século XIX, pois, no período em que imperou a *epistémê* clássica, uma grande história, plana, uniforme garantia a todos os homens, coisas e animais um mesmo ciclo, porém, com o surgimento de uma *epistémê* moderna, houve um fraturamento da unidade e, por consequência, surgiram diversas historicidades. Nesse sentido, Foucault defendeu que, em meio à variedade de historicidades surgidas no século XIX, uma representação das coisas não conseguia

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

<sup>5</sup> FOUCAULT, 1981.

mais carregar consigo temporalidades unívocas, assim, o pensamento moderno voltou-se para sua própria historicidade, encontrando lugar de precisão e dominação em uma autoanálise temporal. Nesta medida, o pensamento moderno naturalizou a historicidade, refletindo sobre a história com base em leis internas de funcionamento, a partir das quais uma cronologia desenvolveu-se com base em uma temporalidade de sua coerência singular<sup>6</sup>. Em suma, na percepção de Foucault, a partir do século XIX,

[...] estendeu-se a historicidade descoberta no homem aos objetos que ele fabricara, à linguagem que falava e, mais longe ainda, à vida. O estudo das economias, a história das literaturas e das gramáticas, enfim, a evolução do ser vivo, nada mais seriam que o efeito de difusão, em regiões do conhecimento cada vez mais longínquas, de uma historicidade descoberta primeiramente no homem. Na realidade, foi o contrário que se passou. As coisas receberam primeiro uma historicidade própria que as liberou deste espaço contínuo que lhes impunha a mesma cronologia que aos homens<sup>7</sup>.

Foucault abordou epistemologicamente as relações de verdade e poder, uma vez que asseverou que os homens deixaram de ser sujeitos construtores de uma única historicidade, sendo perpassado por diversas outras e não mais irradiando o mundo. Nesta medida precisa, a desistoricização dos homens fez com que eles buscassem a sua historicidade própria; uma que lhe estivesse ligada essencialmente, não obstante a mesma se demonstrasse ambígua pelo fato de carregar consigo continuidades e descontinuidades e, por isso, fugir à unicidade pretendida pelos sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que fazia-se necessária para o seu construto como sujeito histórico<sup>8</sup>. Em outros termos, os homens que se constituíram como sujeitos da história, sobretudo pela supervalorização das coisas e das palavras, bem como pela inversão da relação de simples passividade, exerceram sobre a linguagem pressão interior. Assim, a história dos próprios homens, antes escamoteada na história das positivities, ganhou evidencia, particularmente porque movimento exercido sobre a linguagem permitiu aos homens conquistarem

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, 1981.

<sup>7</sup> FOUCAULT, 1981, p. 386.

<sup>8</sup> FOUCAULT, 1981, p. 386.

sua própria historicidade e, por consequência, sua própria história, facultando-os a desdobrar com base nela, a história das coisas, dos objetos, das disciplinas etc<sup>9</sup>. Com efeito, para Foucault, os historiadores desconsideraram as demais historicidades envoltas ao homem, que na sua inter-relação com a historicidade própria do homem seriam o motor da construção do sujeito como histórico, ou seja, possuidor de historicidade. Hayden White sintetizou muito bem as preocupações do filósofo francês com *As palavras e as coisas*, afirmando:

Foucault propõe substituir a história pelo que ele chama “arqueologia”. Com este termo, pretende ressaltar seu total desinteresse pela matéria-prima da história convencional das ideias: as continuidades, as tradições, as influências, as causas, as comparações, as tipologias, etc. Segundo nos diz, esta interessado apenas nas “rupturas”, nas “descontinuidades” e nas “disjunções” verificadas na história da consciência, vale dizer, muito mais nas *diferenças* entre as várias épocas na história da consciência que nas semelhanças. O interesse do historiador convencional pelas continuidades, afirma Foucault, é apenas um sintoma do que ele chama “agorafobia temporal”, uma obsessão pelos espaços intelectuais *preenchidos*.<sup>10</sup>

Em suma, na perspectiva de Foucault, continuidades e descontinuidades, sincronia e diacronia temporais entremeadas, especialmente por meio da linguagem, seriam a base construtiva da própria historicidade dos homens, porém foram desconsideradas pelos preocupados em estudar a história a partir do século XIX. O filósofo, na verdade, propôs um deslocamento do homem como sujeito por meio de uma visão arqueológica na qual as palavras e as coisas deveriam ser consideradas em relação ativa com os homens e não passivas.

É justamente em tais críticas que Michel Foucault aprofundou-se em *A arqueologia do Saber* (1969),<sup>11</sup> obra fundamental à epistemologia das Ciências Humanas no Século XX. De um modo geral, o filósofo propôs,

<sup>9</sup> FOUCAULT, 1981, p. 386-387.

<sup>10</sup> WHITE, Hayden. Foucault Decodificado. Notas do subterrâneo. IN: WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. 2ª ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 1994, p. 257.

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

entre outras redefinições, a modificação da noção de documento histórico, a ênfase nas descontinuidades históricas e a necessidade de matizar os discursos. Quanto ao documento histórico, enfatizou a necessidade de não memorizar os monumentos e transformá-los em documentos, fazendo falar seus rastros, mas, sim, entender os *documentos* enquanto *monumentos*, tentando decifrar a massa de elementos que os compunham, isolando-os, agrupando-os, organizando-os em conjunto e tentando definir suas relações<sup>12</sup>. A respeito das descontinuidades, propôs o abandono de uma história global, organizada em séries contínuas alicerçadas numa racionalidade articulada com a teleologia e a escatologia, por uma procura das descontinuidades, em que as manifestações históricas seriam dispostas em suas diferenças, rupturas e transformações<sup>13</sup>. Já no que condiz aos discursos, acentuou que consistiam em práticas provenientes da formação dos saberes, compondo-se num jogo estratégico e polêmico — por meio do qual se constituíam os saberes em um determinado contexto histórico —, cuja profunda articulação entre saber e poder produzia um processo no qual dada formação discursiva seria controlada, selecionada, organizada e redistribuída no intuito de não ameaçar esferas de poder<sup>14</sup>.

De um modo geral, o mérito de Foucault foi a apresentação do deslocamento do sujeito que atribuía sentido pelo sujeito constituído pelo discurso/linguagem à luz da perspectiva histórica. Não era o sujeito que fazia a história na abordagem foucaultiana, mas, sim, o sujeito era constituído por ela e tentava dominá-la via linguagem, uma vez que possuía data de nascimento e seu desaparecimento era certo.<sup>15</sup> Concordando com Margareth Rago, pode-se afirmar que

A crítica foucaultiana da ciência e da noção de verdade atingiu radicalmente a própria produção do conhecimento histórico, produção esta assentada em convicções fundamentalmente humanistas. [...] Foucault questiona o conceito de verdade com que operamos e, portanto, a própria ciência se verá visada como discurso objetivo sobre o real. Ele questionará fundamentalmente nossa representação da produção do conhecimento e da verdade, desacreditando a ideia que temos sobre a revelação da

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, 2008, p. 7-8.

<sup>13</sup> FOUCAULT, 2008, p. 11-12.

<sup>14</sup> FOUCAULT, 2008, p. 21-85.

<sup>15</sup> CANDIOTTO, César: Foucault e a crítica do sujeito da história. *Revista Aulas*, nº 3, Dez/2006-Mar/2007.

coisa através do conceito. Entendemos, na maioria das vezes, que a produção do conhecimento se faz por uma suposta coincidência entre o conceito e a coisa, entre a interpretação e o fato, como um “desvendamento” do “ideológico”, na linguagem marxista, ou como uma retirada dos véus da ilusão sobre a realidade objetiva. Em outras palavras, conhecer significava encontrar a essência da época, do passado, da coisa, ultrapassando os enganosos véus da aparência para alcançar o “concreto pensado” e realizar a “síntese das múltiplas determinações”. [...] O discurso, portanto, não é aqui pensado como signo, elemento significante que remeteria a conteúdos ou representações, como se fosse “expressão do real”. [...] Nesse sentido, o filósofo propõe um deslocamento fundamental para o procedimento histórico, propondo que se parta das práticas para os objetos e não o inverso, como fazíamos. Não mais partir do objeto sexualidade, por exemplo, para mostrar através de que formas havia se manifestado e diferenciado ao longo da História, mas chegar ao objeto a partir do estudo das práticas e perceber como e quando a sexualidade havia emergido como tema, como discurso e como preocupação histórica. Em outras palavras, o ponto de partida se torna agora terminal. E nossa tarefa seria então desconstruí-lo, revelando as imbricadas teias de sua constituição e naturalização<sup>16</sup>.

#### HAYDEN WHITE E O “FARDO DA HISTÓRIA”

No mesmo ano em que Michel Foucault publicou *As palavras e as coisas*, o estudioso de Teoria Literária e Teoria da História, Hayden White, do interior *Linguistic turn* — movimento surgido nos Estados Unidos e influenciado pela linguística estrutural de Ferdinand de Saussure, cuja premissa partia da noção de linguagem enquanto um sistema fechado de signos alheios a intenção de quem os proferiram<sup>17</sup> — levava a público na revista *History and Theory* o artigo *O fardo da história* (1966).<sup>18</sup> De forma

<sup>16</sup> RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 7 (1-2), Outubro de 1995, p. 74.

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

<sup>18</sup> WHITE, Hayden. O fardo da história. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*:

muito incisiva e crítica, White iniciou suas críticas em tom de acusação, esboçando que os historiadores, ao serem questionados pelos cientistas sociais — sobre a amenidade do método histórico, a imperfeição do sistema de metáforas e a ambiguidade das pressuposições sociológicas ou psicológicas —, respondiam que a História não reivindica o *status* de *ciência pura*, e que a disciplina dependia de métodos intuitivos e analíticos. Entretanto, ao serem questionados pelos literatos — em sua incapacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modelos mais contemporâneos de representação literária —, os historiadores voltavam à concepção de que a História seria uma *semiciência*, de que os dados históricos não poderiam ser manipulados artisticamente, e de que a forma narrativa seria imposta pela própria natureza da matéria histórica.<sup>19</sup> Esta “tática fabiana”, para White, permitiu por muito tempo à comunidade dos historiadores reivindicar um lugar para a disciplina histórica em um plano médio entre a Arte e a ciência, portanto, “epistemologicamente neutro”, pois manteve uma síntese harmoniosa entre os dois modos mais conhecidos de compreensão do mundo (ciência e arte) no interior da disciplina e, em especial, facultou aos historiadores se desvencilharem de críticas mais ferrenhas sobre o método histórico, bem como coagir as acusações de repressão da sensibilidade dos agentes narrativizados em suas pesquisas.<sup>20</sup>

Com base nesse quadro, Hayden White, partiu para um diagnóstico comprometedor, expressando:

Entre os historiadores contemporâneos, percebe-se uma suspeita cada vez maior de que essa tática atua essencialmente para impedir considerações mais sérias dos avanços significativos operados na literatura, na ciência social e na filosofia do Século XX. E parece estar tomando vulto entre os não-historiadores a opinião de que, longe de ser o mediador desejável entre arte e a ciência que ele reivindica ser, o historiador é o inimigo irremissível de ambas. Em resumo, avulta em toda a parte um ressentimento motivado pelo que parece ser a má fé do historiador em reivindicar os privilégios tanto do artista quanto do cientista, ao mesmo tempo em que recusa submeter-se aos modelos críticos que atualmente vão

---

ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 39-63.

<sup>19</sup> WHITE, 1994.

<sup>20</sup> WHITE, 1994.

sendo estabelecidos na arte e na ciência<sup>21</sup>.

As palavras de White foram fortes, tocando de modo enfático e bastante crítico na estrutura epistemológica do conhecimento histórico. O historiador foi exposto como “inimigo irremissível” da arte e da ciência, sobretudo por agir com “má fé”, ao se desvencilhar das críticas de seus pares nas ciências e nas Artes. Quanto ao ressentimento concernente à História por parte dos não-historiadores, segundo White, existiam dois motivos fundamentais. Por um lado, o simulacro de ingenuidade teórico-metodológica defendido por parte dos historiadores, que trouxe em seu bojo a recusa da autocrítica teórica como estratégia de manutenção da separação radical entre Arte e ciência e, por consequência, do próprio papel do conhecimento histórico como mediador de ambas. Por outro, o consenso entre os pensadores contemporâneos de que não seria mais evidente a separação radical entre Arte e ciência como formas distintas de compreensão do mundo e, nesse sentido, a também não evidência do papel da História como mediadora dos dois tipos de conhecimento<sup>22</sup>. Com base nessas colocações, White prossegue com mais veemência, mapeando uma agenda autocrítica para os historiadores. Os primeiros passos, em sua concepção, seriam a exposição do caráter historicamente condicionado da disciplina histórica, o abandono da reivindicação de autonomia que a História mantinha com respeito às demais disciplinas e a assimilação da disciplina a um tipo superior de conhecimento do mundo, mais fundada na percepção das semelhanças entre Arte e ciência do que em suas diferenças<sup>23</sup>.

Com efeito, demonstrando muita erudição White teceu um mapeamento de certa hostilidade dos cientistas sociais e dos literatos à consciência histórica oriunda do século XIX. Nesse empreendimento, evocou um respeitável elenco de escritores, tais como Thomas Mann, Jean-Paul Sartre, Camus, Proust, Ernst Jünger, Valéry e Kafka, argumentando que, para um seguimento significativo da comunidade artística, o historiador seria o portador de uma consciência histórica que repreendia a sensibilidade dos próprios estudos históricos, bem como potencializava a defesa do passado como essencial a toda experiência humana. Por esse motivo, grande parte da ficção moderna girava em torno da tentativa de desvencilhar o homem ocidental da consciência histórica, na medida em que defendia a ideia segundo a qual a liberdade da inteligência humana

---

<sup>21</sup> WHITE, 1994, p. 40.

<sup>22</sup> WHITE, 1994.

<sup>23</sup> WHITE, 1994.

e sua capacidade de enfrentar os problemas do presente passavam diretamente pela refuta de um senso histórico antiquado.<sup>24</sup> Nesse sentido, segundo White,

Já não é uma verdade óbvia para a comunidade intelectual como um todo que o estudo desinteressado do passado — “a bem do propósito do passado”, como diz o clichê — dignifica ou até ilumina a humanidade. Como efeito, o consenso tanto nas artes quanto nas ciências parece ser exatamente o oposto. E segue-se que o *fardo do historiador* em nossa época é restabelecer a dignidade dos estudos históricos numa base que os coloque em harmonia com os objetivos e propósitos da comunidade intelectual como um todo, ou seja, transforme os estudos históricos de modo a permitir que o historiador participe positivamente da tarefa de libertar o presente do *fardo da história*.<sup>25</sup>

O apelo de Hayden White foi preciso, uma vez que ele colocou sob suspeita a legitimidade do conhecimento histórico e, ao mesmo tempo, expôs como “fardo da História” a consciência histórica do século XIX, encaminhando como tarefa primordial dos historiadores contemporâneos o restabelecimento do conhecimento histórico a partir de uma nova matriz teórico-metodológica, isto é, de uma nova concepção de história — não mais pautada na ideia de que seria uma combinação de uma Arte de meados do século XIX e de uma Ciência Social do final daquele século<sup>26</sup>. Como possível redefinição da concepção de história, que passava diretamente por outra concepção de pesquisa e de representação do passado, White destacou a necessária admissão de que explicações do mundo não precisariam ser pensadas à luz da polarização entre o literalmente verídico e do puramente imaginário, mas, sim, em função da riqueza das metáforas que regiam a sequência de sua articulação lógica. Nesta medida, as metáforas poderiam ser tratadas como normas heurísticas que eliminava certos tipos de dados e os propunha como evidência<sup>27</sup>. Dessa maneira, surgiria, na concepção do teórico, uma nova concepção de pesquisa e de representação do passado, pois

---

<sup>24</sup> WHITE, 1994.

<sup>25</sup> WHITE, 1994, p. 53.

<sup>26</sup> WHITE, 1994.

<sup>27</sup> WHITE, 1994.

[...] o historiador que opera segundo essa concepção poderia ser visto como alguém que, a exemplo do artista e do cientista moderno, busca explorar certa perspectiva sobre o mundo que não pretende exaurir a descrição ou a análise de todos os dados contidos na totalidade do campo dos fenômenos, mas se oferece como *um meio entre muitos* de revelar certos aspectos desse campo. Como salienta Gombrich em *Art and Illusion*, não se espera que Constable e Cézanne tenham procurado a mesma coisa numa dada paisagem, e, quando se comparam suas respectivas representações de uma paisagem, não se espera ser necessário fazer uma escolha entre elas e determinar qual é a “mais correta”. O resultado dessa atitude não é o relativismo, mas o reconhecimento de que o estilo escolhido pelo artista para representar uma experiência interior ou uma exterior traz consigo, de um lado, critérios específicos para determinar quando uma dada representação é internamente consistente e, de outro, fornece um sistema de tradução que permite ao observador ligar a imagem à coisa representada em níveis específicos de objetivação. Dessa maneira, o estilo funciona como [...] um protocolo provisório ou uma etiqueta. Quando observamos a obra de um artista — ou, no caso de um cientista — não indagamos se ele vê o que veríamos no mesmo campo dos fenômenos gerais, mas se introduziu ou não em sua representação alguma coisa que poderia ser considerada como informação falsa *por alguém que é capaz de entender o sistema de notação utilizado*. Aplicado à escrita histórica, o cosmopolitismo metodológico e estilístico promovido por este conceito de representação obrigaria os historiadores a abandonar a tentativa de retratar “uma parcela particular da vida, *do ângulo correto* e na perspectiva *verdadeira*” [...] e a reconhecer que não há essa coisa de visão única correta de algum objeto em exame, mas sim muitas visões corretas, cada uma requerendo seu próprio estilo de representação. Isto nos permitiria considerar seriamente as distorções criativas oferecidas pelas mentes capazes de olhar para o passado com a mesma seriedade com que o fazemos, mas com diferentes orientações de ordem afetiva e intelectual. [...] Essa concepção da pesquisa e da representação históricas abriria a possibilidade de usar

a história as luzes científicas e artísticas da nossa época sem desembocar num relativismo radical e na assimilação da história à propaganda, ou naquele monismo fatal que até agora sempre resultou das tentativas de ligar história e ciência.<sup>28</sup>

Da comparação das formas de representação histórica e artística, subjaz aos argumentos de White a ideia de que os historiadores deveriam se despir dos critérios proporcionados pela adesão incondicional a falsa distinção entre o que seria uma explicação verdadeira e uma explicação imaginária, no sentido de abandonar a crença de que suas representações sobre determinada experiência pretérita seriam únicas e, sobretudo verdadeiras, para abrir campo à ideia segundo a qual nossas representações do passado seriam permeadas e constituídas a partir de pontos de vista, não existindo critérios puramente verificáveis para estabelecer uma hierarquia acerca de qual seria a mais correta. Tal reconfiguração, na perspectiva de White, não desembocaria numa opção relativista, uma vez que as Artes e as ciências modernas há muito tempo já haviam abandonado a noção de verdade/objetividade adotada pelos historiadores.

Hayden White, assim, estabelece uma agenda demasiadamente complexa aos estudos históricos, pois toca no cerne da natureza do conhecimento histórico: suas concepções de história e representação verídica, colocando em evidência determinado descompasso entre aquilo que era seguindo nos estudos históricos desde o século XIX e as concepções de Arte, ciência e verdade presentes nos anos de 1960. Desse modo, White concluiu seu ensaio apontando a necessidade de estabelecimento de uma História que poderia ser “[...] mediadora entre o que é e o que os homens acham que deveria ser, exercendo efeito verdadeiramente humanizador”<sup>29</sup>, e apontando ainda que, “[...] enquanto se recusar a usar os olhos que tanto a arte moderna quanto a ciência moderna lhe podem dar, ela haverá de permanecer cega”.<sup>30</sup>

#### PAUL VEYNE E A SUSPENSÃO DO *STATUS* CIENTÍFICO DA HISTÓRIA

Do interior da comunidade de historiadores, talvez o primeiro a absorver as propostas de Michel Foucault foi o estudioso de Antiguidade

<sup>28</sup> WHITE, 1994, p. 59-60.

<sup>29</sup> WHITE, 1994, p. 63.

<sup>30</sup> WHITE, 1994, p. 63.

Clássica Paul Veyne. Com o ensaio *Como se escreve a história* (1970),<sup>31</sup> Veyne, demonstrando bastante vigor crítico, edificou sua acusação à prática dominante na historiografia desde o século XIX, questionando o que seria a História, do seguinte modo:

O que é a história? A julgar pelo que ouvimos à nossa volta, é indispensável que a questão seja recolocada. [...] não é um debate em vão o de se saber se a história é uma ciência, pois “ciência” não é uma palavra sagrada, mas um termo preciso, e a experiência mostra que a indiferença pela discussão sobre termos é, frequentemente, acompanhada por uma confusão de ideias sobre a própria coisa. Não, a história não tem método: tentem pedir que lhes demonstre seu método. Não, ela não explica coisa alguma, se é que a palavra explicar tem sentido [...]. Não basta afirmar, mais uma vez, que a história fala “daquilo que jamais se verá duas vezes;” também não se trata de pretender que ela é subjetividade, perspectivas, que interrogamos o passado a partir de nossos valores, que os fatos históricos não são coisas, que o homem se compreende e não se explica, que dele, não é possível haver ciência. [...] A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos não existe. [...] os historiadores narram fatos reais e têm o homem como ator; a história é um romance real.<sup>32</sup>

As colocações iniciais do historiador recaíram na ideia de que a História tratava do específico e irrepetível, era extremamente dependente da subjetividade do historiador, visava, sobretudo a compreensão de seu leitor, bem como dependia da subjetividade do sujeito do conhecimento histórico, além de não poder ser considerada como uma ciência, uma vez que não possuía um método, muito menos explicava algum fenômeno tal como as ciências. Para Paul Ricoeur, ao apontar que a História não possuía um método, Veyne acenava para o fato de que nós historiadores não tínhamos uma regra específica para fazer a síntese do fatos.<sup>33</sup> Muito

<sup>31</sup> VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*: Foucault revoluciona a história. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

<sup>32</sup> VEYNE, 2008, p. 11-12.

<sup>33</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994, 3 vols.

embora tenha salientado que a História constituía-se num “romance real”, pois, ao contrário das narrativas ficcionais, o conteúdo da narrativa histórica (eventos e acontecimentos) precisava ter efetivamente acontecido para ser narrativizado, no bojo de sua recepção, a acusação de que a História não possuía um método lançava por terra a historiografia pautada no paradigma do século XIX, segundo a qual o conhecimento histórico poderia ser considerado um conhecimento científico especialmente por deter uma metodologia que, de algum modo, conseguia controlar a subjetividade do sujeito do conhecimento histórico no trato com sua documentação.

Nesse prisma, o modelo de história consagrado nos últimos dois séculos não passava de uma ilusão para Veyne. O homem, visto sob esta perspectiva, deveria ser pensado apenas como um personagem dentro da história, um ator em meio aos acontecimentos recortados e armados em uma “intriga” efetuada pelos historiadores. Naturalmente lendo Michel Foucault e possivelmente Hayden White, Veyne não descartou a pretensão de verdade do discurso histórico, porém o colocou sob suspeita, acenando para o fato de que o lastro seguido pelo historiador não seria por si só a verdade, mas, sim, uma produção discursiva que classificava, selecionava e normatizava as ações dos homens no tempo (a história). Nesse sentido, Veyne suspeitou do paradigma da História como verdade uma acerca do pretérito, chegando a uma definição de História a partir de sua relação intrínseca com o romance:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, à primeira vista, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como, tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração, o que permite evitar alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocarmos os dez últimos anos que vivemos.<sup>34</sup>

Paul Veyne, em grande medida, problematizou a legitimidade do texto histórico enquanto um conhecimento científico, pois colocou à prova o seu estatuto de pureza e objetividade, especialmente pela ausência de método e por ser coordenado pela subjetividade e escolhas precisas dos historiadores. Segundo ele, enquanto uma narração organizada numa

---

<sup>34</sup> VEYNE, 2008, p. 18.

trama compreensível, marcada pelo acaso, por causas, pelo cotidiano, a História se contrapunha sensivelmente às ciências, por sua vez regido por normas e generalização de leis.

Com efeito, apesar de se distanciar de Hayden White no tocante à concepção de ciência — lembremos que, para White, nas ciências não imperava mais o modelo de uniformidade e objetividade —, Veyne aproximava à História das ficções literárias, especialmente por acreditar que a primeira, como as segundas, organizava, simplificava e selecionava fenômenos de modo narrativo, não podendo se considerada uma ciência porque buscava a compreensão dos acontecimentos cotidianos sem método específico e destituída de capacidade de formulação de leis gerais que explicassem os fenômenos. O historiador, desse modo, teria liberdade de escolha, podia recortar o que pretendia expor ou omitir narrativamente no fito de estabelecer a compreensão, pois o tempo pretérito, como também os os acontecimentos que o constituíram, não possuíam articulação precisa, lógica e natural se não fosse pela trama/ intriga urdida pelos sujeitos do conhecimento histórico. Por esse motivo, Veyne asseverou:

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Felipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução de Galileu. A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, *Guerra e Paz* ou *Antonio e Cleópatra*. Essa trama não se organiza, necessariamente, em uma sequência cronológica; como um drama interior, ela pode passar de um plano para outro; a trama da revolução de Galileu o colocara em choque com os esquemas de pensamento da física, no começo do século XVII, com as aspirações que sentia em si próprio, com os problemas referenciais à moda, platonismo e aristotelismo etc. A trama pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre uma trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo. [...] Quais são,

pois, os fatos dignos de suscitar a atenção do historiador? Tudo depende da trama escolhida, um fato não é nem interessante, nem o deixa de ser.<sup>35</sup>

O argumento foi contundente, pautou-se na lógica de que os fatos históricos possuíam uma ligação entre si, porém a articulação precisa, com ritmos diferenciados e análises sobre os fenômenos históricos seria um procedimento efetuado narrativamente pelos historiadores no fito de formar o tecido histórico: a trama/intriga. Veyne expôs claramente sua perspectiva, ao pontuar: “O historiador escolhe, livremente, o itinerário para descrever o campo factual, e todos os escolhidos são válidos (mesmo que não sejam tão interessantes)”<sup>36</sup>. Como se nota, as asserções de Hayden White ressoam com muita força nas palavras de Veyne, na medida em que o historiador francês dá ênfase à ideia segundo a qual todos os caminhos representacionais escolhidos pelos historiadores seriam válidos. Leitor competente de Paul Veyne, Paul Ricoeur salienta com clareza que, na concepção do historiador, na medida em que o campo histórico seria indeterminado, e tudo que se encontra nos indícios ocorreu, numerosos itinerários poderiam ser traçados<sup>37</sup>. Apesar dos numerosos itinerários possíveis, a principal exigência para a História se constituir em um “romance real” seria sua capacidade em ser compreensível. Para defender sua noção de compreensão, Veyne estabeleceu o contraponto entre dois modos de explicação. O primeiro, considerado “científico”, seria dependente de exposição, dedução e previsão, como também pautado na aplicação leis gerais. Já o segundo, chamado de “familiar”, faria parte do cotidiano, corresponderia a um modo de explicação pautado na experiência diária dos homens. Este segundo modo de explicação, para Veyne, seria o único modo possível de explicação histórica, portanto, explicar para os historiadores corresponderia a “mostrar o desenvolvimento da trama”, fazer com que os leitores compreendessem-na<sup>38</sup>.

À luz desses argumentos, Veyne propôs que a explicação histórica deveria ser considerada enquanto compreensão, isto é, pensada a partir da competência do sujeito do conhecimento histórico em narrar, numa intriga compreensível, como as coisas se passaram no pretérito. Em vista disso, o historiador asseverou:

---

<sup>35</sup> VEYNE, 2008, p. 42-43.

<sup>36</sup> VEYNE, 2008, p. 48.

<sup>37</sup> RICOEUR, 1994.

<sup>38</sup> VEYNE, 2008.

A explicação histórica não é nomológica, é causal; como causal, contém algo de geral: o que não é coincidência fortuita tem vocação para se reproduzir; mas não podemos dizer exatamente nem o que se reproduzirá, nem em que condições. Em face da explicação, que é própria das ciências físicas ou humanas, a história aparece como uma simples descrição do que se passou; explica *como* as coisas aconteceram, faz compreender. Narra como uma maçã caiu da árvore: esta maçã estava madura, começou a ventar e o vento sacudiu a macieira; é a ciência que vai revelar por que a maçã caiu; mesmo que fizéssemos o histórico mais detalhado de uma queda de maçã, não iríamos nunca incluir aí as circunstâncias da atração, já que esta é uma lei oculta e que foi necessário descobri-la; chegaremos, quando muito, ao truísmo que os objetos, que não sustentados, caem<sup>39</sup>.

De um modo geral, Veyne propôs que a História não seria uma ciência no sentido *stricto*, uma vez que seu modelo explicativo jamais poderia ser enquadrado numa exposição nomológica: pautada em leis. Nesta medida, os eventos narrativizados no “romance real” historiográfico seriam explicados ao passo em que fossem compreendidos pelo seu público leitor. Em suma, segundo Paul Veyne, um conhecimento indireto, incompleto, lacunar, de natureza sublunar e marcado pela subjetividade internalizada de quem o produziu constituir-se-ia no “romance real” historiográfico. O historiador, principal sujeito nesse processo de narrativização, é que, sob pontos de vista específicos e através da confecção de uma trama/intriga compreensível, lançaria luzes no tempo histórico passado.

#### HAYDEN WHITE E SUA *META-HISTÓRIA*

Paul Veyne, sem dúvidas, abriu um caminho extremamente interessante para se pensar o estatuto do texto histórico, ao aproximar de modo enfático à narrativa histórica da ficção literária. Hayden White, que já vinha se manifestando em alguns artigos na década de 1960, parece ser aquele teórico que mais se aproximou das propostas de Veyne, sobretudo no sentido de absolvê-las e caminhar para a indistinção da narrativa histórica e da ficção literária. Em *Meta-história: a imaginação histórica*

---

<sup>39</sup> VEYNE, 2008, p. 134.

do século XIX (1973)<sup>40</sup>, com base em um método de análise formalista do pensamento europeu do século XIX — Michelet, Ranke, Tocqueville, Burckhardt, Hegel, Marx, Nietzsche e Croce —, White problematizou os princípios interpretativos nos quais se baseavam o trabalho histórico não medindo esforços para demonstrar que o conhecimento histórico em seu nível de manifestação narrativa funcionava como “[...] uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os”<sup>41</sup>. Nesse sentido, enfatizou:

As histórias (e filosofias da história) combinam certa quantidade de “dados”, conceitos teóricos para “explicar” esses dados e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados. Além disso, digo eu, eles comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especificamente, linguístico em sua natureza, e que faz do paradigma pré- criticamente aceito daquilo que deve ser uma explicação eminente “histórica”. Esse paradigma funciona como o elemento “meta histórico” em todos os trabalhos históricos que são mais abrangentes em sua amplitude do que a monografia ou o informe de arquivo<sup>42</sup>.

Dessas colocações aúfere-se que o trabalho histórico seria constituído por determinada quantidade de dados colhidos na documentação histórica, conceitos teóricos que os explicassem e uma estrutura narrativa de essência poética. Por esse motivo, White conceitualizou os níveis de um trabalho histórico, apontando a crônica e a estória enquanto elementos “primitivos” e os modos de explicação por elaboração de enredo, os modos de explicação por argumentação formal e os modos de explicação por implicação ideológica como elementos “não-primitivos”.

Em face disso, White ressaltou que o trabalho histórico consistiria em uma tentativa de mediação entre a experiência passada (o campo histórico), os dados (registro da experiência histórica não processados), os dados que já sofreram algum tratamento (outros registros que já sofreram

---

<sup>40</sup> WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

<sup>41</sup> WHITE, 2008, p. 11.

<sup>42</sup> WHITE, 2008, p. 11.

tratamento) e um público potencial, uma vez que, enquanto a crônica seria um registro sincrônico de acontecimentos arranjados temporalmente de acordo com sua ocorrência, a estória corresponderia a um rearranjo dos eventos descritos na crônica no fito de explicar aqueles eventos de forma diacrônica. Com efeito, White enfatizou:

As *estórias* históricas reconstituem as sequências de eventos que conduzem dos inícios aos términos (provisórios) de processos sociais e culturais, de um modo que as *crônicas* não são obrigadas a fazer. A rigor, as *crônicas* têm finais em aberto. Em princípio não têm *inícios*; simplesmente começam quando o cronista passa a registrar os eventos. E não têm pontos culminantes nem resoluções; podem continuar indefinidamente. As *estórias*, porém, têm forma discernível (mesmo quando essa forma é uma imagem de um estado de caos) que separa os eventos nelas contidos dos outros eventos que poderiam aparecer numa crônica abrangente dos anos cobertos em seus desdobramentos<sup>43</sup>.

Grosso modo, as estórias históricas — eventos que estavam descritos nas crônicas e que eram rearranjados pelos historiadores — traziam em seu bojo questões que os historiadores procuravam explicar em sua urdidura de enredo. Tais explicações seriam necessariamente, na concepção de White, dependentes dos modos de explicação por elaboração de enredo (a estória romanesca, a comédia, a sátira e a tragédia), dos modos de explicação por argumentação formal (o formismo, o organicismo, o mecanicismo e o contextualismo) e dos modos de explicação por implicação ideológica (o anarquismo, o conservadorismo, o radicalismo, e o liberalismo), ou seja, dos elementos “não-primitivos” do trabalho histórico.

Em suma, Hayden White asseverou que os trabalhos historiográficos, em sua manifestação narrativa, seriam sempre ficções com pretensão de verdade, construídos a partir de “metahistórias” que entrecruzariam de modo articulado certas concepções ideológicas, maneiras de interpretar e possibilidades de urdir um enredo convincente. Nesta medida, o “estilo historiográfico” seria constituído por uma combinação específica e não indiscriminada de determinada concepção ideológica, determinada

---

<sup>43</sup> WHITE, 2008, p. 22.

interpretação e determinada urdidura do enredo<sup>44</sup>.

Com rigor, White postulou um nível profundo de consciência no qual os historiadores, no sentido de imaginar o que realmente aconteceu, escolheriam as estratégias utilizadas a partir dos elementos “não-primitivos” dos trabalhos históricos, considerando-o essencialmente poético e denominando-o de prefiguração do campo histórico<sup>45</sup>. Assim, o teórico adentrou na discussão acerca do sujeito do conhecimento histórico e se distanciou da abordagem de Paul Veyne, na medida em que propôs que os historiadores estariam expostos à “prefigurações literárias” — metáfora, metonímia, sinédoque e ironia — e estratégias de explicação por elaboração de enredo (estória romanesca, comédia, sátira e tragédia), por argumentação formal (formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo) e por implicação ideológica (anarquismo, conservadorismo, radicalismo e liberalismo), todas externas a si e que direcionariam o seu modo de urdir o enredo. Naturalmente, White não negou que as escolhas seriam efetuadas pelos historiadores, porém as escolhas seriam por uma estrutura narrativa que do ponto de vista formal já estariam prontas.

Em face do exposto, nota-se que Hayden White promoveu a indistinção entre a narrativa histórica e as narrativas ficcionais, pois, apesar de respeitar o paradigma aristotélico do modo pelo qual História e poesia se deferiam em seu nível intencional<sup>46</sup>, ele concebe a História em seu nível de manifestação narrativa, sobretudo porque, em sua concepção, os historiadores se utilizariam de aspectos ficcionais para dotar de significado sua apreensão do campo histórico de modo coerente e articulado. Dessa maneira, a forma dos discursos construídos pelo historiador e pelo romancista — mesmo que o primeiro procurasse pautar-se no que aconteceu no passado por meio de documentos e o segundo utilizasse técnicas figurativas e maior rigor na linguagem — analisados formalmente seriam a mesma.

A obra de Hayden White, com efeito, soou para inúmeros historiadores como uma afronta aos estudos históricos. Depois de suas propostas muitas leituras equivocadas surgiram pelo fato de os historiadores ignorarem que White tratou especificamente da narrativa histórica e não dos demais

---

<sup>44</sup> WHITE, 2008.

<sup>45</sup> WHITE, 2008.

<sup>46</sup> “Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser histórias, se fossem em verso o que eram em prosa), — diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder”. ARISTÓTELES. *Poética*. Porto Alegre: Globo, 1966, p. 50.

estágios do trabalho historiográfico. De todo modo, à luz de um exame minucioso, é possível apontar que o teórico prosseguiu e avançou na trilha aberta por Paul Veyne, pois o estabelecimento de uma profunda ligação entre História e ficção sugeriu uma mudança de paradigma epistemológico, especialmente acerca da estrutura metodológica e da veracidade uma do discurso histórico. Concordando com Jörn Rüsen, acreditamos que White, ao apontar os critérios de sentido decisivos para o pensamento histórico como poéticos, alcançou uma influência altamente benéfica ao debate na Teoria da História, pois livrou o pensamento histórico da subsunção a uma concepção unitária de ciência dependente de uma racionalidade nomológica.<sup>47</sup>

#### ROGER CHARTIER E A DEFESA DA LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA

Em face das proposições de White, a maioria das manifestações contrárias giraram em torno da problemática acerca da legitimidade da História enquanto conhecimento verdadeiro e científico. Nesse aspecto, o historiador francês Roger Chartier se destacou no cenário. Em sua obra *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*<sup>48</sup>, apesar de concordar com White no tocante ao fato de que o discurso histórico consistia-se numa narrativa, que a imaginação dos historiadores fazia parte constituinte do processo de urdidura dos textos históricos, e de que era necessário abdicar de macro-modelos explicativos na disciplina, Chartier ancorou-se em célebre ensaio de Michel de Certeau<sup>49</sup> para debater com White acerca da legitimidade epistemológica da História, afirmando:

[...] não é mais possível pensar o saber histórico, instalado na ordem do verdadeiro, nas categorias do “paradigma galileano”, matemático e dedutivo. [...] Em um texto ao qual se deve sempre retornar, Michel de Certeau formulara essa tensão fundamental da história. Ela é uma prática “científica”, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das restrições que lhe impõem

<sup>47</sup> RÜSEN, Jörn. *História viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

<sup>48</sup> CHARTIER, 2002.

<sup>49</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-119.

lugar social e a instituição de saber onde é exercida, ou ainda, das regras que necessariamente comandam sua escritura. O que pode igualmente ser enunciado ao inverso: a história é um discurso que coloca em ação construções, composições, figuras que são aquelas de toda escritura narrativa, logo, também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos”, se entendermos por isso a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitem ‘controlar’ *operações* proporcionais à *produção* de objetos determinados<sup>50</sup>.

Chartier concebeu a história como conhecimento científico, porém não aos moldes galileanos. Ao mesmo tempo, apontou o conhecimento histórico pela relação intrínseca entre uma prática científica e procedimentos de escrita controlados por esta prática. Nesse passo, Roger Chartier se distanciou sensivelmente das proposições de Hayden White, atribuindo foco em *Meta história* com base em duas críticas fundamentais, que propuseram aporias teóricas. São elas: 1) A dificuldade não resolvida por White acerca da tentativa de articulação entre um determinismo linguístico e a liberdade do sujeito do conhecimento histórico, na medida em que, por um lado, os discursos históricos poderiam ser interpretados como estruturas impostas, desconhecidas, comandando as “escolhas” dos historiadores independentemente de sua vontade e consciência, e, por outro, as prefigurações literárias soavam como um conjunto de formas possíveis entre as quais os historiadores poderiam escolher livremente de acordo com suas perspectivas morais e ideológicas. 2) O anacronismo da abordagem de White em sua análise formal de clássicos da historiografia e filosofia oitocentista à luz de tropos da linguagem — Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia — discutidos pela teoria literária do século XX, que não eram compartilhados pelos intelectuais problematizados por White<sup>51</sup>.

À luz dessas críticas, Chartier enfatizou a pretensão de verdade fundadora dos estudos históricos, ressaltando: “Abandonando-se essa intenção de verdade, talvez desmesurada, mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações, a todos os falsários que, por traírem o conhecimento, ferem a memória”<sup>52</sup>. Em outros termos, Chartier considerou que White, na medida em que defendia que a realidade não existia fora da linguagem, não fazia distinção de verdade

<sup>50</sup> CHARTIER, 2002, p. 99-100.

<sup>51</sup> CHARTIER, 2002.

<sup>52</sup> CHARTIER, 2002, p. 100.

e falsificação e, por isso, seria um defensor de um relativismo absoluto que poderia liquidar as pretensões de um conhecimento histórico sério, abrindo brechas para o surgimento de falsários e revisionistas.

Em síntese, Roger Chartier se distanciou sensivelmente de Paul Veyne e Hayden White no tocante à legitimidade epistemológica da narrativa histórica, ao defender o conhecimento histórico como uma prática científica, regulada e, ao mesmo tempo com pretensão de verdade, baliza fulcral do conhecimento histórico e de sua diferença para com as ficções literárias. Todavia, o fundamental colocado por White não foi discutido por Chartier, na medida em que o historiador francês se furtou de discutir mais a fundo a narrativa histórica, isto é, aquilo que foi problematizado a fundo e efetivamente por Hayden White.

#### À GUIA DE (IN)CONCLUSÃO

Adam Schaff já chamou a atenção para o fato de que nos períodos de crise nos quais a estabilidade é abalada, descontentes com o presente os homens são inclinados a estarem descontentes também com o passado, fator que os encaminha a uma reinterpretação da história à luz dos problemas e dificuldades desse presente<sup>53</sup>. Para além de buscarem uma reinterpretação da história (ações dos homens no tempo), Michel Foucault, Hayden White, Paul Veyne e Roger Chartier, de modos distintos, mas complementares, debruçaram na própria História (produção do conhecimento, disciplina). Nesse sentido, suas perspectivas podem ser consideradas produtos de uma radicalização da modernidade. Para Antony Giddens, sobretudo com a dissolução do evolucionismo, o desaparecimento da teleologia histórica, o reconhecimento da reflexividade meticulosa, constitutiva, junto com a evaporação da posição privilegiada do Ocidente, um novo universo experiencial se revelou e os intelectuais descobriram que nada poderia ser conhecido com alguma certeza, já que todos os fundamentos epistemologicamente preexistentes caíram em descrédito; que a História seria destituída de teleologia e, por isso, nenhuma versão de “progresso” poderia ser defendida de modo plausível; e que, com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e de novos movimentos sociais, surgiram uma nova agenda sociopolítica.<sup>54</sup>

Justamente como resultado desse processo de radicalização moderna, a agenda proposta por Michel Foucault, em alguns níveis,

<sup>53</sup> SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

<sup>54</sup> GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

foi levada a cabo por Paul Veyne, pois suas ácidas críticas à História como ciência, a aproximando do romance, levou para o bojo do debate a problemática sobre a trama/intriga do historiador. Seguindo nessa vertente, Veyne abriu lastro à Hayden White, cujas propostas, se analisadas à luz de uma perspectiva de história autorreflexiva, contribuiu sensivelmente para um debate alvissareiro, no sentido de problematização da natureza da narrativa histórica e suas possibilidades de produção de conhecimento, sem as amarras do paradigma galileano de ciência. Em seu contraponto, Roger Chartier também contribuiu muito ao debate, ao elevar suas críticas a Hayden White para o plano teórico de sua própria obra. Apesar de não discutir efetivamente o objeto discutido por White, Chartier chamou a atenção pelo fato de encontrar incongruências na obra de White e nos fazer enxergá-las, antes de sairmos por aí defendendo-as ou renegando-as. Em suma, as contribuições dos teóricos problematizados ao processo autorreflexivo dos historiadores é de inegável valor, pois todo o pesquisador da história tem o dever em trazer inerente as suas inquietações uma ambiciosa curiosidade acerca do modo pelo qual seu próprio ofício se desenvolveu ao longo do tempo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Poética*. Porto Alegre: Globo, 1966.

CANDIOTTO, César: Foucault e a crítica do sujeito da história. *Revista Aulas*, nº 3, Dez/2006-Mar/2007.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*.

2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2016.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 7 (1-2), Outubro de 1995, p. 67-82.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994, 3 vols.

RÜSEN, Jörn. *História viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

WHITE, Hayden. O fardo da história. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 39-63.

\_\_\_\_\_. Foucault Decodificado. Notas do subterrâneo. IN: WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. 2ª ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 1994, p. 253-283.

\_\_\_\_\_. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.



## **ENTRE A *BEIRA DA FALÉSIA* E A *TERCEIRA MARGEM DO RIO*: O HISTORIADOR E AS PALAVRAS, ESSA RELAÇÃO EM CONFLITO**

EDWAR DE ALENCAR CASTELO BRANCO<sup>1</sup>  
FÁBIO LEONARDO CASTELO BRANCO BRITO<sup>2</sup>

*Oco de pau que diz: eu sou madeira, beira  
Boa, dá vau, triztriz, risca certa  
Meio a meio o rio ri, silencioso, sério  
Nosso pai não diz, diz: risca terceira*

*Água da palavra, água calada, pura  
Água da palavra, água de rosa dura  
Proa da palavra, duro silêncio, nosso pai*

*Margem da palavra entre as escuras duas  
Margens da palavra, clareira, luz madura  
Rosa da palavra, puro silêncio, nosso pai*

*Meio a meio o rio ri por entre as árvores da vida  
O rio riu, ri por sob a risca da canoa  
O rio viu, vi e ninguém jamais ouviu*

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal do Piauí, atuando no Departamento de História (DH/CCHL) e no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Líder do GT “História, Cultura e Subjetividade” (DGP/CNPq).

<sup>2</sup> Doutor em História Social. Professor da Universidade Federal do Piauí, atuando no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros e no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Co-líder do GT “História, Cultura e Subjetividade” (DGP/CNPq).

*O rio, ouviu, ouvi a voz das águas*

*Asa da palavra, asa parada agora  
Casa da palavra, onde o silêncio mora  
Brasa da palavra, a hora clara, nosso pai*

*Hora da palavra, quando não se diz nada  
Fora da palavra, quando mais dentro aflora  
Tora da palavra, rio, pau enorme, nosso pai*  
(Milton Nascimento – **A Terceira Margem do Rio**)

## INTRODUÇÃO

Elas parecem se alastrar de maneira intrusa pelas brechas. Por vezes, saltam aos olhos, mas costumam manter seus segredos nos lugares não revelados de seus corpos indóceis. Algumas vezes, se entregam aos pedaços, cabendo a quem as deseja o dever de desvendar seus mistérios. Tal como a esfinge da mitologia, ameaçam devorar os incapazes de decifrá-las. Acontece, no entanto, de estarem na boca do povo, permissivas, dando-se a falar e a mal falar. No geral, seus domínios são obscurecidos por uma magia particular. Habitam o território profundo dos sentidos, sofrem metamorfoses, dançam sobre o supostamente óbvio e dotam-lhe de pronomes imperfeitos. Assim se apresentam as palavras.

As palavras, bem como suas múltiplas facetas e corolários, têm se tornado, nas últimas décadas, objetos da inquietação de intelectuais das mais diversas matrizes disciplinares. Incomodam àqueles que, apartados dos saberes científicos pretensamente exatos, percebem nos seus campos de abordagem a impossibilidade do comprovável, do factível, do mensurável. Sofrem a angústia de encontrarem-se perdidos em “um mundo verdadeiro das coisas de mentira”.<sup>3</sup> A singularidade e a subjetividade tornam, em diversas áreas do conhecimento, a linguagem um de seus lugares de acontecer. No entanto, tal aceitação nem sempre se dá de forma pacífica. Se, para um trágico poeta, “uma palavra é mais do que uma palavra, além de uma cilada”,<sup>4</sup> para os historiadores, tal relacionamento com as tramas e os enredos da textualidade nem

---

<sup>3</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30 2002. p. 56-75.

<sup>4</sup> ARAÚJO NETO, Torquato Pereira de. *Os últimos dias de Paupéria*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

sempre foi pacífica. Cabe-nos, no entanto, questionar por que, ao longo de muito tempo, interditou-se, nos domínios da história, a busca pela sua existência no campo das palavras. Que ameaças a aceitação do conhecimento histórico como acontecimento, também, no interior da linguagem, proporcionaria a esse campo do saber? Que impedimentos se apresentaram ou se apresentam aos historiadores, tolhendo-lhes de “penetrar surdamente no reino das palavras”?<sup>5</sup> Discutir tais questões é o objetivo ao qual me proponho.

#### ARTESANIAS DA PALAVRA: OS HISTORIADORES E OS SINUOSOS CAMINHOS DA LINGUAGEM

Se considerarmos, tal como nos propõe o historiador britânico Keith Jenkins<sup>6</sup>, a história não como o passado em si, mas como o conhecimento sobre o passado, um conjunto de discursos construídos em torno deste, nos colocamos, pois, no que o historiador e padre jesuíta francês Michel de Certeau<sup>7</sup> chamaria, no final dos anos 1980, no ato de caminhar “à beira da falésia”.<sup>8</sup> A expressão de Certeau, direcionada à atuação intelectual do filósofo francês Michel Foucault, dizia respeito à ousadia deste em, rompendo com os paradigmas estruturalistas vigente em seu tempo, atrelar os discursos às práticas sociais, estabelecendo entre estes uma relação de simbiose, dada a uma incômoda instabilidade, ao perigo de, a qualquer momento, despencar no vazio. Entre Jenkins e Foucault, ou, ainda, entre Certeau e Foucault, correm inúmeras redes de interlocuções, de debates intelectuais – diretos ou não –, envolvendo um conjunto mais amplo de autores, e forjando, assim, um eixo que os aproxima: o esforço de pensar o conhecimento histórico no limiar entre o concreto e o subjetivo, entre a materialidade e a textualidade.

A vasta historiografia que se construiu, a partir do início do século XX, contribuiria, em larga medida, para colocar em suspeição o lugar da história enquanto um fazer exato, ou, seguindo outras matrizes de pensamento, como parte de um processo evolutivo das relações sociais.

<sup>5</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>6</sup> JENKIN, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

<sup>8</sup> Para um aprofundamento a respeito da metáfora proferida por Michel de Certeau, ver: CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011; CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

Especialmente a partir da *Escola dos Annales* francesa, a preocupação com novos objetos, novos problemas e novas abordagens<sup>9</sup> reordenaria o lugar de produção do historiador, inserindo nele temáticas até então procrastinadas: a demografia, a geografia, a economia, etc. Perdia espaço a *histoire événementielle*, bem como se deixava de lado o estatuto da narrativa – tomada, então, como um dos paradigmas da história rankeana – e assumia-se uma análise de amplas estruturas temporais e da chamada “história de longa duração”. Perpassaria o fazer histórico a busca por dados estatísticos, por pensar as relações sociais a partir de amplas estruturas, ou, como proporião os historiadores da terceira geração da escola francesa, pelas *mentalidades*, categoria que se colocaria sobre os sujeitos, omitindo suas particularidades e conformando o que entre eles há em comum. A história se apartava da textualidade e o historiador ganharia o estatuto de um cientista social, estabelecendo possibilidades de análise, aplicando métodos propostos por campos tais como a sociologia.

No entanto, as palavras transbordavam. Se os franceses das três primeiras gerações dos *Annales* marginalizaram o estatuto da narrativa, a condição textual do fazer histórico, em outros espaços de discussão, a linguagem se levantava e agigantava-se. As escrituras se impunham como uma “nuvem de gafanhotos”,<sup>10</sup> pichavam paredes de órgãos públicos, escolas, universidades, praças e avenidas. Gritava em palavras de ordem. Era tomada por aqueles que não a possuíam, em reivindicações acometidas de fúria. Vivia-se o final dos anos 1960, e, enquanto as “movimentações intransitivas”<sup>11</sup> que se processavam na França e em diversos outros países do mundo ganhava as bocas e as ruas, tornavam-se objeto da fala de intelectuais também silenciados pelos lugares institucionais que autorizavam o discurso. Naquela segunda metade do século XX, notadamente entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, explodiram em diversos espaços do mundo uma gama de novas subjetividades. Tratavam-se de signos produzidos a partir de novas condições de existências que afetavam principalmente os grandes centros urbanos, tais como a televisão, em franco processo de popularização, a corrida espacial, parte das movimentações do que ficou conhecido como Guerra Fria, o *rock’n’roll*, as perambulações *hippies*, a emergência dos movimentos feminista e homossexual, a popularização

---

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

<sup>10</sup> BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras escolhidas, v. II)

<sup>11</sup> MARTINS, Luciano. *A Geração AI-5 e Maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

da minissaia, a emergência da pílula anticoncepcional e as manifestações de maio de 1968 em Paris. Consideradas como possíveis símbolos que denotavam a emergência da pós-modernidade<sup>12</sup> ou apenas como novas configurações de existência no dito “mundo moderno”, tais acontecimentos demarcam uma nova forja do tempo, propondo um artesanato particular para o mundo que então se processava.

Particularmente as manifestações que ocorreriam em Paris nos idos de 1968 colocariam em suspeição não apenas as ideologias políticas de seu tempo, abaladas pela fragmentação das lutas e reivindicações, mas também a própria configuração do pensamento social vigente no mundo ocidental, até então marcado, principalmente, pelos chamados modelos estruturalistas, dentre os quais ganhavam destaque a *psicanálise*, tanto na proposta lançada por Sigmund Freud em meados do século XIX e início do século XX quanto nos seminários de Jacques Lacan já naqueles meados de século XX, o *pensamento neomarxista* encabeçado por Louis Althusser, os estudos de *antropologia social* propostos por Claude Lévi-Strauss, o modelo de *história de longa duração* proposto por Fernand Braudel, dentre tantos outros, que teriam ressonâncias em espaços intelectuais de diversos outros espaços.

Ante o silêncio de figuras proeminentes da universidade, tais como Jean-Paul Sartre, perante as manifestações que se processavam e escapavam às lógicas de definição, os modelos estruturalistas de pensamento eram percebidos como limitados e ganhavam luminosidade as falas que escorriam pelas margens. *Pari passu* com Gilles Deleuze, Michel de Certeau se pronunciava, escrevendo *La prise de parole*, texto que, em 1968, lhe daria notoriedade. Enunciando as manifestações de maio daquele como uma “tomada da palavra”, Certeau legitimava sua defesa da história enquanto uma operação, constituída por um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias, caminhos metodológicos e, por fim, uma escrita, lugar em que se concretizaria<sup>13</sup>. A *operação historiográfica*, tal como fizera a tomada da palavra, provocaria o retorno da linguagem a um lugar de destaque no ofício do historiador.

Michel de Certeau, que, em meados dos anos 1960, pensaria a história enquanto um conhecimento produzido através de uma operação,

<sup>12</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992; CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>13</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 47.

abre espaço para a reflexão em torno de outros três nomes que configuram um lugar para pensar a íntima relação entre a história e as palavras. Tratam-se de dois filósofos, também franceses, e um historiador norte-americano. Michel Foucault, Paul Ricoeur e Hayden White, logo nos primeiros semestres de graduação, me soprariam dicas existenciais e intelectuais. Eles me ensinariam sobre os *atos de fala* (*speech acts*), ajudando-me a pensar a história enquanto um acontecimento no interior das práticas discursivas.

Para Michel de Certeau, a quem devemos dedicar atenção especial, toda pesquisa em história se articularia em torno de *lugar social* de onde fala o historiador, a partir da qual se dá sua produção. Tal lugar, que demarcaria as condições históricas nas quais se insere o pesquisador e a pesquisa, seria implicado em um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias, tais como a profissão, um posto de observação ou ensino, uma categoria de letrados, etc. Tal perspectiva nos ajuda a pensar que nenhuma produção historiográfica poderia se desvincular de um contexto na qual se constrói, partindo, dessa maneira, de uma filosofia individual – inserida em uma multiplicidade de olhares – determinada por quem escreve. Como desdobramento da ideia de lugar social, é possível, na concepção do autor, postular também que os escritos históricos são oriundos de uma instituição histórica, um lugar institucional de produção do saber, cuja filosofia institucional, igualmente, atravessaria o fazer historiográfico. Dessa maneira:

É, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente; ou sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que intervenha uma transformação das situações assentadas.<sup>14</sup>

Certeau complementa a perspectiva do lugar social ao postular que a escrita dos historiadores se destinaria aos seus pares, uma vez que apenas estes estariam aptos para apreciá-la segundo os critérios científicos, diferentemente do grande público. Tal olhar, no entanto, não visaria excluir o público da produção e leitura dos livros de história – visto que são eles seus maiores financiadores – mas entende que existe o que chama de “leis do meio”, que circunscrevem a prática de escrita, e atribuem valor à obra de história.

---

<sup>14</sup> CERTEAU, 2013, p. 71.

Como segundo estatuto da operação historiográfica, Certeau compreende a *prática* de “fazer história”. Pertencem a ela um conjunto de métodos, caminhos a partir do qual a obra de história se insere e participa do movimento através do qual uma sociedade modifica sua relação com o mundo. Através dos métodos, os historiadores estabelecem suas fontes, organizam-nas, separam-nas e, em certa medida, produzem os documentos, através do ato de recopiar, transcrever, fotografar, dotá-los de um sentido – uma vez que o documento em si não tem serventia, passando a tê-la quando se torna objeto do historiador. O autor, a pretexto da discussão sobre os documentos, reserva, também, espaço para pensar que há novas possibilidades de se conceber e trabalhar as fontes, uma vez que não apenas os documentos escritos e oficiais têm lugar na prática do historiador, mas também objetos como “documentos utensílios, composições culinárias, cantos, imagens populares” dentre outros, assumem lugar de destaque e ganham importância no âmbito da produção de história.<sup>15</sup>

Os demais intelectuais apontados, também refletindo sobre o lugar da linguagem, seguiriam caminhos diferentes. Foucault, figura controversa nos meios intelectuais europeus, me ajudaria a vislumbrar os discursos enquanto práticas sociais<sup>16</sup>. Ricoeur, emerso nos debates da hermenêutica, me proporcionaria a compreensão de que o tempo, tomado enquanto elemento natural, torna-se humano, na medida em que se articula a uma dimensão narrativa, bem como a narrativa alcança uma significação plena quando vista sob a perspectiva do tempo (RICOEUR, 2010). White, por sua vez, ao deslocar o lugar do historiador, de sua entronização como construtor da “verdade” para o de um narrador, produtor de um enredo, desvelando o devir estético de seu ofício: escrever história, tal como escrever textos de ficção, seria um ato cujos pontos de partida seriam os tropos linguísticos<sup>17</sup>. Vinculados a matrizes de ruptura com as tendências estruturalistas das décadas anteriores, as influências que me atravessaram, nos primeiros anos de universidade, se localizavam, nos anos 1970, no auge de um relacionamento tórrido entre a linguística e outras disciplinas humanas. Para os historiadores da *Linguistic turn*, a exemplo de Hayden White, sob forte influência de teóricos tais como

---

<sup>15</sup> Idem, p. 82.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

<sup>17</sup> WHITE, Hayden. *Meta-história*: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1995; Idem. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001.

Jacques Derrida na filosofia, Roland Barthes na crítica literária e Jacques Lacan na psicanálise, o texto ganhava centralidade em suas discussões.

No entanto, essa íntima relação mantida pelos historiadores com os linguistas e críticos literários arrebanharia críticos, que a veriam como uma ameaça ao compromisso dos historiadores com a pretensa realidade. Acusariam de promíscua a relação estabelecida por White entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional. Tais críticas, parte dos debates que envolveriam historiadores ao longo de toda a década de 1980, seriam princípio para um novo reordenamento do saber histórico, no qual o diálogo entre a história e os textos não desaparecia – ao contrário, manteria sua centralidade – mas se apartaria da perspectiva da *Linguistic turn*. Nascia a “nova” história cultural, assim nomeada por não gozar de ineditismo em um campo no qual já se manifestava desde o século XIX, mas, no entanto, por se reconfigurar, ampliando as possibilidades de estudos dos historiadores.

#### O MUNDO COMO REPRESENTAÇÕES: ROGER CHARTIER E AS CATEGORIAS CENTRAIS PARA A HISTÓRIA CULTURAL

Os historiadores sabem bem hoje em dia que também são produtores de textos. A escritura da história, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com o qual compartilha as categorias fundamentais. Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus “personagens”, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de casualidade. [...].<sup>18</sup>

Vivemos em um mundo de textos. Passeamos diariamente entre signos diversos, que invadem nossos sentidos e nos proporcionam uma fruição particular do mundo. Através desses diversos textos que nos atravessam – livros, panfletos, *outdoors*, fotografias, cenas de televisão, postagens de Internet – percebemos a realidade através de suas mediações. É mediado por tais instrumentos que construímos um universo inteligível, através dos quais configuramos um regime de verdade e estabelecemos formas de tocar o social. Essa mediação – fluída, subjetiva e inconclusa – tem, nos últimos anos, tomado o território dos

---

<sup>18</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 14.

historiadores. A cada dia, temos nos percebido no interior de um ofício que não mais parte de uma realidade posta, essencialmente material, mas, principalmente, através de fabricações subjetivas, invenções de realidade, que conformam sujeitos e práticas. Tal constatação, no entanto, causa incômodo e confusão em muitos de nossos pares. O que lhes acomete? Por que a relação entre os historiadores e o mundo dos textos – e a destes com uma dada sociedade – é vista por alguns como tão problemática? Quais os limites e possibilidades existentes nessa região de fronteira? São tais questionamentos que buscaremos tomar ao longo desse texto.

No parágrafo de abertura, o autor propõe que os historiadores, além de “arautos da verdade”, como pretendiam alguns adeptos das escolas metódicas do século XIX, são produtores de textos. Constroem realidades, produzem sentido ao mundo. Por mais que seus textos remetam a dados estatísticos, demográficos, econômicos, elaboram-se enquanto narrativas, são plenos de *subjetividade*. Sua forja é a mesma do escritos de ficção. Sua agulha e sua linha são compartilhadas com ele: alinhavam fatos com escrita. Estabelecem com a realidade um vínculo de inventividade, a partir da qual estabelecem os tamanhos do tempo, ordenam a lógica dos sujeitos, apresentam-lhes por uma ou outra entrada, ao sabor de sua narrativa e deu suas intenções. No entanto, o que poderia parecer um instrumento de liberdade irrestrita para a escrita da História é também, no entanto, aquilo que lhe confere seu limite: essa escrita é mediada pelos domínios do real, vinculam-se a um mundo social, está atrelada a ele.

O trecho que ora comentamos é de Roger Chartier. Sua escrita, própria de suas vivências intelectuais na academia francesa, remete a uma discussão do novo lugar ocupado pela história a partir da crise epistemológica que nela se instaura a partir do movimento dos *Annales*. Vislumbrando uma transformação paradigmática, na qual o passado deixaria de ser uma verdade em si para ser transformada em um discurso, objeto de análise e metamorfose a partir do olhar do historiador, o autor localiza sua análise nos novos caminhos trilhados pelo conhecimento histórico, na tentativa de aproximar os discursos e as práticas sociais. Nesse sentido, toma para si a metáfora utilizada por Michel de Certeau, com relação à obra de Michel Foucault. Tal como Foucault, a história caminhava, agora, *à beira da falésia*, num caminho íngreme entre o lugar de conforto e o abismo<sup>19</sup>. Se era necessário, ao mesmo tempo, compreender que o conhecimento histórico possui uma dimensão narrativa, constituindo-se enquanto uma invenção da realidade, também urgia a necessidade, para o autor, de se

---

<sup>19</sup> CHARTIER, 2002.

fugir dos formalismos elaborados pela virada linguística norte-americana, através da qual, para ele, a história poderia estar caminhando rumo a uma perda de seu vínculo com a realidade, sendo concebida unicamente como uma construção textual.

As críticas de Chartier se direcionam, especificamente, à produção intelectual de Hayden White, historiador americano que, na década de 1970, publicaria trabalhos nos quais apontava o fazer historiográfico enquanto a construção de um enredo – nesse sentido, estando atrelada aos *tropos discursivos*. A escrita da história, na sua dimensão escrita, obedeceria, segundo White, aos mesmos padrões estéticos que a escrita literária, não havendo, em termos formais, quaisquer diferenças entre elas. Nessa perspectiva, vinculada às discussões que se instituiriam em vários campos do conhecimento, em torno da ideia de pós-modernidade<sup>20</sup>, nas quais Chartier percebe uma tendência a perceber a linguagem seria um sistema fechado de signos, funcionando de maneira independente de qualquer mundo externo:

Assim abalada em suas certezas mais profundas, a história encontrou-se igualmente confrontada com vários desafios. [...] Nos Estados Unidos, o assalto tomou a forma do *Linguistic turn* que, em estrita ortodoxia saussureana, considera a linguagem como um sistema fechado de signos, cujas relações produzem por si mesmas a significação. A construção do sentido é assim separada de qualquer intenção e de qualquer controle subjetivos, já que se encontra atribuída a um funcionamento linguístico automático e impessoal. A realidade não deve ser mais pensada como uma referência objetiva, externa ao discurso, mas como constituída pela e na linguagem. [...].<sup>21</sup>

<sup>20</sup> *Pós-modernidade, capitalismo tardio ou modernidade líquida* são conceitos que dizem respeito às condições históricas que instituem uma fragmentação da modernidade, em sua conformação tradicional, apontando para uma pluralidade de matrizes identitárias e de explicação do ser do homem e de sua historicidade. Para uma ampliação das discussões a respeito do tema, ver: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução: Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Zahar, 2001; HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 1992; LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010; SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

<sup>21</sup> CHARTIER, 2002, p. 88.

Fortemente influenciado por Michel de Certeau, Michel Foucault e Louis Marin, a escrita de Chartier se localiza em uma tentativa de conceber a história entre os *discursos* e as *práticas sociais*. É perceptível que este se aproxima das leituras de Certeau, na medida em que estas lhe concedem possibilidades de pensar os fazeres humanos, suas táticas e estratégias<sup>22</sup>, suas práticas ordinárias, localizadas nos espaços e no interior dos grupos sociais. Na mesma perspectiva, capta de Michel Foucault a percepção dos discursos como ordenadores da sociedade, instituindo espaços para a fala e restrições a outras, cujos sujeitos da enunciação estariam interditados de dizê-la<sup>23</sup>.

É na sua tentativa de caminhar entre os extremos que Chartier articulará as categorias teóricas que orientarão seus trabalhos. Esses conceitos funcionarão, sobremaneira, com relação ao objeto de seu estudo e à entrada que formula para esse objeto. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, que publica na França em 1987, trata das circulações de livros naquele país entre os séculos XVI e XVIII. A tese central da obra, a partir da qual o conjunto de ensaios que a constitui são orientados, aponta que os livros não ficavam restritos aos grupos para os quais eram destinados, mas possuíam uma circularidade, chegando até grupos sociais aos quais, teoricamente, não eram seus objetivos. Como forma de compreender o uso conceitual que Chartier faz, é possível tomar o seguinte trecho, no qual estabelece a defesa que aqui resumimos:

Uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades de ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes segundo as épocas, os lugares, os ambientes. Durante muito tempo, uma necessária sociologia da igual distribuição do livro mascarou essa pluralidade de usos e fez esquecer que o impresso, sempre, é tomado dentro de uma rede de práticas culturais e sociais que lhe dá sentido. A leitura não é uma invariante histórica – mesmo nas suas modalidades mais físicas – mas um gesto, individual ou coletivo, dependente das formas de sociabilidade, das representações do saber

---

<sup>22</sup> Para Certeau, as táticas e estratégias são operações cotidianas nas quais atuam os seres humanos. Enquanto as estratégias seriam ações que sempre partiriam de um lugar de poder, as táticas seriam concebidas como “artes do fraco”, que, em geral, buscam burlar as estratégias.

<sup>23</sup> FOUCAULT, 1996.

ou do lazer, das concepções da individualidade.<sup>24</sup>

Buscar nos textos não mais as estruturas de enunciado, seus enredos, e sim as representações, sempre remetentes ao mundo social, constituir-se-ia no principal foco dos estudos que os historiadores culturais buscariam empreender. Roger Chartier, inspirado nos usos dos *discursos* lançados Michel Foucault, mas também no conceito de *práticas*, proposto por Michel de Certeau, conceberia seus estudos articulando os *usos sociais às representações*, maneiras de construir o mundo no interior da textualidade<sup>25</sup>. Estudando as práticas de leitura na França do Antigo Regime, analisava as múltiplas formas de *apropriação* de textos, em geral, escritos para uma comunidade de leitores pertencentes a certos agrupamentos sociais e níveis de inteligência, mas que passariam, também, a ser tomados por outros estratos da sociedade. No interior de tal estudo, os livros apareciam como instrumento para evidenciar as distinções sociais, observadas a partir dos meios de produção e circulação (CHARTIER, 2004). Seria constantemente reforçada na obra do autor a necessidade de apontar os textos enquanto materialidade, meio, jamais enquanto um acontecimento histórico no interior de si mesmo.

#### NA TERCEIRA MARGEM DO RIO: A CULTURA COMO LASTRO PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA

Na mesma tonalidade, de uma história das práticas intelectuais e da circulação de ideias na Europa moderna, Robert Darnton buscaria compreender as distinções entre grupos de letrados na capital francesa pré-revolucionária. A “boemia literária”, o ponto de partida para compreender que a circulação de textos na Paris do século XVIII, apontava para distinções entre as categorias de eruditos que circulavam nos espaços privilegiados da cidade e o *underground* literário, onde circulavam os “subliteratos”. Deslocando o olhar dos filósofos iluministas, Darnton se permitiria observar as sociabilidades intelectuais mal-ditas, as redes de proteção, as tipografias nas quais se difundiam livros proibidos, no interior dos quais defende terem aflorado algumas das principais ideias contrárias

---

<sup>24</sup> CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 173.

<sup>25</sup> Para uma discussão mais ampla das referências teóricas tomadas por Roger Chartier, cabe a leitura dos textos onde aponta os autores que fundamentaram suas pesquisas, em especial Louis Marin, Michel de Certeau e Michel Foucault, ver: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

ao Antigo Regime francês:

Depois de explorar o mais que pude o underground literário, percebi que o retrataria com mais eficácia se, em vez de vasto painel, preparasse um conjunto de esboços. O esboço, em ciência histórica, permite transfixar os homens no momento da ação, iluminar os assuntos sob uma luz insólita, focalizar complexidades por ângulos diferentes. Pode adicionalmente, no curso da pesquisa, fazer-nos deparar – e comunicar-nos esse vívido sentimento – com variedades surpreendentes da humanidade. Enquanto eu mergulhava nos arquivos, percorrendo dossiê por dossiê, carta por carta [...], era permanentemente atingido pela impressão de que a vida se projetava da obscuridade, adquiria caracteres distintivos e pessoais, revelava-se enquanto escrevia, imprimia ou traficava com livros.<sup>26</sup>

Se a história cultural buscaria, para além das construções formalistas dos enredos, pensar, no interior da sociedade, os laços que a textualidade manteria com a materialidade, é na micro-história italiana, consagrada nos trabalhos de Carlo Ginzburg, que esta perspectiva seria radicalizada. O esforço de Ginzburg, de perceber a emergência dos acontecimentos históricos a partir das fontes – tomadas por eles enquanto *provas*, não na perspectiva positivista, mas, necessariamente, enquanto um lastro de *verdade* – seria o pretexto de sua defesa da prática historiográfica enquanto a busca dos *rastros* deixados pelo passado<sup>27</sup>. É a partir de tais parâmetros de escrita que emerge Menocchio, personagem central de seu *O queijo e os vermes*, moleiro italiano perseguido pela Inquisição por ideias que afetariam o pensamento religioso e social da época. Evidenciando o surgimento, no século XIX, de um modelo epistemológico no interior das ciências humanas – o paradigma indiciário – Ginzburg aponta para a possibilidade de, no campo da história, perceber as fontes – e fortemente as fontes textuais – enquanto sinais, pistas a partir da qual o historiador poderia estabelecer uma reconstrução do passado<sup>28</sup>. E é no prefácio à

<sup>26</sup> DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9.

<sup>27</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>28</sup> Idem. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

edição italiana de *O queijo e os vermes* que indica o lugar dos textos na construção dessa nova perspectiva de fazer histórico:

Dois grandes eventos históricos tornaram possível um caso como o de Menocchio: a invenção da imprensa e a Reforma. A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras para organizar o amontoado de ideias e fantasias que nele conviviam. [...].<sup>29</sup>

O que podemos encontrar em comum entre Chartier, Darnton e Ginzburg? A resposta, a princípio, seria fácil: os três compartilham da opinião de que o texto não é a realidade, mas um indicativo desta. Se Chartier enunciou o conceito de *representação*, alertando para a necessidade de não tomar a produção escrita em si, mas como um instrumento a partir do qual determinados grupos sociais se apropriavam para dar a ler sua realidade, Darnton se propôs a analisar a escrita como uma forma de indicar diferenças sociais, circularidades e sociabilidades. Ginzburg, por sua vez, em consonância com a produção dos demais, seria responsável por atrelar a escrita da história à fonte escrita, seu lastro. Porém, se responder à pergunta lançada no início do parágrafo é fácil, o que dizer, portanto, da relação entre as produções dos três historiadores supracitados e os escritos da chamada *Linguistic turn*? O que têm em comum Chartier, Darnton e Ginzburg com as produções de Hayden White, a despeito da divergência que aqueles próprios se esforçaram em estabelecer com este?

A resposta é mais difícil, e, fatalmente, espinhosa. Mas arrisco-me a colocar que, entre eles, pairava o estatuto da escrita. O texto, seja tomado como um acontecimento em si, resumindo-se a si mesmo, à construção do enredo, seja visto enquanto uma representação do mundo social, real, prático e concreto, se configura como um lugar de acontecimento da história. Na mesma medida em que é impossível pensar historiadores sem documentos, como se esforça em colocar Ginzburg, também é impossível pensar a escrita da história sem considerar o estatuto da narrativa, sem entender que essa se processa como construto a partir de tropos linguísticos. O conteúdo da escrita da história é moldado a partir da forma indicada pelo historiador, e este, necessariamente, objetiva o passado a seu modo, usando dos sinuosos caminhos da linguagem.

---

<sup>29</sup> Idem. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 25.

Volto, portanto, às provocações lançadas no início desse texto. A que se destina o fazer do historiador, na medida em que este se reconhece enquanto narrador, produtor de textos? Cabe a ele embrenhar-se, perder-se pelas matas cerradas do discurso? Ou pertence-lhe o devir de escavar as palavras, procurando encontrar, no seu interior, rastros de uma realidade externa? É provável que todos os autores que aqui apontamos jamais deem conta de tal questionamento. É provável que nós, mesmo articulando-os, também jamais possamos respondê-lo. Assim, tal como fazia Michel Foucault, nos seminários que proferia ou dos quais participava, nos cabe não muito mais que lançar novas perguntas, fazer nascerem as novas cabeças da hidra. Nos cabe irritar, provocar, incitar problemas, mas mantendo um sorriso nos lábios. No limite, nos cabe perscrutar, em outras matrizes discursivas, possibilidades para uma reflexão a respeito de nossa própria prática, um giro crítico em torno de nós mesmo.

Por isso, evoco a epígrafe desse texto. Milton Nascimento, cuja metalinguagem poetiza sobre a própria palavra. “Mestre” Milton recorre a outro mestre, o escritor João Guimarães Rosa, em seu clássico conto, *A terceira margem do rio*, retirado do livro *Primeiras histórias* (1988), inspiração para um também clássico texto sobre a relação entre história e invenção<sup>30</sup>. Milton produz novos sentidos ao conto de Guimarães Rosa. Caçador de palavras, um Teseu aventurado pelos labirintos da semântica, Guimarães dava lugar ao florescer de metáforas, ao caráter sinestésico da linguagem. Em sua canção, assim como no conto de seu inspirador, Milton Nascimento evoca as múltiplas e contraditórias faces da palavra. Entre Milton e Guimarães, ilustramos com Durval Muniz de Albuquerque Júnior esse possível lugar ocupado pela história:

[...] Como o rio, a História arrasta as suas margens para seu leito, num trabalho incessante de corrosão, em que figuras de objeto e figuras de sujeito, coisas e representações, natureza e cultura se entrelaçam e se misturam, redemoinham-se, enovelam-se, hibridizam-se. Ao contrário do que pensamos, se as margens limitam e contêm o rio, dão a ele forma e curso, não são as margens que produzem o rio, mas justamente o contrário, é o fluxo das águas, o passar incessante de seus torvelinhos que vai escavando as margens, dando a elas contornos, é o rio

<sup>30</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

que produz suas margens. [...].<sup>31</sup>

Clareira, luz madura, rosa que desabrocha. Morada do silêncio, para fora da qual não se diz nada. Mãe d'água, seduzindo os aventureiros pelas corredeiras de seu corpo provocante. Engendrados pelos sinuosos caminhos da palavra, os historiadores têm se deparado com a necessidade premente de se repensar. Por mais que se enxerguem como atrelados a uma pretensa realidade, que pretendam arcar com um compromisso social, cabe perceber que tais devires se constituem no interior dos textos. Operar com a escrita, com as múltiplas significações emergentes dos discursos, promover-lhes a lugares de acontecimento da história seria o encontro corajoso dos historiadores com o universo, um retorno necessário à casa onde, por mais que ao longo do tempo tenham tentado fugir, fazem sua morada.

#### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARAÚJO NETO, Torquato Pereira de. *Os últimos dias de Paupéria*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras escolhidas, v. II)

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A escrita história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. v. I. Artes de fazer. Tradução: Ephraim

---

<sup>31</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 29.

Ribeiro Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. *La prise de parole et autres écrits politiques*. Bruges: Desclée de Brouwer, 1968.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JENKIN, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

\_\_\_\_\_. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MARTINS, Luciano. *A Geração AI-5 e Maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30 2002. p. 56-75.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. 3 v. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

# **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS NO CAMPO HISTÓRICO: A NOÇÃO DE TRABALHISMO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

MARYLU ALVES DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

I

Trabalho. Trabalhismo. Partidos Políticos. Populismo. Cultura Política. Acordo. Ideário. Estas palavras percorreram constantemente a formação da pesquisadora que apresenta este texto, não de uma forma tranquila, mas em meio a uma tensão. Esclarecemos. Durante o trabalho de investigação para a escrita da tese em História Social na Universidade Federal do Ceará<sup>2</sup>, deveríamos definir os caminhos teórico-metodológicos da pesquisa, entretanto, esbarramos em um intenso debate acadêmico sobre o conceito mais adequado para definir o período da experiência democrática de 1945-1964. Nesse momento, em meio a uma crise de definição para nosso estudo, observamos que as palavras, longe de terem unicamente a função de nomear, fazem parte de um grande, e muitas vezes desigual, jogo de poder que se estabelece cotidianamente entre os

---

<sup>1</sup> Professora do curso de História da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – Picos (PI). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Desenvolve pesquisas relacionadas a História Política do Brasil República, no recorte temporal de 1945-1964.

<sup>2</sup> Tese defendida em dezembro de 2016, ver: OLIVEIRA, Marylu Alves de. *DA TERRA AO CEU*: : Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016. 532p.

indivíduos.<sup>3</sup> Tendo em vista esta questão, ressaltamos que o simples ato de eleger um/alguns destes termos, para que nos amparem na busca de dar visibilidade à forma como enxergamos o universo documental pelo qual construímos nossos estudos, acabam por se tornar reflexos das posições políticas que adotamos diante do mundo e das perspectivas acadêmicas existentes.

Este gargalo surgiu quando procuramos compreender o que alguns historiadores brasileiros – uma vez que o termo não existe fora do Brasil - denominavam por *trabalhismo*, e, nesse percurso, defrontamo-nos com noções complexas, referendadas, conflitantes, reticentes e dissonantes. A partir desse momento, revelou-se a necessidade de refletir sobre a semântica deste termo, pois, como bem repetiu Agambem, fruir sobre “a terminologia é o momento poético do pensamento”.<sup>4</sup>

Partindo desta primícias *Agambeniana*, debruçamo-nos sobre as significâncias atribuídas ao *trabalhismo*. Não era esta uma tarefa fácil, uma vez que nos regia uma impossibilidade patente de contemplar o grande universo de estudos sobre a temática do trabalho no Brasil<sup>5</sup> e sobre a história dos partidos políticos, de onde surgiu de forma efetiva na historiografia o termo *trabalhismo*.<sup>6</sup> Portanto, e em decorrência de tão

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>4</sup> AGAMBEM, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapeco, SC: Argos, 2009, p. 27.

<sup>5</sup> Para compreender a discussão sobre a história do trabalho, ver: BATALHA, Cláudio. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006. BATALHA, Cláudio. *Historiografia da classe operária: Trajetórias e tendências*. São Paulo: Contexto, 2001; NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas, uma história social do trabalho. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006; SAVAGE, Mike. Classe e História do trabalho. In.: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre. *Cultura de Classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 25-48.

<sup>6</sup> Ver: GOMES, Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.127-154; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. 2ed. São Paulo: Ltr, 2011; BENEVIDES, Maria Victoria Benevides. *O PTB e o Trabalhismo*. Partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989; ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996;

vasta missão, não temos a pretensão de fazer um balanço historiográfico, mas nos propomos a elencar algumas questões centrais e relevantes na produção histórica, que possam contribuir para o que podemos considerar o melhor desenvolvimento de uma pesquisa histórica.

Pensamos, para levantar inicialmente a questão da significância, e também para emergir a poética do pensamento, que nomear é um ato de poder<sup>7</sup>. A ação de nomear guarda em si a busca pelo entendimento e, necessariamente, a construção de um conceito. Os conceitos são geradores de mundo. As palavras que os compõem dão sentido às vivências. Assim como o contrário também é comprovável. Isso ocorre de forma tão intensa e eficiente que ao nos depararmos diariamente com um mundo de conceitos construídos e reconstruídos ao longo dos anos, tanto fora como dentro dos espaços acadêmicos, muitas vezes, acabamos por aceitá-los como uma naturalização do estar no mundo, como se sempre tivessem existido. E é esta naturalização do conceito que acaba tornando-o um regime de verdade para uma época<sup>8</sup>. Contudo, acreditamos que uma atribuição fundamental da prática histórica é pensar para além destas naturalizações, questionando as construções das significâncias do ser e estarno social.

Por mais que a palavra *trabalhismo* tenha se estabelecido no espaço acadêmico como um suporte importante para o entendimento de configurações históricas brasileiras durante boa parte do século XX, é necessário compreendermos como esta emergiu nas disputas de entendimento sobre o país. Pois, os conceitos, assim como os sujeitos que os inscrevem no social, possuem em sua significação camadas de tempo. Para Koselleck é preciso perceber a relação dos conceitos com o tempo, uma vez que estes, enquanto construção, possuem em si mesmos uma força transformadora<sup>9</sup>. Ideia corroborada por Angela de Castro

---

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. 1992.

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit. 1999.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

<sup>9</sup> Como analisa o autor no seu estudo sobre o conceito de *revolução*. Revolução, em seu princípio signficante, no século XVI, tornou-se um conceito físico-político, uma vez que a noção passava pela alusão ao ciclo das estrelas, baseado na obra de Copérnico sobre o movimento circular dos corpos celestes, sendo, esta concepção, em seguida, apropriada pelo vocabulário político. Este significado pautava-se na ideia de que a revolução, ou o movimento de ruptura, era necessário para as mudanças políticas que fechariam um círculo de formas de governo e um recuo a uma forma já experimentada no passado, como um eterno retorno. A

Gomes quando afirma que “[...] conceitos, todos eles, são construções teóricas, elaboradas por intelectuais em determinados momentos, para compreender fenômenos da realidade social. [...] As “palavras” não são as “coisas”, mas a ele se referem, podendo ganhar sentidos diferenciados através do tempo<sup>10</sup>.

A história dos conceitos, sobretudo, evidencia as camadas de significados de um mesmo termo em diferentes épocas, até mesmo na mesma época, assim como em diferentes espaços sociais, geográficos e acadêmicos, destacando-se em muitos momentos as permanências de significância e em outros as suas alterações. Portanto, diante dos subsídios lançados por Kosselleck, percebemos aspectos importantes que devem ser mencionados. Um dos elementos mais significativos apontados por este autor é o de que os conceitos estão associados a uma temporalidade, ou múltiplas temporalidades, e que o pesquisador, mesmo sabendo dessa complexidade, deve compreender a significância do termo que irá desenvolver em sua pesquisa, definido precisamente os seus recortes (espaciais, temporais e sociais) de significância, ou seja, dependendo da temporalidade (ou temporalidades) e do grupo social pelo qual foi pronunciada a palavra, alcança-se que aquela expressão se compõe de valores e significações que se modificam e que, muitas vezes, chegam a ter acepções opostas em um mesmo momento. Como exemplo, podemos citar uma palavra na qual nos debruçamos durante o percurso acadêmico: comunismo. No contato com as fontes pesquisadas sobre a década de 1960, esta expressão carregava em si, dependendo do grupo que a pronunciasse, não apenas uma única significação para denominar um regime político-econômico-social em qualquer tempo, mas era também uma forma de ver, de estar, de ser reconhecido, de se rejeitar ou aceitar aspectos na sociedade brasileira, nordestina ou piauiense, em um momento específico.<sup>11</sup>

---

ideia de emancipação social, sem retorno a uma forma de governo já existente, arquitetando-se através de um processo revolucionário, só seria construída ao longo do século XVIII, na época do iluminismo. A revolução, em seu significado, a partir de 1789, não mais conduziria a situações anteriores, mas a um futuro desconhecido. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.66.

<sup>10</sup> GOMES, Angela de Castro Gomes. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In.: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 54.

<sup>11</sup> Para uma discussão sobre a noção de comunismo nas décadas de 1960, ver: OLIVEIRA, Marylu Alves de. *A cruzada antivermelha - democracia, deus e terra contra a força comunista*: representações, apropriações e práticas anticomunistas

A temporalidade e os grupos sociais (organizações civis, núcleos acadêmicos, grupos políticos, por exemplo) são componentes importantes para a compreensão da semântica dos termos. Muitas vezes, agrupamentos com visões de mundo diferentes, que convivem em uma mesma temporalidade, revelam nos seus embates a importância da escolha das palavras que utilizam. Este aspecto pode ser percebido, por exemplo, na década 1950, quando ocorre uma disputa na Assembleia Legislativa de Pernambuco sobre como os trabalhadores do campo deveriam ser nomeados. Em pleno debate parlamentar, Francisco Julião, representante das Ligas Camponesas e deputado estadual, apontava que, ao defender a luta dos trabalhadores em plenária, escolheu, para denominá-los o termo “camponês”:

Quando passei a pronunciá-la na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a partir de 1955, sentia o mal-estar que causava entre os demais deputados, na sua quase totalidade, senhores de grandes extensões de terra, a tal ponto que a única mulher eleita para legislatura que se iniciara naquele ano, uma professora da rede pública de ensino, fez-me um apelo para que eu a substituísse por uma outra menos contundente. E como eu indagasse dela o sinônimo que julgava apropriado para o seu uso no recinto da Assembleia, animou-se a sugerir: rurícola!<sup>12</sup>

Contudo, ao insistir na utilização do termo camponês, Francisco Julião argumentou:

A palavra camponês transportava uma carga ainda mais rica. Não era uma simples designação ou um tranquilo qualificativo, mas uma palavra ideológica. Sua menção, apenas, trazia a lembrança de associações, movimentos e lutas organizadas contra outros senhores de terras, em outros países e outras épocas.<sup>13</sup>

---

no Piauí na década de 1960. Dissertação de Mestrado, UFPI, Teresina, 2008.

<sup>12</sup> JULIÃO, Francisco. *Cambão*. A face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009, p. 93-94. APUD: DABAT, Christine Rufino. Linhagens literárias na representação negativa do campesinato. In.: MONTENEGRO, Antonio Torres. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *História, Cultura e Trabalho*: questões da contemporaneidade. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 153-175.

<sup>13</sup> Idem.

Neste sentido, como apontam as memórias de Julião, o nomear, em especial o privilégio de nomear a si próprio, é guerrear pelo sentido pelo poder de pronunciar a palavra. Ainda sobre Pernambuco da década de 1950, Antônio Torres Montenegro revela que, além do embate ocorrido com Julião e sua colega parlamentar, a imprensa tentou impor uma significação negativa aos movimentos que surgiam no campo, atribuindo-lhes a terminologia pela qual estes organismos deveriam ser reconhecidos.

A imprensa passa a denominar a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco [SAPPP] de “Ligas Camponesas”, apontando nas mesmas um nítido caráter comunista. Essa associação entre a Sociedade Agrícola e a expressão “Ligas Camponesas” não é fortuito. O PCB, no período da redemocratização, 1945 a 1947, instituiu um movimento de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, em diversos estados do Brasil, que, na época, foi denominado Ligas Camponesas.

[...] A expressão “Ligas Camponesas” resgatadas pela imprensa na tentativa de colocar a opinião pública contra a SAPPP, pois a nomeia como organização comunista, é reapropriada pelos camponeses, e através dessa expressão é que serão registradas as próximas Sociedades Agrícolas.<sup>14</sup>

O elemento central nesta citação é justamente o que nos possibilita refletir sobre o poder singular de transformação da semântica dos termos. Houve uma particular transposição de valor, quando as associações, ao se apropriarem de uma palavra que na imprensa havia ganhado contornos negativos, passaram a ressignificá-la de acordo com seus interesses. O embate sobre a posse da palavra não se deu apenas no plano político, mas também no plano semântico. Efetuando-se o que apontamos desde o início do texto, que os processos que atribuem significância ao mundo travam-se tanto no campo linguístico, que é uma disputa simbólica e valorativa, quanto no plano da materialidade.

Contudo, nesse momento, o que nos interessa é particularmente

---

<sup>14</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO. Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 253-254.

outro aspecto dessa questão: como, um grupo específico, o dos historiadores, transpuseram a semântica de determinadas palavras para as suas obras? Percebemos que para além das análises de significância nos contextos sociais, políticos, culturais etc., os estudiosos da História são obrigados, ainda, a disputarem a semântica dos termos nos embates acadêmicos.

Acreditamos que esta introdução se fez necessária no intuito de pôr em relevo a importância das palavras, que são, em sua expressão de existência, geradoras de conceitos e que guardam em si valores, crenças, simbolismo, etc. Ressalto ainda que não devemos fugir das questões relativas à linguagem, uma vez que o campo de atuação do historiador se dá, sobretudo, neste espaço. Contudo, carecemos constantemente problematizá-la em nossos estudos. Nesse sentido, centro, a partir deste momento, as análises sobre a noção de *trabalhismo*.

## II

Durval Muniz de Albuquerque Jr reflete que a grande maioria dos historiadores do *trabalho*, ou os *historiadores dos mundos do trabalho* - servindo esta crítica tanto para os brasileiros quanto para os estrangeiros -, não se preocuparam em definir o termo através do qual desenvolvem seus estudos, ou melhor, a partir de qual noção de *trabalho* o historiador esteve desenvolvendo as suas pesquisas, uma vez que o sentido desta palavra não é o mesmo em todas as culturas e em todos os tempos<sup>15</sup>. Sobre a origem do termo, o autor acrescenta:

Poderíamos dizer que a palavra não goza sequer de uma boa origem etimológica. Ela adviria da palavra latim *tripalium*, literalmente três paus, um instrumento usado para torturar escravos no Império Romano, que se

<sup>15</sup> Para Albuquerque Jr.: Ao fazermos o percurso pela história do trabalho, dele como categoria, como conceito e não apenas como atividade, como ação mecânica veremos que, nem sempre, o mundo foi do trabalho, que nem sempre o trabalho gozou desta legitimidade, desta centralidade na vida social e, inclusive, intelectual. Nem sempre trabalhar foi uma aspiração de todos, nem foi tido como aquilo que confere sentido a uma vida humana. Muito menos o trabalho foi tido como uma atividade que moraliza, que serve de possível panaceia para todos os males. ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *Mundos e imundos de(o) trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho*. In.: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *História, Cultura e Trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 56.

constituía em três estacas fincadas no chão em forma de pirâmide. Daí adveio o verbo do latim vulgar *trepaliare*, que significa, inicialmente, suplicar alguém no *tripalium*, sendo *tripaliadore*, palavra que daria origem à palavra trabalhador, aquele que torturava, que aplicava o suplício ao escravo.

[...] O trabalho é apresentado na Bíblia como um dos castigos impostos por Deus aos homens como forma de expiação pelo pecado original.

[...] Se na Grécia antiga Aristóteles discutia se o escravo era ou não humano, se o classificava na categoria de animal falante, se o trabalho manual, portanto, animalizava, aproximava o homem dos bichos, foi preciso, para se constituir uma sociedade assentada no trabalho, uma reformulação semântica, uma ressignificação desta categoria, uma modificação na maneira de ver e dizer esta atividade.<sup>16</sup>

Albuquerque Jr., apesar da amplitude da crítica e desta refletir profundamente a sua perspectiva teórica centrada em uma “arqueologia do saber”<sup>17</sup>, propõe uma reflexão determinante para se pensar as produções acadêmicas recentes a cerca do *trabalho* e do *trabalhismo*, pois fomenta a necessidade de se percorrer a produção histórica brasileira com intuito de observar as significações dadas às noções que compõem o aparato instrumental desta pesquisa. Derivado do substantivo *trabalho*, o termo *trabalhismo* reflete, de forma superficial, uma ampliação terminológica, algo que aparenta ser de fácil compreensão semântica, mas na junção do substantivo ao sufixo ocorre a emergência de um termo bastante profícuo, sobretudo, para a historiografia.

A variação do termo *trabalho* para *trabalhismo*, na historiografia brasileira, deve ser analisado em uma composição complexa. Existe um distanciamento importante entre os historiadores da *História Social do Trabalho, ou dos mundos do trabalho*, e os historiadores do *trabalhismo no Brasil*. O grande elemento que os afasta, em nossa concepção, é que

<sup>16</sup> Idem, p. 57.

<sup>17</sup> Para as obras deste autor que refletem a semântica dos termos, e tentam compreender os começos de sua “invenção”, ver: ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3 ed. Recife: FJN, ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006; ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940)*. Maceió: edições Catavento, 2003.

os estudos do *trabalhismo*, nascidos da pena de muitos historiadores que possuem também formação e influência da área da ciência política e sociologia, dão uma ênfase importante ao papel dos partidos políticos e da relação destes com os trabalhadores, surgindo, neste contexto, vários e referenciais estudos sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), construindo-se, assim, um olhar privilegiado sobre a esfera política oficial. O *trabalhismo*, para este núcleo intelectual, refere-se de forma singular a um projeto político, sobretudo, partidário, que pretendia atuar de forma significativa na vida dos trabalhadores nacionais, e que, em certa medida, foi posto em prática por figuras carismáticas que tinham como característica de sua atuação o fato de tentarem estabelecer um diálogo com as camadas mais pobres da sociedade. A perspectiva de evidenciar a relação entre Estado e trabalhadores afasta-se, portanto, das concepções das construções históricas mais voltadas para as práticas, ações, articulações e manifestações organizados unicamente no seio e cotidiano dos próprios trabalhadores.

Mas não existem apenas distanciamentos entre os dois núcleos acadêmicos, a própria noção de *trabalho* postulada pelos historiadores do *trabalhismo*, assim como para os historiadores dos *mundos do trabalho*, também se referia as atividades desenvolvidas na esfera pública, que geravam identidade ao trabalhador remunerado/escravizado e que teria seu valor socialmente reconhecido ou não. Entender a noção de trabalho desta forma é importante para aqueles intelectuais, uma vez que, enquanto projeto político, o *trabalhismo* deveria ser compreendido como um plano formulado, sobretudo, para agir no âmbito do espaço do trabalho público; na mediação entre patrão e empregado; atuando como uma proposta de melhoria às condições de existência do trabalhador brasileiro inserido no mundo capitalista moderno. Certamente tais intentos respingariam nas outras esferas da vida do trabalhador. Para tanto, os estudos sobre o *trabalhismo*, no sentido de entendê-lo enquanto projeto político, levaram em conta o papel que o estado adquiriu, assim como os partidos políticos, projetando perspectivas de ação e discursos sobre o universo do trabalho, assim como percebendo também a relação destes trabalhadores com a política oficial.

É importante ressaltar que os estudos do *trabalhismo* emergiram quando a chamada Nova História Política<sup>18</sup> entrou em cena no final da década de 1980 e nos anos 1990, e uma das noções que mais se projeta na contemporaneidade para os historiadores que trabalham nesta esfera

---

<sup>18</sup> FERREIRA, Marieta Moraes. "A nova "velha história": o retorno da história política". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, (n. 10, 1992): 265- 271.

é a de Cultura Política<sup>19</sup>. O sufixo *ismo* foi largamente empregado na produção historiográfica política brasileira contemporânea, até mesmo como forma de produzir noções que apontassem ou refletissem algumas culturas políticas<sup>20</sup>.

A grande maioria dos estudos que utilizam *ismo* associada à palavra *trabalho*, gerando a noção de *trabalhismo*, convergem para uma produção intelectual e acadêmica muito prestigiada da historiografia política nacional, que intitula de *escola fluminense de estudos políticos historiográficos brasileiro*.<sup>21</sup> Estes intelectuais, concentrados na Universidade Federal Fluminense, na Fundação Getúlio Vargas e em outras instituições respeitadas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, apontam para um debate que cercava as condições de existência dos trabalhadores brasileiros, do início da república até a segunda metade do século XX, privilegiando elementos políticos e elegendo, muitas vezes, como chave conceitual para o entendimento deste momento a palavra *trabalhismo*. Mas não foi apenas no espaço acadêmico do Rio de Janeiro que esta palavra consolidou-se como importante para a compreensão da história política do

<sup>19</sup> Para o conceito de Cultura Política Ver: SIRINELLI, Jean-François e RIOUX, Jean Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa: editora Estampa, 1998; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In.: \_\_\_\_\_ (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

<sup>20</sup> Sobre a concepção e atuação de líderes com cunho popular e a relação destes com as massas trabalhadoras, houve o emprego de um termo, hoje profundamente questionado na produção histórica, que é o *populismo*. Vários *ismos* foram lançados a nomes importantes da política brasileira. Do período em que Vargas esteve no poder, e o legado de sua atuação política, surgiram as denominações: *Getulismo* e *Varguismo*; *Adhemarismo*, foi o termo cunhado relativo ao ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros; O *Lacerdismo* foi a expressão para definir a figura do ex-governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda e a sua atuação pública. Atualmente, sobre o governo do ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, foi lançado na imprensa brasileira o termo *Lulismo*. Ver: SINGER, André. Raízes Sociais e ideológicas do Lulismo. In.: *Novos estudos – CEBRAP*, no.85, São Paulo, 2009. Sobre o populismo ver: FERREIRA, Jorge. etalli (orgs.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Para o termo *getulismo* ver: GOMES Ângela de Castro e D'ARAÚJO, Maria Celina *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989. Movimentos sociais e políticos também ganharam o *ismo* em sua denominação, como o *Queremismo*, o *anticomunismo* dentre outros.

<sup>21</sup> Alguns nomes muito conhecidos desta corrente de pensamento intelectual são os historiadores: Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Celina D'Araújo, dentre outros.

período pós-1930 até 1964, historiadores do Rio Grande do Sul<sup>22</sup>, Minas Gerais<sup>23</sup>, São Paulo<sup>24</sup> e Bahia<sup>25</sup>, ventilaram questões significativas para o debate.

Percorrendo as obras destes intelectuais, encontro fluxos distintos de percepção sobre a significância do termo. Contudo, - e em muitos momentos apreendendo naturalizações quanto à utilização da noção de *trabalhismo*, - percebo que a dificuldade é também expressa pelos próprios autores, indicando a complexidade para defini-lo, como refletem Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo: “[...] até hoje a definição do que seja trabalhismo entre nós é bastante polêmica. Ela tem sido associada indistintamente a sindicalismo, a Vargas, a nacionalismo, a socialismo, a autoritarismo, a populismo e até mesmo a comunismo e a democracia social”<sup>26</sup>. Apesar da relação com tantos outros conceitos e *ismos*, o que existe de fato em comum, na grande maioria dos estudos sobre o *trabalhismo*, é a associação deste termo ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no sentido de capturar a significância daquela palavra através da sua utilização no social. Talvez, o ponto central na problemática da indefinição seja justamente este, pois, segundo alguns estudiosos, não se pode negar o arcabouço intelectual que cercou os *petebistas* no período de 1945 a 1964, uma vez que havia uma preocupação em construir uma estrutura doutrinária sólida no seio do PTB, contudo os próprios dirigentes trabalhistas não concordavam quanto ao conteúdo desta<sup>27</sup>. Tendo como foco central de percepção do *trabalhismo* no Brasil o PTB, o segundo governo Vargas e o governo de João Goulart, os autores se voltaram para análises das formulações intelectuais-políticas, para as propostas Varguistas (1951-1954), assim como para as práticas do PTB e para a relação deste com o poder estatal e os movimentos sindicais.

Diante da multiplicidade de autores e propostas, percebemos que

<sup>22</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. 1992, p. 139.

<sup>23</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. 2ed. São Paulo: Ltr, 2011 e PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>24</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o Trabalhismo*. Partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>25</sup> NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e História Social. *Cad. AEL*, v.11, n.20/21, 2004, p. 01-28.

<sup>26</sup> GOMES, Angela de Castro e D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989, p.50.

<sup>27</sup> Idem.

o *trabalhismo* foi alçado à categoria analítica na História, tendo carga de complexidade como qualquer noção que se constrói a partir de camadas de tempos. Existem divergências quanto ao manancial teórico, quanto ao que compunha o *trabalhismo* e até mesmo quanto a forma de atuação dos *trabalhistas*. Em comum, os estudos foram produzidos, em sua grande maioria, com o intuito de compreender a dinâmica política elegendo como elemento propulsor a relação entre classe trabalhadora, mesmo que esta apareça apenas em nível eleitoral, e o projeto *trabalhistas* do PTB e de certos líderes políticos. Alguns destes autores perceberam que os mecanismos de poder institucional e oficial, por mais repressivos que pareçam, tendem a se estabelecer como uma via de mão-dupla, nesse sentido, o conceito foi, sobretudo, uma escolha de um grupo acadêmico que visava ampliar o entendimento sobre as relações políticas e sociais do período.

Essa assertiva, contudo, não retira do termo a suas ambiguidades, como por exemplo: as várias significações atribuídas à noção, o fato de ser analisado no seio de um único partido PTB e, sobretudo, a significância de uma produção intelectual que evidencia uma análise sobre os discursos e ações oficiais.

### III

A obra da historiadora Angela de Castro Gomes, *A invenção do Trabalhismo*, acabou se tornando uma referência no que tange ao entendimento da história política brasileiro da primeira metade do século XX, gerando um marco de percepção sobre uma época. Ao propor a noção de *trabalhismo* como forma de dar visibilidade ao período, Angela de Castro Gomes tomou um caminho singular na historiografia brasileira, recusando-se a apontar em sua obra qualquer discussão sobre o *populismo*. Ao rejeitar academicamente aquele conceito, a autora assinalou, mesmo que indiretamente, que os historiadores buscassem outras análises sobre as relações políticas, em que pese, nestes novos olhares, uma recusa em se perceber uma força determinista sobre a classe trabalhadora, em especial, durante o período de 1930 a 1964. Sobretudo porque noções como a de *populismo*, em decorrência de sua matriz conceitual, acabavam por impor limitações tanto na concepção da atuação do ser político partidário como dos trabalhadores de um modo geral. O termo rejeitado centralizava-se na figura do político manipulador e interesseiro, detentor de um poder de manobra sobre as massas populares, vistas como ignorantes e despolitizadas.

Diante desta recusa, a autora projetou na historiografia política

o *trabalhismo* como entendimento do momento histórico, desenhando uma categoria analítica, mas também compreendeu o termo como uma forma de atuação pública, ressaltando a construção desta expressão no período enquanto projeto político que dependia da aceitação, ou não, dos trabalhadores. Segundo Gomes, a sua obra teve como proposta introduzir os trabalhadores enquanto agentes atuantes, e não apenas como elementos passivos que sofreram a política no seu cotidiano, pois a composição do *trabalhismo* não estava presa a uma esfera institucional, ela estava inserida no corpo social, enquanto projeções, que foram ressignificadas pelo discurso oficial. Nesse sentido, a noção de *trabalhismo* utilizada pela autora, possibilitou ampliar a visibilidade sobre a relação entre trabalhadores e Estado, uma vez que, segundo a sua concepção, esta não era apenas construída por suportes materiais, mas simbólicos e valorativos. Portanto, a proposta da “*Invenção do trabalhismo*” possibilitou observar a emergência de um *pacto* entre Estado e classe trabalhadora, algo que deve ser compreendido à luz dos acontecimentos históricos. Segundo autora:

O uso da “palavra” *populismo*, assim, me pareceu algo extremamente danoso para enunciar o que eu desejava defender, e a “palavra” *trabalhismo*, cuja invenção eu acompanhava em minha análise histórica, surgiu como muito mais adequada para a proposta da tese. Quer dizer, *trabalhismo*, seria usado por mim, como uma categoria, passando a se referir a um certo conjunto de ideias e práticas políticas, partidárias e sindicais, o que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica: o Estado Novo. Como todas as “palavras”, *trabalhismo* também não estava desprovida de significados sociais, estando ligada a alguns partidos e lideranças, especialmente e não casualmente, do pós-45.<sup>28</sup>

Um dos pesquisadores da história política que corroboram com as propostas conceituais de Angela de Castro Gomes é o historiador Jorge Ferreira. Este intelectual organizou uma obra intitulada *O populismo e sua história*,<sup>29</sup> com o intuito de dar visibilidade ao debate acadêmico sobre o termo *populismo*. Nesta obra, percebemos que a sua posição é

<sup>28</sup> GOMES, Angela de Castro Gomes. Op. Cit. 2001, p. 55.

<sup>29</sup> FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

muito próxima a da autora da *Invenção do Trabalhismo*, pois segundo este historiador: “A noção de ‘populismo’ tornou-se tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo – e, como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco”.<sup>30</sup> Muito mais do que um simples conceito, Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, adotaram a noção de *trabalhismo* como uma posição dentro do espaço acadêmico, no sentido de questionar a viabilidade da utilização daquele termo para fora da esfera do uso atribuído pelo “senso comum”. Pois, segundo Jorge Ferreira:

[...] as ideias que estabeleceram a noção [de populismo] naquela época não se basearam em categorias teóricas com respaldo acadêmico, mas, sim, procuraram fabricar imagens politicamente desmerecedoras do adversário, esforçando-se para elaborar uma representação negativa daquele que queria combater no decorrer da própria luta política. As elites liberais que perderam o poder em 1930, contrariadas com o intervencionismo estatal na economia, o cerceamento do regionalismo político, os ataques à tradição liberal individualista, a elevação dos trabalhadores à categoria de cidadãos e as arbitrariedades da ditadura do Estado Novo, mas, sobretudo, assustadas com o movimento “queremista”, passaram a explicar o apoio dos assalariados a Vargas ressaltando a demagogia, a manipulação, a propaganda política, a repressão policial, entre outros fatores, sugerindo uma relação destituída de reciprocidade: o Estado, com Vargas, surgia como todopoderoso, capaz de influenciar as mentes das pessoas; a sociedade – os trabalhadores em particular – amedrontados com a polícia e confundida pela propaganda política estatal do DIP, era transformada em massa de manobra e, portanto, vitimizada.<sup>31</sup>

A concepção negativa do termo prevaleceu também nas construções analíticas do conceito na acadêmica, como reflete Daniel Aarão Reis Filho, tornando o *populismo*, segundo este autor, uma herança maldita da política brasileira, desdobrando do campo social para o espaço acadêmico<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> FERREIRA, Jorge. Introdução. In.: p. 10.

<sup>31</sup> Idem, p. 08-09.

<sup>32</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In.: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Debate

E aqui chegamos ao ponto chave de toda a discussão sobre o entendimento do *trabalhismo*, e o porquê do argumento inicial sobre o poder da palavra e sobre as questões que envolvem a disputa pelo nomear.

Vários historiadores brasileiros, que produziram suas obras sobre *os mundos do trabalho*, e que, quase predominantemente, adotaram uma postura de produção de conhecimento pautado na chamada história “vista de baixo”, sentiram um certo desconforto pelo abandono do termo *populismo*, solicitando, inclusive, uma possível reavaliação da utilização do conceito<sup>33</sup>. Estes historiadores apontaram, em certa medida, que o termo pode ser percebido como uma prática que não necessariamente contava com o apoio das camadas populares, nesse sentido, caberia ao historiador ressaltar o papel dos sindicatos autônomos, das manifestações que não estavam ligados ao governo, dentre tantas outras questões que pudessem colocar em relevo a atuação dos trabalhadores distantes das questões oficiais. Como reflete Antonio Luigui Negro:

Não mais podemos ficar retidos no discurso articulado de organizações sindicais e partidárias nem tampouco é suficiente buscar os trabalhadores apenas nos locais de trabalho. Há uma subvegetação notável abaixo da copagem espessa e vistosa, e isso fica desconhecido sobretudo quando olhamos de cima, partilhando a visão dos dirigentes, ou da intelectualidade<sup>34</sup>.

Não se pode negar que a grande maioria dos estudos sobre o *trabalhismo* fomentou a produção de uma história política partidária, sindical e da intelectualidade, assim como evidenciou a forma como todos estes aspectos estão ligados aos espaços de poder político. Contudo, procuramos entender a crítica de Negro, especialmente quanto a necessidade de se avaliar a exclusão de determinadas noções nos escritos históricos, como foi o caso da expressão *populismo*.<sup>35</sup> Realmente, a palavra não pode simplesmente ser eliminada, até mesmo porque foi parte importante de uma significação política, e era utilizada, tanto nas décadas de 1950 e 1960, como até hoje. No entanto, e como já havíamos apontando no início do texto, uma questão é entender a sua utilização socialmente e outra é pensar na construção acadêmica enquanto categoria

---

e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.319-377

<sup>33</sup> NEGRO, Antonio Luigi. Op Cit. 2001, p. 205-271.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem.

analítica.<sup>36</sup>

Para alguns historiadores da História Social do Trabalho, o período denominado como *populista* precisa ser repensando no espaço acadêmico, porque esteve ligado à uma temporalidade e a condutas oficiais, de lideranças partidárias, sindicais etc; e que não precisavam necessariamente ser aceitas pelos trabalhadores. Este é, por exemplo, o cerne do texto de Hélio Costa e Fernando Teixeira, sobre a questão da autonomia dos trabalhadores frente às chamadas lideranças populistas. Segundo estes autores:

[...] procuramos mostrar aqui que, em diferentes conjunturas, o populismo não deixou de ser um espaço de lutas políticas e econômicas dos trabalhadores, tornando-se um campo, portanto, mais complexo e dinâmico do que pressupunham as teses que reforçavam a imagem de uma classe operária passiva e manipulada pelo Estado. Os trabalhadores foram capazes de superar, em diferentes momentos, os obstáculos colocados pela legislação sindical e trabalhista – entendida aqui também como um terreno de disputas. Instituíram na prática ainda uma legítima representação de seus interesses, na medida em que o populismo não era tido invariavelmente como fechado e acabado sistema de dominação, mas como um aberto e indeterminado jogo político que implicava barganhas políticas e evidentes conquistas sociais.<sup>37</sup>

As perspectivas de utilização da noção de *populismo* apontadas no texto de Hélio Costa e Fernando Teixeira, em nosso entendimento, refletem os rearranjos feitos pelos trabalhadores diante do “populismo” das autoridades públicas. Nesse sentido, não haveria uma adesão, segundo estes intelectuais, cega, mas ativa, que poderia ser entendida como um pragmatismo realista, sendo calculado pelos benefícios possíveis, e “impondo ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas”.<sup>38</sup> Nesse sentido, apontam os autores, quando não existe um cálculo de benefícios

<sup>36</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit. 2001.

<sup>37</sup> SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In.: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 271.

<sup>38</sup> Idem.

realistas, que privilegiasse os trabalhadores, haveria uma margem para os conflitos sociais.

O que percebemos nesse embate é que além de posições acadêmicas, prevalecem também posições política no que se refere ao ato deprivilegiar determinados objetos históricos. A adoção do termo *populismo*, como aponta Maria Rolim Capelato<sup>39</sup>, veio ganhando, nos últimos anos, um reforço no estigma negativo de sua utilização, uma vez que, empregado por políticos neoliberais que atribuíam ao termo a responsabilidade pelo atraso nacional, contrastando com a modernização apregoada por uma concepção de Estado de caráter neoliberal. Nesse sentido, projetos que visam, pelo menos no nível do discurso, que o estado privilegiasse os mais pobres e os trabalhadores, tenderiam a ser tachados de populistas pelos que acreditavam na ideia de uma organização pública com o mínimo de interferência do estado. Por outro lado, a chamada esquerda, via nos projetos “populistas” uma camuflagem dos interesses ditos “reais” do Estado. Tanto de um lado (os liberais e neoliberais) quando do outro lado (a esquerda), o Estado não tinham o interesse em ajudar as camadas populares, para tanto, a noção de *populismo* merecia existir como categoria analítica, mas, sobretudo, como uma forma política a ser recusada, ontem e hoje.

Nesse turno, optando por uma visão de “baixo” o que deveria interessar ao historiador, segundo os intelectuais *dos mundos do Trabalho*, são as ações dos trabalhadores, organizados por eles próprios, sem ressaltar ou privilegiar os vínculos existentes com o Estado.

Fazendo uma leitura das disputas no campo social e acadêmico, e percebendo que a História é sempre filha de seu tempo, estes discursos, adotados em especial no campo acadêmico pelos *historiadores dos mundos do trabalho*, apontam para uma tomada de posição clara, tendo em vista que o estudo de projetos ou propostas pelos quais se assentavam o Estado estariam afastando a escrita do historiador da relação com os que por muito tempo não tiveram voz. Nesse sentido, apontar uma relação acordada entre trabalhadores e Estado, seria uma espécie de negação da sua perspectiva de fazer histórico.

Por outro lado, os historiadores do *trabalhismo* centralizando as análises nos partidos políticos, no Estado e nas organizações sindicais, não necessariamente adotaram uma concepção histórica da “visão dos de baixo”. O fluxo desta escrita oferece análises do *trabalhismo* que geram

---

<sup>39</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In.: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 125- 165.

grande visibilidade às forças estatais e que atuam no campo da política oficial, algo que não é reforçado na perspectiva da História Social do Trabalho. Por outro lado, não é correto apontar que autores, como Angela de Castro Gomes ou Jorge Ferreira, não deram visibilidade em suas obras aos movimentos populares organizados e autônomos. Contudo, o *trabalhismo*, enquanto categoria, seria uma forma de pensar a relação entre os trabalhadores e o Estado, e isto, para os historiadores políticos, não reduziria a importância de sua pesquisa, uma vez que o entendimento dessa relação pode ajudar na compreensão de aspectos que compuseram ações comuns entre os trabalhadores, o grande exemplo disso foi a existência de um movimento popular ligado à permanência de Getúlio Vargas no Estado, denominado de *queremismo*.<sup>40</sup>

Concordamos, neste contexto, com Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, quanto à utilização do termo *populismo* no que tange a sua elasticidade acadêmica, que, por tanto abranger, pouco explicaria. O *trabalhismo* enquanto conceito para o entendimento do Brasil republicano no pós-1945, também oferece limitações, pois nenhuma conceito é uma palavra salvadora que serve para explicar todas as situações políticas, projetos e condições de existência. Devemos dizer que o *trabalhismo*, primou, de forma bem ampla e geral, como projeto de atuação social e política para aqueles que trabalhavam, voltando-se para a situação presente e futura, constituindo-se, sobretudo, como um plano para a vida, em toda a sua dimensão, dos trabalhadores. Tendo a dimensão de projeto, reflete-se com uma proposta de futuridade que tinha como alvo os trabalhadores e que serviu como forma de entendimento de um momento histórico específico, tornando o *trabalhismo*, portanto, uma categoria analítica.

O termo *trabalhismo* tornou-se marca de um momento, tendo também as suas significações sociais para além da categoria analítica acadêmica, em nosso entendimento com uma ressonância social até mais importante do que o *populismo* para as décadas de 1940 a 1960. No que tange a esse entendimento social, o termo ganha uma abrangência. A compreensão dos embates em torno do *trabalhismo* tornaram a sua significância mais complexa no que se refere ao enfoque social, ganhando contornos plurais, ou seja, existiram projetos *trabalhistas* que apontavam qual seria o ideal, ou o corpo mais “perfeito” de ideias, a serem aplicadas aos trabalhadores. Com esse intuito, saímos da análise do *trabalhismo*

---

<sup>40</sup> FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “Querem”: política e cidadania na transição democrática. In.: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.19-96.

da esfera do PTB e da política do Estado e buscou-se outras propostas trabalhistas significativas para a época, como a da Igreja Católica e até a emergência de um antitrabalhismo.

Portanto, para finalizar, observar os acontecimentos político dando relevo a um projeto oficial não retire a importância de se entender a complexidade política e social do período pois, tomando as palavras de Angela de Castro Gomes, entendemos que:

Dizer, portanto, que a “palavra” está com o Estado não é assumir a construção de discurso à revelia da classe trabalhadora. O esforço deste trabalho é justamente romper com a ideia de um Estado todo-poderoso que atua sobre a tabula rasa, pela compreensão da natureza dos laços que possibilitam o pacto entre Estado e trabalhadores, pacto que através do qual ambos os termos se definem e passam a atuar.<sup>41</sup>

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEM, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapeco, SC: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Mundos e imundos de(o) trabalho: por uma crítica histórica da categoria trabalho. In.: MONTENEGRO, Antonio Torres. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *História, Cultura e Trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2011.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3 ed. Recife: FJN, ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940)*. Maceió: edições Catavento, 2003.

ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BATALHA, Cláudio. *Historiografia da classe operária: Trajetórias e*

---

<sup>41</sup> GOMES, Angela de Castro. Op.Cit. 2005, p. 27

tendências. São Paulo: Contexto, 2001.

BATALHA, Cláudio. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria Benevides. *O PTB e o Trabalhismo*. Partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In.: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 125- 165.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.127-154.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. 2ed. São Paulo:Ltr, 2011.

FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “Querem”: política e cidadania na transição democrática. In.: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.19-96.

FERREIRA, Marieta Moraes. “A nova “velha história”: o retorno da história política”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, (n. 10, 1992): 265-271.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, Angela de Castro e D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e*

*trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In.: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

JULIÃO, Francisco. *Cambão*. A face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009, p. 93-94. APUD: DABAT, Christine Rufino. Linhagens literárias na representação negativa do campesinato. In.: MONTENEGRO, Antonio Torres. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *História, Cultura e Trabalho*: questões da contemporaneidade. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 153-175.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO. Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 253-254.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In.: \_\_\_\_\_ (org.). *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e História Social. *Cad. AEL*, v.11, n.20/21, 2004, p. 01-28.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas, uma história social do trabalho. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006;

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *A cruzada antivermelha - democracia, deus e terra contra a força comunista*: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí na década de 1960. Dissertação de Mestrado, UFPI, Teresina, 2008.

\_\_\_\_\_. *DA TERRA AO CEU*: : Culturas políticas e disputas entre o

trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016. 532p.

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In.: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.319-377.

SAVAGE, Mike. Classe e História do trabalho. In.: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre. *Cultura de Classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 25-48.

SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In.: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SIRINELLI, Jean-François e RIOUX, Jean Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa: editora Estampa, 1998.

# HISTÓRIA INTELLECTUAL: POSSIBILIDADES E DESDOBRAMENTOS DE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

JOSÉ MARIA VIEIRA DE ANDRADE<sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século passado, os domínios da História, enquanto área do saber, passaram por variadas e intensas transformações. Em meio à crise de paradigmas<sup>2</sup> que assolou o universo de estudos dos historiadores nesse intervalo de tempo e nos primeiros anos do século atual, esta área do conhecimento, experimentou e continua experimentando diversificadas formas de operacionalização do estudo do passado. Uma estratégia enriquecedora de poder reavaliar o potencial renovador que essa área do conhecimento passou, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, ao nosso ver, seria revisitando algumas problemáticas gerais relacionadas ao processo de reconhecimento e legitimação de alguns dos campos específicos que se fortaleceram ou que ainda estão buscando espaço na historiografia, nas últimas décadas, entre as quais acreditamos poder situar o debate envolvendo o campo denominado de História Intelectual.

Campo este em crescente expansão nos ambientes de pesquisa e

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela UFPI e Professor da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

<sup>2</sup> Sobre essa “crise de paradigmas” ver CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.1-23.

reflexão dos historiadores, e que, ao tentar legitimar-se nos domínios da historiografia, coloca em debate elementos importantes das transformações teóricas desta área do conhecimento, reposicionando velhas e novas abordagens, problemas e objetos de estudos.

Nesse sentido, no presente texto iremos retomar e colocar em discussão algumas dessas questões trazidas à tona por esta área de estudo denominada de História Intelectual, procurando, por um lado, delinear sobre como este campo da historiográfica tem se configurado como espaço específico de produção e seus desdobramentos na historiografia das últimas décadas, bem como sobre algumas possibilidades de estudo e pesquisa que o campo de atuação demarcado por essa nomenclatura tem oferecido aos historiadores atualmente.

## 2 HISTÓRIA INTELECTUAL: “UMA ESCOLA DE COMPLEXIDADES”

Em meio às questões que tem alimentado o debate nos últimos anos sobre a existência de um campo de estudo específico denominado de História Intelectual, grande parte deles tem se voltado para, de um lado, pensar sobre quais seriam primeiramente as proximidades e distanciamentos desta área com os outros campos da historiografia, e, de outro, tem se concentrado em torno de questionamentos internos à própria área em apreço.

No que diz respeito à primeira perspectiva, um dos primeiros pontos colocados em questão diz respeito à própria dificuldade de definição da área, tendo em vista, particularmente, a nomenclatura utilizada. Um debate que, de início, já denota a complexidade teórica que a História Intelectual envolve, seja pela sua “exuberância temática”, seja por remeter a um tipo de abordagem que abarcaria um “sem-número de autores e assuntos”, conforme destacou em um de seus trabalhos o historiador Marcos Antonio Lopes<sup>3</sup>.

E, nesse sentido, acrescenta ainda o historiador que, não seria possível defini-la “com aquela convicção peculiar aos adeptos de um estatuto mais estreito de cientificidade da História”<sup>4</sup>. Pela fluidez que a nomenclatura sugere, poderíamos pensar tanto na existência de uma história intelectual à maneira de nomes como Arthur Lovejoy, de Pierre Mesnard, de Lucien Febvre, de Sheldon Wolen, de Isaiah Berlen, como seria igualmente válido pensar também na existência de uma História

---

<sup>3</sup> LOPES, Marcos Antonio. Apresentação. LOPES, Marcos Antonio. (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*: São Paulo: Contexto, 2003. p. 9.

<sup>4</sup> LOPES, 2003, p. 9.

Intelectual à francesa ou anglo-saxônica.

Desse modo, podemos afirmar que, apesar da existência de uma variedade significativa de textos e ensaios elaborados e publicados com o propósito de tentar defini-la, a sensação que impera é, no mínimo, a de que estamos diante de um campo paradoxal em termos de definição. De acordo com Antonio Lopes, mas seriam, de certo modo, justamente essas dificuldades de definições que, por outro lado, ajudam a fazer da História Intelectual “uma área estimulante e desafiadora”.<sup>5</sup>

Desafios esses que ficam mais evidentes quando olhamos com mais atenção algumas das definições mais utilizadas nos debates teóricos e metodológicos sobre a historiografia dos últimos anos. Entre essas, parecem se destacar, de um lado, a tentativa de definição elaborada pelo historiador Carl Schorske, que em um de seus livros afirma:

O historiador busca situar e interpretar a obra no tempo e inscrevê-la na interseção de duas linhas de força: uma vertical, diacrônica, com a qual ele liga um teto ou um sistema de pensamento a tudo aquilo que os precedeu em uma mesma área de atividade cultural... outra horizontal, sincrônica, com a qual o historiador estabelece uma relação entre o conteúdo do objeto intelectual e aquilo que se faz em outras áreas na mesma época<sup>6</sup>.

De outro lado, atentando para a contribuição trazida pelo debate anglo-saxão, temos a tentativa de definição, igualmente ampla e ambiciosa como a anterior, por sua vez, pelo historiador Robert Darnton,<sup>7</sup> ao preconizar uma mistura multidimensional envolvendo a lógica das ideias, a vida intelectual e a política cultural, onde a História Intelectual ao contrário de uma área à parte, “seria o componente de uma história total das formas do pensamento e de suas práticas”<sup>8</sup>. De acordo com Darnton, no domínio da História seria possível, então, particularizarmos que existem:

[...] A história das ideias (o estudo dos pensamentos sistemáticos, geralmente nos tratados filosóficos), a história

<sup>5</sup> LOPES, 2003, p. 9.

<sup>6</sup> SCHORSKE, Karl. *Viena, fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1981. p. 13.

<sup>7</sup> Apud DOSSE, François. Da história das ideias à história intelectual. In: *História e Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 297.

<sup>8</sup> DOSSE, 2004. p. 297.

intelectual propriamente dita (o estudo dos pensamentos informais, das correntes de opinião e das tendências literárias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo as visões do mundo e as mentalidades coletivas)<sup>9</sup>.

Trata-se, portanto, de duas definições carregadas de ambiguidades, de modo que nenhuma nem outra parecem não conseguir atenuar a desnorteante fluidez terminológica que reina nas controvérsias sobre, as designações, áreas temáticas, os níveis de análise e os procedimentos investigativos deste campo.

Ambiguidades estas que não desaparecem quando o desafio passa a ser tentar definir aquele que seria o estatuto próprio da História Intelectual, por meio da identificação de seu objeto de estudo específico. Quando o foco se desloca para a questão dos objetos de estudos que seriam próprios a uma História qualificada pelo apelativo de intelectual, a impressão inicial seria que uma historiografia assim nomeada estaria destinada a se ocupar basicamente das práticas, agentes, processos e produtos classificados como intelectuais. Contudo, conforme ressaltam as historiadoras Sônia Lacerda e Teresa Kirschner,<sup>10</sup> esse termo não possui, ao contrário do que um olhar apressado sugere, um significado intrínseco, que permita, sem discussão, distinguir as realidades que correspondem. Nesse sentido, seria preciso não perder de vista que aquilo que faz de um dado termo, de determinada figura ou obra objeto de interesse da História que se entende como “dos intelectuais” não são possíveis atributos inerentes, mas sim a preocupação em colocar em questão elementos que remetem prioritariamente “à maneira como se venha a problematizá-los”.<sup>11</sup>

Nessa perspectiva Helenice Rodrigues de Lima<sup>12</sup>conclui, então, em sua apreciação que a História Intelectual oscila, quando analisada pela ótica de seus objetos de interesse, por um lado, entre uma sociologia,

---

<sup>9</sup> Fragmentos retirados das considerações de DARNTON, em seu livro intitulado *Intellectual and cultural history, de 1980*, conforme nos lembrou François Dosse. Para mais detalhes ver: DOSSE, 2004, p. 297-8.

<sup>10</sup> LACERDA, Sônia; KIRSCHNER, Tereza Cristina. Tradição Intelectual e espaço historiográfico ou porque dar atenção aos textos clássicos. LOPES, Marcos Antonio. (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*: São Paulo: Contexto, 2003. p. 25-39.

<sup>11</sup> LACERDA; KIRSCHNER, 2003, p. 27.

<sup>12</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antonio. (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*: São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-29.

uma história e biografia dos intelectuais, e, por outro, entre um exercício de análise de obras e ideias, “como uma espécie de história da filosofia”<sup>13</sup>.

Apesar das dificuldades de definição, seja atrelada a nomenclatura, seja à questões do objeto de estudo específico abarcado por este campo, alguns estudos se mostram bastante enriquecedores para compreendermos a projeção e as formas de afirmação da História Intelectual nas últimas décadas, entre as áreas da historiografia. Dentro da tradição francesa, um dos estudos mais recorrentes, nesse sentido, parece ser o do historiador François Sirinelli, que em um de seus trabalhos, norteia sobre os horizontes gerais sobre o que ele prefere denominar de uma “história intelectual renascida”.<sup>14</sup>

Nesse trabalho, ao refletir sobre como a questão do político foi tratado na França, particularmente ao longo de grande parte do século XX, Sirinelli ressalta que, em comparação com áreas como a sociologia e a ciência política, houve um silenciamento dos historiadores no que diz respeito ao papel dos intelectuais. Para ele, esse campo de reflexão permaneceu, por muito tempo, “à margem do ateliê do historiador”<sup>15</sup>.

Para o historiador, por um lado, a estagnação vivenciada por este campo de reflexão estaria relacionada aos direcionamentos assumidos pela pesquisa histórica em termos mais amplos. Uma historiografia que, entre seus vários direcionamentos, se ressentia de pensar o político, principalmente a partir do ponto de vista dos intelectuais tendo em vista o perigo de recaírem novamente nas armadilhas ideológicas da (ou de uma) história recente.

Por outro, esse congelamento estaria, na opinião de Sirinelli, também associado a preocupações de caráter mais específico sobre o significado do termo intelectual que, para os pesquisadores daquele momento, era um termo que apontava em direção a um “pequeno mundo estreito”, um grupo social ético, de contornos vagos e pouco significativos em termos de tamanho. Aos olhos dos historiadores, interessados até então, em distinguir invariantes que permitissem úteis estudos comparativos no tempo e no espaço, era desencorajador investir em um objeto de estudo que não podia garantir qualquer análise quantitativa e parecia pouco propícia a um estudo científico sereno. Conforme afirma Sirinelli, entusiasmado pelas massas, os historiadores alimentavam sua indiferença em relação aos intelectuais, vistos por estes pesquisadores como um subproduto vago, um sub-objeto da história e um grupo social elitista que inscrevia

---

<sup>13</sup> SILVA, 2003, p. 16.

<sup>14</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

<sup>15</sup> SIRINELLI, 2003, p. 234.

“obrigatoriamente sua ação no tempo certo do debate cívico”<sup>16</sup>.

Juntavam-se, ainda, a esses temores, alguns mal-entendidos provenientes das associações que se faziam entre a história dos intelectuais e a história das ideias políticas e a história da cultura política. Sirinelli destaca que esses dois domínios pertencem à história do político e seu amálgama com o estudo dos intelectuais acabou sendo nefasto para esse último, sobretudo, por ter contribuído diretamente para que muitas questões importantes fossem deixadas de lado.

Para o autor, a história intelectual só se libertou de seu “ângulo morto” no contexto das transformações significativas que ocorreram com o conhecimento histórico partir dos anos de 1970. Esse nascimento da história intelectual teria sido, por sua vez, motivado por várias questões, algumas delas ligadas unicamente à história dos intelectuais, outras relacionadas mais amplamente à evolução do status da história política e da história recente.

Por seu lado, com relação ao renascimento gratificante da história política, interrogar-se pelo peso dos intelectuais no político passou a não ser mais considerado algo obsoleto; estudar um grupo social estatisticamente limitado não era mais um empreendimento duvidoso e podia aspirar ao realismo científico. Não obstante, a nova respeitabilidade da história recente ajudou a dotar um conhecimento histórico mais habilitado e equipado para medir a história do nosso tempo. Ressalta Sirinelli, “se uma história dinâmica é reconhecida pelas pistas que descortina, pelas perguntas que faz e pelas respostas que, aos poucos, consegue dar, é forçoso observar que essa história do fim do milênio forjou seus conceitos, verificou suas hipóteses e trouxe contribuições”.<sup>17</sup>

Além dessas mudanças propiciarem uma reabilitação fundamental para o status da história dos intelectuais, Sirinelli chama atenção para o fato de que o próprio objeto dessa história, cresceu consideravelmente ao longo das décadas e mudou de status no universo das representações coletivas. Em outras palavras, teria sido justamente no momento em que começava a ser dessacralizado<sup>18</sup> que o intelectual passou a se tornar um objeto da história, sobre a qual o historiador não mais existiria em

---

<sup>16</sup> SIRINELLI, 2003, p. 235.

<sup>17</sup> SIRINELLI, 2003, p. 238.

<sup>18</sup> Sirinelli afirma que o “grupo dos intelectuais” cresceu bastante ao longo das últimas décadas do século XX, na França, bem como em outras regiões do Ocidente, conforme atentariam alguns dados numéricos sobre o aumento de estudantes e professores, alguns deles, nas palavras do historiador “intelectuais em potenciais”, contribuindo, desse modo, para um aumento do desprestígio da categoria. Para mais informações cf: SIRINELLI, 2003, p. 240.

lançar sua rede. A história intelectual parecia assim estar pronta para se estabelecer na França.

Mas para que esse nascimento se confirmasse era preciso ainda que se definisse também seus objetos e seus métodos. Sobre a problemática da definição e, tendo em vista o destacado caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo de seu meio, Sirinelli aponta como alternativa a adoção de uma definição geométrica variável, mas que seja também baseada em invariantes, que desembocaria em duas acepções complementares de intelectual: uma ampla e sociocultural, que englobem criadores e os “mediadores” culturais. A outra, mais estreita, focalizada na noção de engajamento na vida da cidade como ator, testemunha ou consciência. Esta por sua vez não seria autônoma da anterior e um debate entre as duas seria um falso problema, pois, de acordo com Sirinelli, “o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo”.<sup>19</sup>

O autor aponta ainda que, neste contexto de renascimento da história intelectual, não poderíamos perder de vista também que algumas dificuldades que precisam ser enfrentadas. Entre essas, destaca a dificuldade de lidar com as nomenclaturas ou sobre a especificidade da ação, ou mesmo sobre a questão sobre o tipo e volume de documentação que seria própria do campo estudado.

Conforme ressalta Sirinelli, seja pelo peso das “notas”, pela “praga das fichas”, ou seja pela onda gigantescas de cartas e missivas, este campo de estudo envolve uma diversidade de fontes que requerem do pesquisador as habilidades de um “historiador papívoro”.<sup>20</sup>

Não importa! A história dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; a sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas.<sup>21</sup>

Outro ponto importante colocado pelo autor, trata, por sua vez, de

---

<sup>19</sup> SIRINELLI, 2003, p. 243.

<sup>20</sup> SIRINELLI, 2003, p. 245.

<sup>21</sup> Id. Ibidem, p. 245.

algumas objeções existentes em torno de certos termos comuns a um estudo sobre intelectuais, especialmente quando se trata do emprego das noções de interesse, geração e sociabilidades. Sobre a questão dos interesses, Sirinelli afirma que o emprego desta noção só seria válido em trabalhos dessa natureza quando tomado os devidos cuidados de evitar generalizações apressadas e aproximações duvidosas. Na sua acepção, o estudo das trajetórias seria uma tarefa que prescinde naturalmente de balizamentos e interpretação para que não se recaia, sobretudo, em duvidosas explicações globalizantes.

Não obstante seria necessário mesmo ter cuidado com o emprego de certas noções sociológicas, com as de Bourdieu<sup>22</sup>, que apesar de serem válidas, em certos casos podem induzir o historiador dos intelectuais a operar com uma visão teleológica da história. Para Sirinelli, é imprescindível que o pesquisador deixe sempre um espaço para pensar as contingências, para o inesperado, para o fortuito. Ou em outras palavras, seria necessário estar sempre atento as estruturas de sociabilidade difíceis de serem apreendidas. Estruturas essas, que o historiador, não pode ignorar, nem subestimar. A noção de sociabilidade que aqui é oferecida estaria, portanto, revestida de uma dupla acepção: ao mesmo tempo “redes” e “microclimas” que caracterizariam um microcosmo intelectual particular.

Por sua vez, o emprego das noções de geração, quando tomadas igualmente as devidas precauções, poderia contribuir com o trabalho do historiador dos intelectuais quando canalizadas sob o esforço de articulação entre os efeitos de idade e com os fenômenos de geração. Sobre este ponto, ressalta que esses efeitos de idade seriam em muitos casos suficientemente poderosos para desembocarem verdadeiros fenômenos de geração, quando empreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que adquiriu uma existência autônoma. A noção de geração deveria, assim, estar sempre carregada de um sentido que possa levar em consideração tanto a bagagem genética, quanto uma memória coletiva; ao mesmo tempo o inato e o adquirido que a marcaria por toda uma vida. Portanto, seria utilizando-se desses instrumentos e de algumas dessas premissas que o estudo dos intelectuais se tornaria, para Sirinelli, uma janela aberta para a história da França Contemporânea. E dessa forma, longe de ser um “nicho” da história política, poderia, aí, ocupar um lugar central com vista para vários setores importantes dessa

---

<sup>22</sup> O historiador questiona a ênfase excessiva que podem assumir abordagens sociológicas do meio intelectual focada prioritariamente no interesse de “descobrir estratégias”. Para mais detalhes, confira SIRINELLI, p. 247-8.

história.<sup>23</sup>

Seguindo uma linha de reflexão sobre as possibilidades de pesquisa no campo da história bem próximo daquele que encontramos nas considerações de François Sirinelli destacadas até aqui, o historiador francês François Dosse aprofunda o debate sobre alguns pontos a serem considerados pelos historiadores dos “intelectuais”. Um desses pontos a ser tratado com cuidado, seria, de acordo com este historiador, o debate em torno da relação desse campo com outro, comumente conhecido como História das Ideias<sup>24</sup>, uma linha de estudo que, conforme ressalta o crítico em questão, nunca alcançou de fato uma boa reputação na França. Nesse sentido, o avanço da História Intelectual entre o final do século XX e início do século XXI, como a projeção de um espaço de pesquisa que teria como um de seus principais propósitos justamente preencher algumas lacunas deixadas que Dosse denomina de uma “tradição que não ousa dizer seu nome”.<sup>25</sup>

E seria, igualmente, neste aspecto, de herdeira que se situaria, conforme aponta o historiador, um dos elementos mais desafiadores para a nova abordagem trazida pela História Intelectual renascida. Para Dosse essa dificuldade pode ser sintetizada na dupla tarefa que o pesquisador deste campo assumiria de “pensar a restituição e um pensamento por si próprio, em sua lógica singular, em seu momento de enunciação, em seu contexto histórico preciso de aparição”, sem, ao mesmo tempo, “deixar de lado a mensagem que ele carrega tempo afora até nossa atualidade, o modo como nos fala de nossa contemporaneidade”.<sup>26</sup>

François Dosse acredita que uma forma de melhor superação tensão quase “indispensável” aos estudos sobre os “intelectuais”, é o pesquisador adotar uma linha de abordagem que procure ir além da simples oposição internalismo/externalismo. Para Dosse, a história intelectual se coloca dentro de uma linha de indeterminada que remete ao entrelaçamento necessário entre um procedimento puramente internalista, que considera apenas a lógica interna endógena do conteúdo das obras, das ideias, e um procedimento externalista, que se contentaria com explicações puramente externas, contextualizadas das ideias. Nas palavras do historiador, “A

<sup>23</sup> SIRINELLI, 2003, p. 255-6.

<sup>24</sup> Para melhor entender a noção de História das Ideias e sua relação com o debate historiográfico em questão ver: FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 91-125.

<sup>25</sup> DOSSE, François. Da história das ideias à história intelectual. In: *História e Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 294.

<sup>26</sup> DOSSE, 2004, p. 294.

história intelectual só me parece fecunda a partir do momento em que passa os dois pólos, ultrapassando essa falsa alternativa”.<sup>27</sup>

Operacionalizando uma abordagem ao mesmo tempo internalista e externalista, emergiriam, desse modo, acrescenta Dosse, tanto a explicação de correlações, de simples vínculos possíveis, com hipóteses, entre o conteúdo exprimido, o dizer, de um lado, quanto a existência de redes, o pertencimento de geração, a adesão a uma escola, o período e suas problemáticas, do outro.

Para aprofundar um pouco mais a discussão sobre esse tipo de abordagem particular da história intelectual François Dosse ressalta a contribuição de suas próprias pesquisas situadas nessa área. Pesquisa estas que tiveram como objeto a história de uma escola (a dos historiadores dos *Annales*), a história de um paradigma, o estruturalismo, e dois itinerários biográficos, Paul Ricoeur e Michael de Certeau<sup>28</sup>. Sobre a contribuição desse estudo particular, pontua então o historiador:

[...] levando em conta essas superposições entre teoria, escrita e afeto em toda história intelectual, o objeto, que foi por exemplo para mim o estruturalismo, não foi portanto nem pressuposto como método ou ideologia, nem correlacionado mecanicamente com macro-determinações históricas clássicas (como a conjuntura política, as forças sociais...) Programa, conceito, ideologia, método, paradigma, projeto, pólo de adesão, geração, “efeito moda”, o estruturalismo foi tudo isso ao mesmo tempo; um “novelo difícil de desatar se não identificarmos os mecanismos, as correntes, as questões”.<sup>29</sup>

Logo em seguida, François Dosse, aproveita a reflexão sobre seus objetos de pesquisa, para lançar o seu próprio conceito de história intelectual.

[...] concebo antes de tudo a história intelectual como um teste dos esquemas redutores de explicação, todos incapazes de apreender em uma mesma massa explicativa aspectos tão heterogêneos e contingentes. Ela constitui,

<sup>27</sup> DOSSE, 2004, p. 298.

<sup>28</sup> Para maiores informações sobre isso, cf: DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

<sup>29</sup> DOSSE, 2004, p. 299.

portanto, um verdadeiro tratamento emagrecedor para os argumentos explicativos<sup>30</sup>.

Desse Modo, Dosse situa a história intelectual como um campo de reflexão, espremida entre as lógicas diacrônicas da história das ideias e as lógicas sincrônicas das cartografias e recortes sócio-culturais. Dito de outro modo, “uma área incerta”, um entrelaçamento entre pluralidade das abordagens possíveis e a vontade de retraçar os contornos de uma “história global”. “Minhas publicações”, acrescenta o historiador, “trazem a marca dessa ‘indeterminação epistemológica’ que postulo como princípio heurístico no domínio da história intelectual [...]”,<sup>31</sup> princípio este que na concepção do próprio François Dosse seria o que torna sua abordagem da história intelectual, bem próxima da definição trazida por Sirinelli, ao defini-la como sendo, de um modo geral, “uma escola de complexidades”.<sup>32</sup>

Quando redirecionamos o olhar de análise para outros expoentes que teorizaram sobre essa questão, e deslocando o foco para além da historiografia francesa, encontramos questionamentos similares, conforme ressalta Sônia Lacerda e Teresa Cristina Kirschner<sup>33</sup>, em um de seus ensaios sobre a questão. No referido texto, observando mais de perto a contribuição teórica de pensadores ligados à historiografia anglo-saxônica, as historiadoras chamam atenção qualificam como um grande “equivoco” presente em algumas reflexões sobre essa vertente historiográfica, preocupadas fundamentalmente em tentar pensar uma história intelectual por meio de um critério de análise, focado na divisão entre fatores “externos” e “internos” dos textos. Para as historiadoras, quando conduzida nestes termos, o debate “desencaminha-se, pois o que está em causa não é um confronto entre análises que contemplam ou abstraem o contexto, e sim distintas maneiras de entender o contexto.”<sup>34</sup> Em outras palavras, acrescentam as pesquisadoras, “contexto é sempre uma construção, que em cada caso demarca o escopo e o nível da análise, de acordo com os objetivos da investigação”.<sup>35</sup>

No entanto intuito de evidenciar com mais precisão os limites desse (falso) dualismo, e ao mesmo tempo na iminência de indicar alternativas para sua superação, as historiadoras apontam as contribuições

<sup>30</sup> Id. Ibidem, p. 300

<sup>31</sup> DOSSE, 2004, p. 300-1.

<sup>32</sup> Id. Ibidem.

<sup>33</sup> LACERDA, KIRSCHNER, 2003.

<sup>34</sup> Id. Ibidem, p. 29.

<sup>35</sup> Id. Ibidem, p. 30.

diferenciadas de duas grandes vertentes metodológicas “configuradas pela acolhida, em graus e modos diversos, de análise, de conceitos e técnicas desenvolvidos no campo da filosofia da linguagem e no da crítica literária”. De um lado, uma caracterizada pelo apego a uma dada noção historicista de contexto, representado pelo contextualismo linguístico promovido por expoentes do pensamento político moderno, conhecidos como o grupo de Cambridge, em torno do qual estariam os nomes de Quentin Skinner e J. G. A. Pocock.

Do outro lado as historiadoras situam as contribuições teórico-metodológicas da chamada *New Intellectual History*, que, por sua vez, engloba duas tendências: a hermenêutica tributária de Hans Gadamer, e a desconstrucionista, que teria como referencia principal Jacques Derrida.

Em meio a essas duas tendências, as historiadoras chamam atenção para a contribuição particular trazida por Dominick La Capra. Para Lacerda e Kirschner, La Capra se destacaria, neste caso, por oferecer uma formulação “mais elaborada” para a História Intelectual. Formulação esta inspirada tanto na filosofia heideggeriana da linguagem e na teoria da textualidade de Derrida, que, desse modo, constitui um “campo consistente de conceitos e princípios metodológicos que proporciona à História Intelectual instrumentos adequados a seus interesses cognitivos”. Na oportunidade, acrescenta as historiadoras:

Embora, como já se ressaltou, tal concepção não goze do consenso dos profissionais comprometidos com o projeto de uma História Intelectual especializada, parece-nos a mais compatível com tal projeto. Antes de mais nada, porque aplica uma noção de textualidade que possibilita a preservação do senso de ciência autoral e do controle que esta exerceria sobre os processos discursivos. Além disso, porque se bem leve em conta a tradição filosófico-literária, oferece os meios para uma revisão crítica permanente dessa tradição.<sup>36</sup>

No mesmo ensaio citado, Lacerda e Kirschner ressaltam também que as problemáticas colocadas pelo emprego da História Intelectual não se restringem ao debate sobre questões somente de natureza teórico-metodológica concernente a tal área historiográfica. Para as pesquisadoras outro ponto importante que precisaria ser também melhor apreciado

---

<sup>36</sup> LACERDA; KIRSCHNER, 2003, p. 36.

seria avaliar a situação que denominam de “extrema penúria”<sup>37</sup> que tal área ainda se encontraria atualmente, principalmente no que se refere à historiografia brasileira, tento em vista a situação de “escassa e dispersa produção possível de classificar nesta rubrica”.<sup>38</sup>

Situação esta que parece se mover na contramão dos debates teóricos, a exemplo dos mencionados aqui, quase todos revestidos sobre o mesmo propósito de por meio de suas respectivas reflexões, evidenciarem, acima de tudo, o potencial dos objetos e abordagens colocados à disposição do historiador por este campo de estudo, seja como pretexto para rever posicionamentos teóricos sobre a historiografia contemporânea, seja na ampliação de seus objetos e campos de trabalho. É mais ou menos isso que constata o historiador Marcos Antonio Lopes, no texto de apresentação da coletânea de ensaios, organizada por ele e publicada em 2003, da qual retiramos alguns argumentos para reconstruir este debate, principalmente quando fala sobre o que, na opinião dele, seria a contribuição da referida publicação. Na ocasião ressalta Lopes que a obra em questão, representaria tanto o desejo de encorajar o debate sobre os temas da História Intelectual, quanto de “com toda convicção”, tentar habitar e dar legitimidade a um gênero de história com “toda tradição e mínima ressonância no Brasil”<sup>39</sup>. Posicionamento este reforçado também nas falas de Lacerda e Kirschner, ao chamarem a atenção para fato de que “as tendências intelectuais” constituem um traço de identidade tão marcante como as “mentalidades, o imaginário coletivo, as práticas cotidianas e outras dimensões da cultura” que a historiografia configurou nas últimas décadas”.<sup>40</sup>

Em atenção à complexidade e ao mencionado potencial ainda pouco explorado da História Intelectual, conforme defendem os pesquisadores citados aqui, na última parte deste texto, tentaremos complementar essa reflexão sobre a História Intelectual e as possibilidades da historiografia contemporânea, tentando mapear algumas alternativas que podem ser melhores aproveitadas pelos historiadores e que poderiam contribuir, desse modo, para ajudar a reverter a “situação de penúria” que os historiadores Lopes, Lacerda e Kirschner denunciam em suas falas.

---

<sup>37</sup> Contudo, as historiadoras ressaltam que não tem a intenção de desmerecer a importância de muitos trabalhos que individualmente tiveram contribuições significativas, conforme o texto do historiador Francisco Falcon, publicado no livro organizado por Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, citado aqui, já teria evidenciado.

<sup>38</sup> LACERDA., 2003, p. 37.

<sup>39</sup> LOPES, 2003, p. 12.

<sup>40</sup> LACERDA, 2003, p. 37.

### 3. HISTÓRIA INTELLECTUAL E QUESTÕES RACIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE UM ESPAÇO HISTORIOGRÁFICO

Ao refletir sobre as possibilidades e desdobramentos da História Intelectual nos domínios da historiografia brasileira contemporânea, não precisa ir muito longe para enxergamos o imenso leque de possibilidades que logo de partida saltariam aos olhos dos pesquisadores interessados nos objetos e abordagens de estudos do passado que este ainda pouco explorado gênero de historia oferece aos historiadores. Em meio a esse universo de possibilidades, acreditamos que um dos campos de estudo ou área temática específicos que mais pode se beneficiar com essa aproximação seria a que relaciona intelectualidade e o estudo das questões raciais no Brasil. Um espaço temático que assim como aquilo que denominamos de História Intelectual, também encontra-se numa crescente nos meios acadêmicos nacionais, atraindo cada vez mais a atenção de pesquisadores ou mesmo de outros setores da sociedade.<sup>41</sup>

Dentro desse espaço temático importante da historiografia nacional, alguns trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas servem de referência importante para dimensionarmos algumas potencialidades dessa História Intelectual em ascensão, mesmo que em alguns casos não tenham sido desenvolvidas diretamente sobre essa rubrica. Entre esses podemos situar o estudo desenvolvido pela pesquisadora Lília Moritz Schwartz, intitulado *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*,<sup>42</sup> publicado na década de 1990.

O livro de Lília Schwarcz traz uma discussão sobre como os “homens de ciência” enfrentaram a problema da questão racial entre final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tendo em vista as teorias raciais evolucionistas e deterministas da época, bem como a tão ressaltada, dentro e fora do Brasil, imagem do país como sendo um verdadeiro laboratório racial, ou da sociedade brasileira como um “espetáculo da miscigenação”. Um assunto bastante debatido no cenário historiográfico nacional, mas que a historiadora pretende explorar de forma original.

Para Lília Schwarcz a historiografia que se preocupou diretamente

---

<sup>41</sup> Para mais detalhes cf: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/ Editora34, 2002

<sup>42</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

com esse assunto<sup>43</sup>, caiu em algumas armadilhas. Para ela esses pesquisadores, apesar de terem contribuído substancialmente para uma melhor compreensão sobre essa temática, acabaram presos a um pressuposto que tende a encarar os diferentes textos escritos e publicados por esses sujeitos como meros produtos de seu contexto, e sendo, desta forma, a realidade política suficiente para caracterizar toda a produção. Nas palavras da pesquisadora: “enquanto as obras aparecem destacadas tal qual reflexos cristalizados e imediatamente referidos ao contexto explicativo, os autores, por sua vez, sugerem nessas análises definidos, são colocados como imaturos em sua tentativa de interpretação”.<sup>44</sup>

Como alternativa a esse tipo de interpretação, Schwarcz propõe uma análise sobre a questão, pautada numa linha de reflexão situada dentro daquilo que a historiadora prefere chamar de história social das ideias. Uma proposta de estudo na qual teria lugar tanto a dinâmica de reconstrução de conceitos e modelo como o contexto em que essas teorias se inserem, e, que lhes conferem ainda novos significados.

Nesse sentido, situados nas brechas do paradoxo que se colocava na época diante dos intelectuais – constituído pela contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento -, para Schwarcz, esses homens de ciência – misto de cientistas e políticos, pesquisadores e letrados, acadêmicos e missionários - irão intelectualmente mover-se nos incômodos limites que lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras que condenavam o cruzamento racial, e sua adaptação a “um povo a essa altura já miscigenado”<sup>45</sup>, criando, dessa forma, uma alternativa original para lidar com a questão.

O desafio de entender a vigência e absorção das teorias raciais no Brasil não estaria portanto, na concepção de Schwarcz, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsiderá-lo. Mais interessante seria refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro, em seu o esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país.<sup>46</sup>

Lília Schwarcz ressalta ainda que é preciso levar em conta que essas próprias teorias raciais em certo sentido foram também apropriadas de formas variadas nos mais diferentes locais em que foram aceitas, como

---

<sup>43</sup> Destaca neste cenário nomes como os de Nelson Werneck Sodré, Dante Moreira Leite, João Cruz Costa e Thomas E. Skidmore.

<sup>44</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 17.

<sup>45</sup> SCHWARCZ, 1993, p.19.

<sup>46</sup> Id. Ibidem.

nos Estados Unidos, Inglaterra e América Latina. Nesse sentido, ao lidar com essa problemática sobre a recepção e adaptação dessas ideias no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, a preocupação não deveria ser a busca por uma interpretação original, pois estas teriam passado por várias atualizações pelos lugares por onde se estabeleceu. Atualizações estas que de certo modo faziam parte da história dessas teorias, da lógica de seus conceitos.

A armadilha onde os outros estudos questionados por Schwarcz haviam então caído, e em torno do qual sua pesquisa contribuiria para corrigir, vão de encontro, assim, a uma parte dos perigos que Sirinelli aponta em sua análise sobre os direcionamentos da história intelectual renascida. Conforme ressalta a própria Lília Schwarcz, ao analisar o conjunto da produção intelectual do século XIX e início do XX, os “comentaristas atuais” pautaram-se mais pela forma do que conteúdo das obras, chegando à conclusão de que esses autores [do passado] fariam parte de uma “pré-história das ciências sociais”. Porém, o problema estaria no fato de que ao apontar as armadilhas presentes no pensamento social do período, acabaram por cair nelas, reatualizando argumentos da época que sugeriram ser “a cópia e a mania de passar pelo que não somos como o nosso maior mal”.<sup>47</sup>

Essa forma de conduzir os estudos sobre o pensamento intelectual brasileiro foi uma constante não apenas quando o assunto era a questão racial, mas sim uma tendência presente em grande parte dos estudos sobre as ideias no Brasil num perspectiva ampla até bem pouco tempo.

Desse modo, textos como o de Lília Schwarcz tem uma contribuição importante, especialmente ao nos permitir tanto repensar sobre as tendências desse novo momento da história intelectual no Brasil, bem como sobre os desafios e dificuldades a serem enfrentadas e mesmo superadas, para que esses estudos possam produzir um conhecimento sobre o nosso passado político intelectual mais condizente com as expectativas e horizontes epistemológicos do conhecimento histórico atual.

Outra contribuição significativa repensar alguns desdobramentos e possibilidades da História Intelectual na historiografia brasileira, nos parece ser a que nos mostra o estudo desenvolvido por Maria Stella Brescini, sobre o legado intelectual de Oliveira Viana<sup>48</sup>. Um trabalho de crítica historiográfica que chama atenção para pressupostos aceitos e

---

<sup>47</sup> SCHWARCZ, 1993, p.19.

<sup>48</sup> BRESCINI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2007.

acabados que perpassam as representações políticas e intelectuais do Brasil ao longo do último século, procurando repensar a cultura brasileira e fugir ao que a autora denomina de “Lugares-comuns”<sup>49</sup>, conforme ressalta a historiadora em dada passagem de seu texto.

No emaranhado de opiniões a proclamarem o pioneirismo das suas avaliações do Brasil, e falando a mesma coisa de modo diverso, forma-se o **lugar-comum** [grifo da autora]: a imagem do país desencontrado consigo mesmo. O redirecionamento do olhar analítico do cientista social para o interior do Brasil, como pregou Olivieira Vianna; a valorização das tradições da época da opulência da produção açucareira de Pernambuco como padrão da cultura nacional, como propôs Freyre; ou a absorção antropofágica do inimigo sacro, como queria Oswald de Andrade, são pontos sensíveis desse complexo novelo de ideias, opiniões, teses e convicções amplamente difundidas e partilhadas no meio letrado; pontos contraditórios rapidamente absorvidos na cristalização de uma imagem negativa e ressentida do país.<sup>50</sup>

Enfim, uma forma de operacionalização que envolve tanto a dificuldade de lidar com uma documentação extensa e diversa, quanto de chaves conceituais que ofereçam alternativas para um bom aproveitamento das possibilidades de reflexão que o arcabouço documental suscita.

De um modo geral, ao mesmo tempo em que estudos como o de Lília Schwarcz e Bresciani tem contribuído para sanar o déficit em que se encontra a História Intelectual no país, seus estudos tem contribuído para crescer também o interesse pelo debate sobre a “questão racial”, tanto na historiografia, quanto para as “ciências sociais” no país de uma forma geral.

Nos últimos anos, entre as possibilidades de dar seguimento a esse debate, uma das alternativas que a nosso ver se mostra bastante profícua, para a historiografia de um modo geral, e para os desdobramentos da História Intelectual, em termos específicos, parece ser as que colocam em discussão o debate sobre o papel ou condição dos “intelectuais negros” no cenário cultural e político do mundo atlântico<sup>51</sup>, especialmente se

<sup>49</sup> BRESCIANI, 2007, p.47.

<sup>50</sup> BRESCIANI, 2007, p. 47-8.

<sup>51</sup> A exemplo do que podemos encontrar na discussão trazida por Paul Gilroy, em

procurarmos empregarmos esta temática seguindo a perspectiva trazida por análises como a de Nilma Gomes, especialmente em seu ensaio intitulado, “Intelectuais negros e a produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira”.<sup>52</sup>

De acordo com Nilma Gomes, desenvolver um estudo sobre os “intelectuais negros” seria, de um modo geral, colocar em análise a atuação e produção de pesquisadores e pesquisadoras oriundo de diferentes grupos sociais e étnicos-raciais e/ou comprometidos com esses setores sociais, especialmente os que começaram a se inserir nos espaços políticos e/ou acadêmicos, a partir das últimas décadas do século XX. Nesta ceara, a própria nomenclatura utilizada já denota um exercício e desafio de reflexão meta-linguístico para o historiador dos “intelectuais”, tendo em vista estarmos aqui diante de “um outro tipo de intelectual”.<sup>53</sup>

Para a pesquisadora, falarmos de “intelectuais negros”, em outras palavras, é o mesmo que procurar tratar de um grupo ou de indivíduos envolvidos com a tarefa de produzir conhecimento, mas que o fariam com o objetivo particular de dar “visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências”<sup>54</sup>. Estes, em muitos casos configuram-se como coletivos, organizando e criando associações científicas “a fim de mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento”<sup>55</sup>. Seria aqui, ressalta Gomes, onde poderíamos localizar os “intelectuais negros” e observar seu status particular no universo da produção intelectual. Neste universo, seu papel estaria concentrado prioritariamente na missão de “indagar a produção do conhecimento acadêmico e o lugar ocupado pelo ‘outro’, pelo diferente e pelas diferenças”.<sup>56</sup>

Neste sentido, o debate sobre os “intelectuais negros” parece ser uma campo enriquecedor para a História Intelectual, não apenas por trazer à tona a experiência histórico-cultural de indivíduos situados muitas vezes nas margens do universo social hegemônico, renovando as oportunidades

---

seu livro sobre o “Atlântico Negro”. Para mais informações ver GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34/ Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

<sup>52</sup> GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492.516.

<sup>53</sup> GOMES, 2010, p. 495.

<sup>54</sup> GOMES, 2010, p. 495.

<sup>55</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>56</sup> Id. *Ibidem*.

para o historiador repensar sobre os diferentes modos de ser “intelectual”, e nas diferentes possibilidades de articulação possível entre as diversas noções que essa categoria abarca.

E nesse âmbito, as fontes de pesquisa a serem operacionalizadas apresentam igualmente um desafio particular. Pois, o pesquisador aqui precisa estar atento à tarefa de dar significado a um tipo de produção escrita tecida sob um olhar marcado não só pela condição de classe, mas, também, pela de raça. E mais, a raça na sua intermediação com o gênero, a idade e demais lugares sociais dos quais participam<sup>57</sup>. Diante disso, acrescenta Gomes,

Aproximar-se desse campo exige não só conhecimento teórico, mas também a sensibilidade histórica e política para entender as múltiplas identidades negras no contexto da regulação do racismo e da emancipação da resistência negra, nos movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos da história. Esse é um desafio para a intelectualidade negra e para aqueles que se dedicam ao campo de produção do conhecimento sobre relações raciais.<sup>58</sup>

Contudo, conforme faz questão de enfatizar Nilma Gomes, ao colocar em cena algumas particularidades que o estudo dos “intelectuais negros” podem oferecer nas reflexões sobre o debate racial, um dos pontos mais significativos trazidos por tais estudos à historiografia contemporânea, seria o de mais precisamente ajudar a abrir caminhos de reflexão dentro de um campo teórico que vem ganhando bastante força nos últimos anos em diversos espaços de pesquisas do mundo atlântico, e que também ainda se mostra carente de trabalhos, a saber: os estudos pós-coloniais<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> GOMES, 2010, p. 502.

<sup>58</sup> GOMES, 2010, p. 506-7.

<sup>59</sup> Denominamos aqui de estudos pós-coloniais todo um conjunto de reflexão situada no âmbito da crítica da modernidade ocidental, seguindo a linha de reflexão colocada por autores como Boaventura Souza Santos, que afirma que a perspectiva pós-colônia parte da idéia de que “a partir das margens ou periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis”. Em outras palavras, trata-se aqui de um conjunto de estudos e reflexões focadas em questões relacionadas à geopolítica do conhecimento e em problematizar quem produz conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz”. Para mais informações, cf: SANTOS, Boaventura de Souza. *Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro*. In: *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo:

Seja ao que remonta às críticas que o pensamento pós-colonial tece aos “excessos” do paradigma pós-estruturalistas em termos de relativização e ênfase demasiada na questão da linguagem, que acreditamos ser possível exercitar colocando em cena os registros das experiências intelectuais individuais e coletivas destes indivíduos que atuam neste universo político cultural.

Seja ao que remonta as discussões sobre a questão da subalternidade<sup>60</sup>, que se alinha a uma perspectiva de reflexão preocupada não somente com inserção ou não de “intelectuais de cor” e, depois, conforme sublinha Maldonado-Torres, “que estes a sirvam com conhecimento sobre sua história e cultura para os estudantes de cor”. Mas, principalmente, sobre os significados que o “sujeito racializado” oferece de reflexão, quando este passa de “objeto” a “sujeito do conhecimento”<sup>61</sup>.

Ou, mais precisamente, quando este campo é pensado a partir dos parâmetros colocados por Boaventura de Sousa Santos<sup>62</sup>, em suas teorizações sobre a pluralidade interna e externa da ciência, a luta pela superação de uma “monocultura do saber” e pela construção de uma “ecologia dos saberes”. Ou seja, nas reflexões de Santos sobre o compromisso dos estudos pós-coloniais com necessidade de se deslindar outras formas de epistemologias (que ele denomina de “as epistemologias dos sul”) que partam, sobretudo, da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônica, trabalhando igualmente para credibilizá-las e fortalecê-las<sup>63</sup>. Nas palavras de Santos,

A ecologia dos saberes não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real. [...] A ecologia dos saberes assenta na ideia pragmática de que é necessária uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na

---

Cortez, 2010.

<sup>60</sup> MALDONADO-TORRES, Nelson. Pensamento crítico desde a subalternidade: os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI. In: *Afro-Asia*, n.34, 2006, p. 105-129.

<sup>61</sup> MALDONADO-TORRES, 2006, p. 125.

<sup>62</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

<sup>63</sup> GOMES, 2010.

natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam.<sup>64</sup>

Neste sentido, ressalta Nilma Gomes, a ecologia dos saberes ajuda a compreender a produção, a história, as tensões e desafios vividos pela intelectualidade negra, com seu caráter “contestador e inovador”. E com isso, coloca em questão igualmente outros elementos para enriquecer o debate racial e outras perspectivas para serem pensadas e operacionalizadas pelo historiador do intelectual, por meio de combinações de abordagens e metodologias de análise que há bastante tempo tem estado presente na oficina do historiador, com novas possibilidades mobilizadas pelos movimentos de “abertura” operacionalizado pelo historiador dos intelectuais, conforme apontaram anteriormente os teóricos aqui mencionado.

Neste jogo de aproximações, debate racial, intelectualidade negra e estudos pós-coloniais ajudam a fazer dessa “Babel de contradições”, que seria a História Intelectual, nas palavras de François Dosse<sup>65</sup>, não apenas um dos campos que mais se fortalece no universo de trabalho do historiador, e que, embora continue a se apresentar como um dos espaços de reflexão cada vez mais diverso e desafiador, talvez e em razão disso, seja, igualmente, um dos mais profícuos da historiografia, sobretudo atual.

---

<sup>64</sup> SANTOS, 2010, p. 63-4.

<sup>65</sup> DOSSE, 2004.



## **SOBRE OS AUTORES**

### **EDWAR DE ALENCAR CASTELO BRANCO**

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal do Piauí, atuando no Departamento de História (DH/CCHL) e no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Líder do GT “História, Cultura e Subjetividade” (DGP/CNPq).

### **EMÍLIA SARAIVA NERY**

Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Docente em História pela Secretaria da Educação do Piauí – SEDUC-PI e em Direito pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão- FACEMA.

### **FÁBIO LEONARDO CASTELO BRANCO BRITO**

Doutor em História Social. Professor da Universidade Federal do Piauí, atuando no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros e no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Co-líder do GT “História, Cultura e Subjetividade” (DGP/CNPq).

### **JOSÉ MARIA VIEIRA DE ANDRADE**

Mestre em História pela UFPI e Professor da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

### **JULIERME MORAIS**

Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); docente efetivo da área de Teoria e Metodologia da História da Universidade Estadual de Goiás (UEG): Regime de Tempo Integral à Docência e a Pesquisa (RTIDP) e Bolsista do programa Bolsa de Incentivo ao Pesquisador (BIP-UEG); pesquisador do Núcleo de Estudos de História da Arte e da Cultura (NEHAC) e do Grupo de Estudos de História e Imagem (GEHIM).

### **MARYLU ALVES DE OLIVEIRA**

Professora do curso de História da Universidade Federal do Piauí, Campus

Senador Helvídio Nunes de Barros – Picos (PI). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Desenvolve pesquisas relacionadas a História Política do Brasil República, no recorte temporal de 1945-1964.